

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)  
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE (IEE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA  
AMBIENTAL (PROCAM)

LEONARDO CALLORI KEFALÁS

**Desigualdades ambientais urbanas, privilégios e contradições: Usos dos espaços  
para a prática do Beach Tennis em São Paulo durante a COVID-19**

São Paulo  
2024

LEONARDO CALLORI KEFALÁS

**Desigualdades ambientais urbanas, privilégios e contradições: Usos dos espaços para a prática do Beach Tennis em São Paulo durante a COVID-19**

Dissertação apresentada para a defesa de mestrado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo (USP).

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Campello Torres

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2024

Nome: KEFALÁS, Leonardo Callori

Título: Desigualdades ambientais urbanas, privilégios e contradições: Usos dos espaços para a prática do Beach Tennis em São Paulo durante a COVID-19

Dissertação apresentada para a defesa de mestrado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo (USP).

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Campello Torres

Aprovado em: 14 de maio de 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Henrique Campello Torres      Instituição: Sem vínculo (IEE)  
Julgamento: Não Votante      Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi      Instituição: FE - USP  
Julgamento: Aprovado      Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Dra. Sandra Irene Momm Schult      Instituição: UFABC - Externo  
Julgamento: Aprovado      Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marco Antonio Bettine de Almeida      Instituição: EACH - USP  
Presidente: Aprovado      Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESUMO**

A pandemia de COVID-19 consolidou-se como um dos momentos de maior reclusão e privação da vida social já vividos pela humanidade, e na cidade de São Paulo-SP não foi diferente. Tendo em vista a complexa realidade da maior capital da América Latina, fortemente marcada pelas suas desigualdades social, econômica e ambiental, a presente dissertação de mestrado estudou como alguns desses aspectos desiguais se manifestaram durante a maior crise sanitária já vivida pela humanidade. Sob as lentes das noções de “justiça ambiental”, “desigualdades ambientais” e da discussão acerca dos “usos dos espaços das cidades”, analisou-se como o processo de crescimento de uma modalidade esportiva, o “beach tennis”, representou mais uma marca dessas facetas desiguais. A análise partiu da perspectiva de uma São Paulo desigual no que diz respeito aos acessos às áreas verdes da cidade, às práticas de lazer e nos privilégios socioambientais que culminam em distintas qualidades de vida entre a população paulistana. Aqui, estudou-se o “beach tennis” não apenas na condição de uma prática esportiva, mas como uma manifestação da segregação socioespacial e do caráter exclusivo da forma de uso e apropriação dos espaços urbanos pelas elites. Para cumprir tal tarefa, foi realizada uma revisão da literatura a fim de conhecer o campo de estudo e as suas abordagens. Em seguida, utilizou-se as informações da pesquisa “Cidade de São Paulo - Por Região e Número de Quadras”, do Comitê Unidos pelo Beach Tennis, para situar o objeto no território do estudo de caso. Por fim, foram cruzadas as informações obtidas neste mapeamento com dados do Mapa da Desigualdade (2020 e 2023), de maneira a explorar o espelhamento entre as desigualdades existentes e os locais da prática no município paulistano. Assim, foi possível concluir que o crescimento do “beach tennis” em São Paulo-SP, durante a COVID-19, foi uma manifestação do uso desigual dos espaços na cidade, assim como um reforço das desigualdades ambientais no âmbito do município paulista, ao passo que a maioria da população se encontrava em uma condição de restrições às atividades cotidianas de suas vidas. Desta forma, acredita-se que a pesquisa traz contribuições no que diz respeito aos estudos sobre a pandemia, sobre as desigualdades e privilégios e na perspectiva de um estudo interdisciplinar situado no campo da ciência ambiental.

Palavras-chave: Desigualdades Ambientais; Uso dos Espaços Públicos; COVID-19; São Paulo; Beach Tennis;

**KEFALÁS, LEONARDO CALLORI. Desigualdades ambientais urbanas, privilégios e contradições: Usos dos espaços para a prática do Beach Tennis em São Paulo durante a**

**COVID-19**, 2024. f 117. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2024.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 88887.683942/2022-00

Agradeço o meu orientador, Prof. Dr. Pedro Torres, pelo apoio, parceria e confiança, por me guiar durante esse importante processo de aprendizagem da minha vida e me instigar na pesquisa.

Agradeço a Universidade de São Paulo, o Instituto de Energia e Ambiente e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, os três pilares que me sustentaram durante o mestrado. Agradeço aos professores, funcionários e colegas do PROCAM pelas trocas, sugestões e auxílios. Agradeço a Barbara, minha companheira e futura doutora em História da Arte, pela parceria na vida, pelo acolhimento e pelas trocas acadêmicas.

Agradeço meu pai, José Paulo, minha mãe, Maria Beatriz, meu irmão, Daniel e meus sobrinhos, Gabriel e Inácio que, mesmo à distância, se fazem presentes em meus pensamentos todos os dias. Agradeço meu irmão Henrique e minha cunhada Flávia, pelo incondicional apoio na minha trajetória acadêmica e pelo carinho fraternal.

Agradeço meu amigo da geografia e da vida, Weslei (Uberaba-MG), pelos compartilhamentos dessa importante área do conhecimento e pelas singelas e longas prosas. Agradeço meu amigo também da geografia e da vida, Renato (São Paulo-SP), dono de um coração enorme e de uma capacidade de acolhimento ímpar.

Agradeço a cidade de Uberaba-MG, meu berço, minha origem, minha raiz, local que nasci e cresci, que me sensibilizou e sensibiliza para viver a vida de uma forma mais humana na metrópole.

Agradeço meu amigo Enzo, pela ajuda com o texto em italiano. Agradeço a Carmen, do grupo Comitê Unidos pelo Beach Tennis, pelo apoio e disponibilidade. Agradeço também meus amigos e alunos do Beach Tennis, pelas experiências compartilhadas no dia a dia. Agradeço meus amigos Matheus (Rio de Janeiro - RJ) e Ana Gabriela (Foz do Iguaçu - PR) pela importante amizade de todos os dias e pelas longas conversas que acalentam o coração e acolhem os anseios.

Agradeço aos professores membros da banca, titulares e suplentes, por toparem participar deste importante momento da minha trajetória acadêmica e pelas contribuições no processo - principalmente os professores Pedro R. Jacobi e Sandra Momm, que acompanham

este trabalho desde a qualificação.

## **Sumário**

### **Capítulo 1 - Introdução e contextualização do tema**

**Introdução, contexto e delimitação do tema**

**Objetivos**

- a. Objetivo Geral**
- b. Objetivos Específicos**

**Justificativa**

**Levantamento bibliográfico do estado da arte do tema estudado**

**Formulação do problema, da pergunta de pesquisa e hipóteses**

**Metodologia - Descrição dos procedimentos**

### **Capítulo 2 - História do Beach Tennis e sua evolução no Brasil e em São Paulo**

**2.1 História do Beach Tennis**

**2.2 Chegada no Brasil**

**2.3 Beach Tennis em São Paulo**

**2.4 A pandemia da COVID-19**

**2.5 Beach Tennis e COVID-19**

### **Capítulo 3 - Produção desigual do espaço, áreas verdes e espaços de lazer em São Paulo**

**3.1 Introdução**

**3.2 Justiça Ambiental**

**3.3 Desigualdades Ambientais**

**3.4 Usos dos espaços públicos**

**3.5 A Discussão na Cidade de São Paulo**

### **Capítulo 4 - Usos dos espaços para a prática do Beach Tennis durante a COVID-19**

**4.1 Introdução**

**4.2 Estado de São Paulo**

**4.3 Cidade de São Paulo**

**4.4 O Mapeamento e os Indicadores**

### **Capítulo 5 - Conclusões: a trajetória da pesquisa e as contribuições teórico-analíticas**

**5.1 A trajetória da pesquisa**

**5.2 Contribuições teórico-analíticas**

## Lista de figuras

- Figura 1 - Delimitação do tema de pesquisa  
Figura 2 - Mural em homenagem ao Frescobol em Copacabana (RJ)  
Figura 3 - "Grelha de leitura"  
Figura 4 - Quadra no Parque Villa-Lobos com aviso de interdição por conta da pandemia de Covid-19  
Figura 5 - Quadra de esportes fechada com fita no Parque Villa-Lobos, em São Paulo  
Figura 6 - Academia de Beach Tennis na região do Morumbi, em São Paulo  
Figura 7 - Academia de Beach Tennis em Moema, São Paulo  
Figura 8 - Academia de Beach Tennis na Vila Nova Conceição, em São Paulo  
Figura 9 - "Descrição dos procedimentos metodológicos"  
Figura 10 - Quadro Metodológico  
Figura 11 - Beach Tennis em Marina di Ravenna  
Figura 12 - Atleta profissional de *tamburello* disputando torneio pela seleção italiana  
Figura 13 - *Tamburello* italiano exposto em museu  
Figura 14 - Dimensões da quadra de Beach Tennis  
Figura 15- Exemplo de Bola Stage 2- Beach Tennis  
Figura 16 - Exemplo de raquete Beach Tennis  
Figura 17 - Praticantes de Beach Tennis no Point 500, na praia de Ipanema, Rio de Janeiro  
Figura 18 - Tamboréu brasileiro  
Figura 19 - Pandeiro brasileiro  
Figura 20 - Taxa de mortalidade da COVID-19 e proporção de pessoas negras nos distritos de São Paulo  
Figura 21 - Distribuição de parques municipais e estaduais por região do MSP  
Figura 22 - Abrangência de 1 km dos parques existentes no MSP  
Figura 23 - Mapa do estado de São Paulo com o número de estabelecimentos, quadras e praticantes de Beach Tennis até o período de julho/2020  
Figura 24 - Mapa da cidade de São Paulo com as regiões e o respectivo número de quadras  
Figura 25 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São Paulo  
Figura 26 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São Paulo  
Figura 27 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São Paulo  
Figura 28 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São Paulo  
Figura 29 - Gráfico do número total de quadras e de locais por região  
Figura 30 - Gráfico do número total de quadras e de locais por região  
Figura 31 - Tabela do número de quadras por distrito e região

## Lista de tabelas

- Tabela 1 - Número de estabelecimentos e distritos por ano (2020 e 2021)  
Tabela 2 - Nome do distrito e total de estabelecimentos por ano (2020 e 2021)  
Tabela 3 - Distritos com maior número de estabelecimentos de Beach Tennis  
Tabela 4 - Renda Média Familiar Mensal, por distrito  
Tabela 5 - População Preta e Parda, por distrito  
Tabela 6 - Cobertura Vegetal, por distrito  
Tabela 7 - Idade Média ao Morrer, por distrito  
Tabela 8 - Favelas, por distrito  
Tabela 9 - Equipamentos Públicos de Esporte, por distrito

## Apêndice

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Primeiro Resultado Descritor “Beach Tennis” - Base Google Scholar

Figura 2 - Segundo Resultado Descritor “Beach Tennis” - Base Google Scholar

Figura 3 - Terceiro Resultado Descritor “Beach Tennis” - Base Google Scholar

Figura 4 - Primeiro Resultado Descritor “Beach Tennis” AND “Covid-19” - Base Google Scholar

Figura 5 - Segundo Resultado Descritor “Beach Tennis” AND “Covid-19” - Base Google Scholar

Figura 6 - Primeiro Resultado Descritor “Beach Tennis” AND “Covid-19” AND “Qualidade de Vida” - Base Google Scholar

Figura 7 - Segundo Resultado Descritor “Beach Tennis” AND “Covid-19” AND “Qualidade de Vida” - Base Google Scholar

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Ano x Resultados

Tabela 2 - Grandes áreas de conhecimento

Tabela 3 - Áreas de conhecimento

Tabela 4 - Áreas de avaliação

Tabela 5 - Programas de Pós-Graduação

Tabela 6 - Instituições

## Capítulo I - Introdução, contexto e delimitação do tema

A pesquisa para obtenção do título de mestre em Ciência Ambiental, é resultante da confluência de uma experiência prática - aquela vivida e sentida - e inquietudes de um cidadão mineiro na maior metrópole da América Latina. Deixo claro, no entanto, que não se trata aqui de uma *pesquisa-ação* (TRIPP, 2005): aquela que envolve a participação e entrelaçamento do pesquisador com seu objeto de estudo - embora a fronteira possa parecer tênue como veremos mais adiante. A motivação, nesse caso, estaria mais próximo de um *olhar fenomenológico*, aquele que leva o senso intuitivo da experiência consciente para a prática da pesquisa (SCHWEICKARDT, 2000).

Como instrutor da prática esportiva de Beach Tennis, esporte nascido na Itália na década de 1970 (ALVES, 2022), pude acompanhar de perto uma verdadeira explosão do interesse e crescimento da modalidade no Brasil - principalmente em São Paulo - durante a maior pandemia da história da humanidade: a COVID-19. O que poderia parecer uma contradição em termos acontecia diante de meus olhos. Como esse fato poderia ocorrer justamente no momento de maior recolhimento e isolamento social da sociedade e o que explicaria isso?

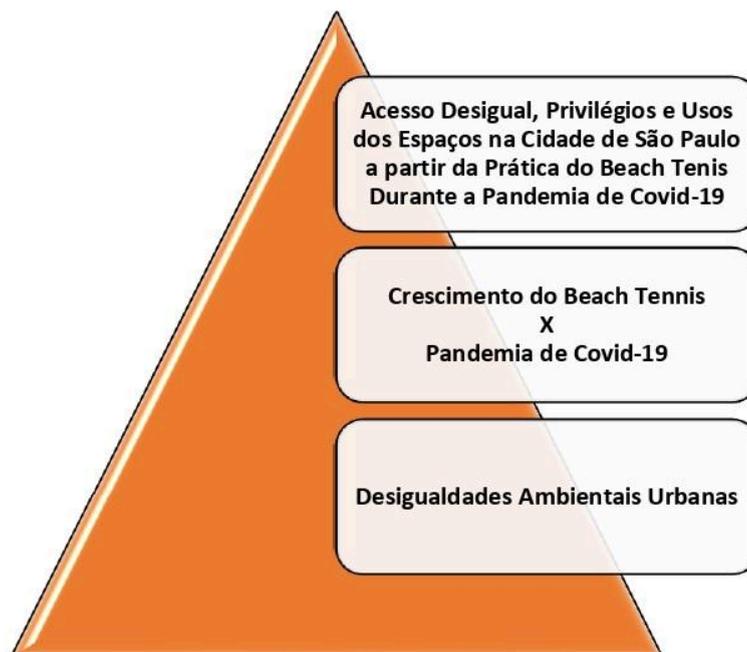
Mais do que isso, até porque o interesse aqui não está circunscrito a experiência sociológica, mas a relação do fato social (DURKHEIM, 2002) com o território, com a produção do espaço (SANTOS, 1996). Não estamos falando de qualquer território, afinal. Trata-se de São Paulo, megacidade onde a desigualdade é pujante e materializada em uma distribuição geográfica das contradições nada *porosa* - para utilizar o adjetivo que o professor Bruno Carvalho atribuiu a cidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 2019). É a metrópole do planejamento desigual (ROLNIK, 2022) e da insustentabilidade (JACOBI, 2013). E a problemática ambiental - ou da insustentabilidade e da desigualdade ambiental urbano - é chave para a reflexão aqui proposta, tendo como ponto de partida a pesquisa interdisciplinar ambiental (LEFF, 2011 e FLORIANI, 2004).

Nesse sentido, no âmbito do campo da ciência ambiental, busco o diálogo entre os saberes produzidos no campo da geografia, do planejamento urbano, da sociologia (urbana e ambiental), das políticas públicas e da educação física. Se o momento conjuntural do aumento da prática do Beach Tennis na cidade de São Paulo, durante a pandemia da COVID-19, despertou o interesse pessoal sobre a temática, foram as contradições - sobretudo a produção das contradições ambientais urbanas em um território de desigualdades profundas - que orientam as perguntas da pesquisa, os objetivos e também as balizas que limitam a

dissertação. A prática do Beach Tennis circunscrita a conjuntura histórica específica acima mencionada ilustra, portanto, um debate - entre tantas dimensões possíveis - sobre desigualdades nas cidades (RODRIGUES, 2007).

Não se trata, pois, de um estudo quantitativo e exaustivo sobre o crescimento desta atividade esportiva no município escolhido como estudo de caso (São Paulo) - ainda por ser realizada. Mas como o aumento do Beach Tennis está associado com a produção desigual do espaço urbano (VILLAÇA, 2011), com reforços de privilégios "verdes" (PARK e PELLOW, 2013), com o aumento das desigualdades ambientais (ACSELRAD, 2010) e sobre os usos do espaço público (FONSECA, 2005). Em outras palavras: este crescimento é democrático ou desigual? Ele espelha uma desigualdade já existente na cidade em relação ao acesso de áreas verdes e áreas de lazer na cidade, ou reforça privilégios em poucos bairros da cidade, espaços que se tornam privados, condomínios ou mesmo enclaves fechados (CALDEIRA, 1997)?

Figura 1 - Delimitação do tema de pesquisa



Fonte: elaboração própria

Quem visita a cidade do Rio de Janeiro se depara, na altura do "Posto 5", na Praça Sarah Kubitschek, em Copacabana, com um grande mural em homenagem ao Frescobol. Nos azulejos é gravada uma frase do escritor e cartunista carioca Millôr Fernandes - tido como um dos pais da prática - "único esporte com espírito esportivo, sem disputa formal, vencidos ou vencedores". À primeira vista o Beach Tennis pode parecer o inverso da máxima ufanista sentenciada por Fernandes. Em um ensaio de janeiro de 2023, Antonio Prata enxerga, porém, com outros olhos. Observa, o autor, um Beach Tennis decolonial<sup>1</sup>, onde "não é a Europa desembarcando em nossas areias, mas nossas areias subindo pro Velho Mundo". O diálogo com Prata aqui é justamente para trazer as inúmeras possibilidades de interpretação sobre um mesmo objeto. Prata, propõe, inclusive "que encaremos o beach tennis não como um tênis que foi à praia, mas como um frescobol que se tornou competitivo". Como no título do mural acima descrito (Figura 2) "o pôr-do-sol é de quem olha", o objeto científico também.

Figura 2 - Mural em homenagem ao Frescobol em Copacabana (RJ)



Fonte: Foto do autor

<sup>1</sup> Aqui é possível ler o artigo na íntegra <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2023/01/beach-tennis-decolonial.shtml> - acesso em março de 2024.

Nesse sentido, defino e limito (Figura 1) meu tema de pesquisa na análise da desigualdade ambiental urbana no acesso à práticas de promoção de bem estar, lazer e qualidade de vida, com foco no crescimento da prática do Beach Tennis durante a COVID-19 (2020-2022), tendo como estudo de caso a cidade de São Paulo. Precisamos voltar a discutir qualidade de vida e, mais do que isso, planeja-la, promovê-la e implementá-la de forma equânime e justa, de modo a reduzir desigualdades e déficit de acesso a áreas verdes e espaços de lazer nas cidades. Inclusive este é um tema presente nas discussões sobre qualidade ambiental das cidades nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo no ODS 3 "Saúde e Bem-Estar", no ODS 10 "Redução das Desigualdades", o ODS 11 "Cidades e Comunidades Sustentáveis", entre outros. É neste debate, e buscando contribuir com um fenômeno contemporâneo da cidade, que esta pesquisa se insere.

Neste sentido, a presente dissertação busca contribuir com os inúmeros estudos sobre desigualdades e espaços livres e de lazer nas cidades, em especial no município de São Paulo, a partir de uma lente emergente que é o da prática esportiva do Beach Tennis durante a COVID-19.

## **Objetivos**

### **a. Objetivo Geral**

Analisar os usos dos espaços, as contradições e as desigualdades ambientais urbanas a partir do crescimento da prática do Beach Tennis durante a pandemia da COVID-19 (2020-2022), tendo como estudo de caso a cidade de São Paulo.

### **b. Objetivos Específicos**

1. Identificar os estudos relacionados ao Beach Tennis e a COVID-19 (Mundo, Brasil e São Paulo);
2. Mapear o desenvolvimento e os locais de prática da modalidade no município de São Paulo, observando a presença dessas modalidades nos espaços públicos e privados, bem como a distribuição geográfica dos equipamentos/arenas;
3. Cruzar os dados do mapeamento com indicadores socioeconômicos e ambientais das

regiões à luz do debate sobre desigualdades ambientais urbanas.

## **Justificativa**

A justificativa e relevância desta pesquisa se dá em pelo menos três frentes. A primeira é aquela que busca valorizar a reflexão e o entendimento de processos ocorridos durante o momento da maior pandemia da história: a COVID-19. São fundamentais - até pra pensar e agir no mundo pós covid (seu retorno e construção) - estudos analíticos e empíricos sobre os processos urbanos que ocorreram nas cidades durante a pandemia. A segunda, enredada com a primeira, diz respeito a analisar estes processos sob o ponto de vista da teoria crítica, aquela que ilumina contradições, buscando a interface entre o urbano e o ambiental - as desigualdades e vulnerabilidades do território. A terceira, por fim, busca trabalhar a relação com um *fato social* específico, o crescimento da prática do Beach Tennis, um fenômeno urbano e ambiental contemporâneo.

## **Levantamento bibliográfico do estado da arte do tema estudado**

Nesta seção apresento a síntese das leituras realizadas para a pesquisa da dissertação de mestrado. Como será detalhado na seção de Métodos, esta dissertação possui duas etapas complementares de exploração e mapeamento da literatura. A primeira, exploratória, e contribuindo para a delimitação do tema, diz respeito de conceitos fundantes para construção do arcabouço teórico-analítico da pesquisa - da produção clássica à mais contemporânea. A segunda, buscando endereçar o objetivo 2, dos objetivos específicos da dissertação, diz respeito a identificar o que já foi produzido - se foi e até qual alcance e por qual área - em relação ao tema delimitado.

Por motivos de estrutura e organização nesta seção apresento o estado da arte de temas chave para a pesquisa realizados de forma exploratória - tendo como principal função a tomada de conhecimento da realidade de estudos e suas implicações teóricas em relação ao tema e objeto escolhidos. Nesta etapa foi realizado o procedimento “grelha de leitura” (QUIVY E CAMPENOULT, 2002), selecionando textos considerados fundantes dos campos de estudo escolhidos para o diálogo interdisciplinar, a fim de realizar uma leitura

compreensiva, crítica e reflexiva sobre as temáticas elegidas. Para a “grelha de leitura” fazemos - seguindo Quivy e Campenoult (2002), uma tabela (Figura 3) com duas colunas uma com as “Ideias-conteúdo”, outra com “Tópicos para estrutura do texto”.

Na etapa do levantamento bibliográfico do estado da arte do tema estudado os documentos foram selecionados de acordo com os objetivos de análise. As referências bibliográficas, que fundamentam o trabalho, foram selecionadas de acordo com os temas que permeiam o trabalho, sendo eles: justiça ambiental/racismo ambiental/desigualdade ambiental; território/produção do espaço/produção desigual do espaço urbano; desigualdades da covid-19 em São Paulo e usos do espaço público.

Figura 3 - "Grelha de leitura"

<b>Ideias-conteúdo</b>	<b>Tópicos para estrutura do texto</b>
<i>Olhar fenomenológico</i>	SCHWEICKARDT, 2000.
<i>Beach tennis no Brasil</i>	ALVES, 2022.
<i>Fato social</i>	DURKHEIM, 2002.
<i>Desigualdades da covid-19 em São Paulo</i>	TORRES et al., 2022; TRAVASSOS; MOREIRA; CORTEZ, 2020; TORRES E JACOBI 2020.
<i>Território e a produção do espaço</i>	SANTOS, 1996; HARVEY, D, 1973; LEFEBVRE, 1974 e SOJA, 1993.
<i>Planejamento desigual</i>	ROLNIK, 2022.
<i>Insustentabilidade nas cidades</i>	JACOBI, 2013.
<i>Pesquisa interdisciplinar ambiental</i>	LEFF, 2011 e FLORIANI, 2004.
<i>Produção desigual do espaço urbano</i>	VILLAÇA, 2011.
<i>Privilégios "verdes"</i>	PARK e PELLOW, 2013.
<i>Desigualdades ambientais</i>	ACSELRAD, 2010, ANGUELOVSKI, 2015.
<i>Justiça ambiental/racismo ambiental</i>	HERCULANO, 2008; BULLARD, 1990; MOHAI, PELLOW, ROBERTS, 2009; PACHECO, 2008.
<i>Usos do espaço público</i>	FONSECA, 2005.

fonte: elaboração própria

No final de dezembro de 2019 vários casos de doenças respiratórias foram registrados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. No primeiro mês do ano seguinte, as autoridades locais confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus, até então nunca encontrado em seres humanos. Em fevereiro de 2020, esse novo coronavírus foi nomeado de SARS-CoV-2, e passou a ser apontado como o responsável por causar a doença denominada COVID-19 (VENTURA, GIULIO, RACHED, 2020).

Entretanto, já naquele momento, a doença havia se espalhado de maneira muito rápida entre os habitantes da província chinesa e passou a obter alcance global. Desta maneira, no mês de março do ano de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia. A partir desta caracterização pressupôs-se que a doença havia se espalhado por várias regiões e países do mundo e que havia transmissão do vírus de pessoa para pessoa (VENTURA, GIULIO, RACHED, 2020).

Diante deste cenário, os países passaram a adotar medidas sanitárias que visavam o controle da expansão da doença e a prevenção da contaminação entre as populações mundo afora e nos níveis locais. Dentre as principais medidas implementadas constavam a recomendação do uso de máscaras cirúrgicas, o distanciamento social, evitar aglomerações e, com um caráter mais restritivo, a quarentena e o *lockdown*. Essas medidas começaram a ser implementadas e, como consequência, uma profunda transformação no cotidiano da vida das sociedades passou a ser observado. Uma grande parte das pessoas teve que se manter dentro de casa na maior parte do tempo, e os serviços oferecidos no meio urbano tiveram o seu funcionamento restrito (KEFALÁS, 2021).

O primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil foi registrado na cidade de São Paulo<sup>2</sup>. Um homem de 61 anos, residente da capital paulista, havia viajado para a Itália e foi a primeira pessoa a ser diagnosticada com a doença. Essa confirmação ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020. A partir disso, o número de infectados passou a aumentar exponencialmente e a primeira morte em decorrência da Covid-19 aconteceu no dia 12 de março do mesmo ano, também na cidade de São Paulo.

Em resposta ao aumento dos casos e da confirmação da primeira morte, o governo de São Paulo e a prefeitura da capital anunciaram a suspensão gradual das aulas nas escolas estaduais e municipais a partir do dia 16 de março de 2020, sendo que a suspensão total seria

---

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil>

oficializada a partir do dia 23 de março<sup>3</sup>. Estas foram as primeiras medidas adotadas no estado e na capital paulista, com o objetivo de tentar limitar o avanço da doença entre a população. A partir daquele momento, novas medidas passaram a ser implementadas praticamente toda semana, entretanto a Covid-19 continuou a se espalhar e contaminar as pessoas de maneira muito rápida e generalizada. Diante disso, em coletiva de imprensa realizada no dia 21/03/2020, o então governador de São Paulo João Dória (PSDB), ao lado do então prefeito de São Paulo Bruno Covas (PSDB), determinou a quarentena em todo o estado a partir do dia 24 de março daquele ano<sup>4</sup>. A determinação da quarentena previa o fechamento do comércio, permitindo o funcionamento apenas dos chamados serviços essenciais, tais como abastecimento, saúde, limpeza, bancos, alimentação e segurança (ALBUQUERQUE, RIBEIRO, 2021).

A pandemia da Covid-19 exacerbou a importância de se refletir sobre as desigualdades ambientais urbanas no território (TORRES et al. 2022). Falsas soluções para a crise ambiental e a crença na modernização ecológica têm gerado efeitos colaterais em diversas partes do planeta, aumentando as injustiças ambientais e o abismo entre elites e as populações em situação de vulnerabilidade (PARK e PELLOW, 2013). A crise sanitária deixou mais claro como a distribuição locacional das classes mais despossuídas no território é desigual, tanto no tocante a acesso a equipamentos como hospitais e postos de saúde, como a imperativa necessidade de deslocamento para o trabalho (TRAVASSOS, MOREIRA, CORTEZ, 2020). Mais do que isso. As populações que vivem nesse território tendem a ter mais comorbidades como a asma, pressão arterial alta ou a diabete, o que pode agravar a situação de quem contrair o vírus (TORRES et al. 2022). Tais comorbidades, como a asma por exemplo, estão associadas a maior exposição dessas populações a poluentes atmosféricos, como materiais particulados, vindos de automóveis ou de ônibus à diesel na cidade e carência de um ambiente urbano saudável, com presença de parques, praças e equipamentos culturais (TORRES e JACOBI, 2020).

À produção destes processos ambientais desiguais no território dá-se o nome de injustiças ambientais (ANGUELOVSKI, 2015, MOHAI, PELLOW, ROBERTS, 2009) e, em

---

<sup>3</sup> Notícia "São Paulo suspende aulas gratuitamente a partir do dia 16 de março". Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/13/sao-paulo-suspende-aulas-gradualmente-partir-do-dia-16-de-marco.ghtml> - acesso em outubro de 2023.

<sup>4</sup>Notícia Governo de São Paulo anuncia novas medidas para combate ao corona vírus no estado". Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/ao-vivo-governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-combate-ao-coronavirus-no-estado/#:~:text=O%20Governo%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,%2C%20bancos%2C%20limpeza%20e%20seguran%C3%A7a.> - acesso em outubro de 2023.

casos como do Brasil, de racismo ambiental (HERCULANO, 2006, PACHECO, 2008). Dados do Censo demográfico de 2010 indicam que em São Paulo, por exemplo, há uma desigualdade de até 10.3 vezes entre a proporção de populações pretas e pardas vivendo em uma região e outra. Enquanto a média da cidade é de 32,1 por cento de pretos e pardos, no bairro de Moema, por exemplo, na Zona Oeste a proporção é de 5.8%. Na Zona Sul, no Bairro de Jardim Ângela, a proporção é de 60.1% (IBGE, 2010).

O termo *racismo ambiental* foi cunhado no seio do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos no início da década de 1980, a partir da exposição do caso de Warren County, na Carolina do Norte (BULLARD, 1990). No Brasil, a incorporação da noção de justiça ambiental em pesquisas acadêmicas e denúncias de grupos espoliados tem como marca os anos 2000, com a publicação de "Sindicalismo e Justiça Ambiental", pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ), assim como o "Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania", realizado na Universidade Federal Fluminense e a criação, proposta a partir do Colóquio, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) (ACSELRAD, 2010, HERCULANO, 2006, PACHECO, 2008).

Durante a COVID-19, o que se pôde observar, não apenas no Brasil, mas também outras partes do planeta, foi a exacerbação de processos desiguais de acesso a bens e serviços (HAASE, A, 2020), bem como espaços de lazer e benefícios associados à natureza (HONEY ROSES, ANGUELOVSKI, BOHIGAS et al. 2020). Com isso, em São Paulo, a maior cidade da América Latina passou a viver um cenário jamais visto, frequentemente registrado através de imagens que mostravam as principais ruas e avenidas da cidade vazias, assim como suas milhares de lojas e comércios fechados. Da mesma maneira que as demais atividades não essenciais, o acesso ao lazer e à prática de atividades esportivas, assim como o acesso às áreas verdes da cidade, foram restringidos.

Além do fato de se proibir aglomerações, recomendar o distanciamento social e o uso de máscara, os aparelhos públicos (parques e praças) e privados (clubes, academias) ficaram fechados por longos períodos durante os anos de 2020 e 2021 (Figuras 4 e 5). Através de solicitação via Lei de Acesso à Informação para o município de São Paulo, a respeito do funcionamento dos parques e praças durante a pandemia, constatou-se que decretos foram expedidos de maneira a impor os seus fechamentos durante o período pandêmico. Além disso, obteve-se a informação de que o retorno das atividades desses aparelhos públicos foi gradual

e restrito, por exemplo, com funcionamento apenas de segunda à sexta das 9h às 18h.

Figura 4: Quadra no Parque Villa-Lobos com aviso de interdição por conta da pandemia de Covid-19



Fonte: G1 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/03/parques-municipais-de-sp-receberam-174-mil-visitantes-no-1o-fim-de-semana-e-feriado-de-reabertura-na-pandemia.ghtml>

Diante das presentes informações, é possível concluir que a população paulistana viu a sua vida se tornar cada vez mais reclusa ao espaço de seus próprios lares e, para aqueles que trabalhavam com atividades essenciais ou não tinham condições materiais de trabalhar de casa ou de se sustentar sem sair para o trabalho, havia a necessidade de sair de casa para o trabalho e voltar. Logo, as atividades tão importantes para a promoção da qualidade de vida e da manutenção da saúde mental e física, tornaram-se de difícil acesso.

Figura 5: Quadra de esportes fechada com fita no Parque Villa-Lobos, em São Paulo



Fonte: G1

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/11/03/parques-municipais-de-sp-receberam-174-mil-visitantes-no-1o-fim-de-semana-e-feriado-de-reabertura-na-pandemia.ghtml>

Por outro lado, justamente nesse contexto acima descrito, uma prática esportiva, o Beach Tennis, teve uma onda de crescimento muito grande durante este período e, possivelmente, pode ser o retrato de algumas desigualdades do Brasil, como as desigualdades ambientais urbanas e a desigualdade de acesso à práticas voltadas para o lazer e promoção da qualidade de vida. O Beach Tennis é uma modalidade esportiva que surgiu na Itália na década de 70 (Confederação Brasileira de Tênis, 2020) e é uma junção de outros esportes como o tênis, vôlei de praia e frescobol. Essas três são mais do que conhecidas e consolidadas no Brasil, com especial destaque para as duas últimas, que são praticadas na maioria das praias e do litoral brasileiro.

O Beach Tennis começa a chamar a atenção a partir do momento que nota-se a abertura de diversos estabelecimentos voltados para a sua prática, principalmente na cidade de São Paulo. Presente em regiões nobre da cidade, como nos distritos do Morumbi, Moema, Pinheiros, Vila Nova Conceição, entre outros, logo a modalidade começa a aparecer em matérias de jornais de grande circulação, como Folha de São Paulo, O Globo, G1 e Estadão (Figuras 6, 7 e 8). As reportagens, em um primeiro momento, procuram apresentar o fato, ou seja, mostrar o crescimento do Beach Tennis na cidade de São Paulo. As premissas das quais partem as matérias são de que com a pandemia, a procura por atividades de lazer ao ar livre aumentou, e o Beach Tennis atende essa demanda, uma vez que é praticado por poucas pessoas (até 4 jogadores) e não há contato físico entre os participantes. A outra premissa é a de que durante o período pandêmico, uma parte da população paulistana acostumada a

frequentar o litoral, encontrou uma atividade que proporcionasse uma sensação de estar na praia, pois é um esporte praticado em quadras de areia.

Figura 6: Academia de Beach Tennis na região do Morumbi, em São Paulo



Fonte: <https://www.zsimovel.com.br/blog/beach-tennis-na-zona-sul-os-melhores-locais-para-esportes-pe-na-areia-na-capital/3447/>

Figura 7: Academia de Beach Tennis em Moema, São Paulo



Fonte: <https://www.zsimovel.com.br/blog/beach-tennis-na-zona-sul-os-melhores-locais-para-esportes-pe-na-areia-na-capital/3447/>

Figura 8: Academia de Beach Tennis na Vila Nova Conceição, em São Paulo



Fonte: <https://www.zsimovel.com.br/blog/beach-tennis-na-zona-sul-os-melhores-locais-para-esportes-pe-na-areia-na-capital/3447/>

### **Formulação do problema, da pergunta de pesquisa e hipóteses**

A partir da revisão exploratória do estado da arte, das reflexões em conjunto com o orientador, das recomendações da banca de qualificação e análise dos resultados foi possível formular o seguinte **problema de pesquisa**:

- Analisar os usos desiguais do espaço na cidade de São Paulo a partir da prática do Beach Tennis, durante a COVID-19 (2020-2022).

Assim como a **pergunta de pesquisa**:

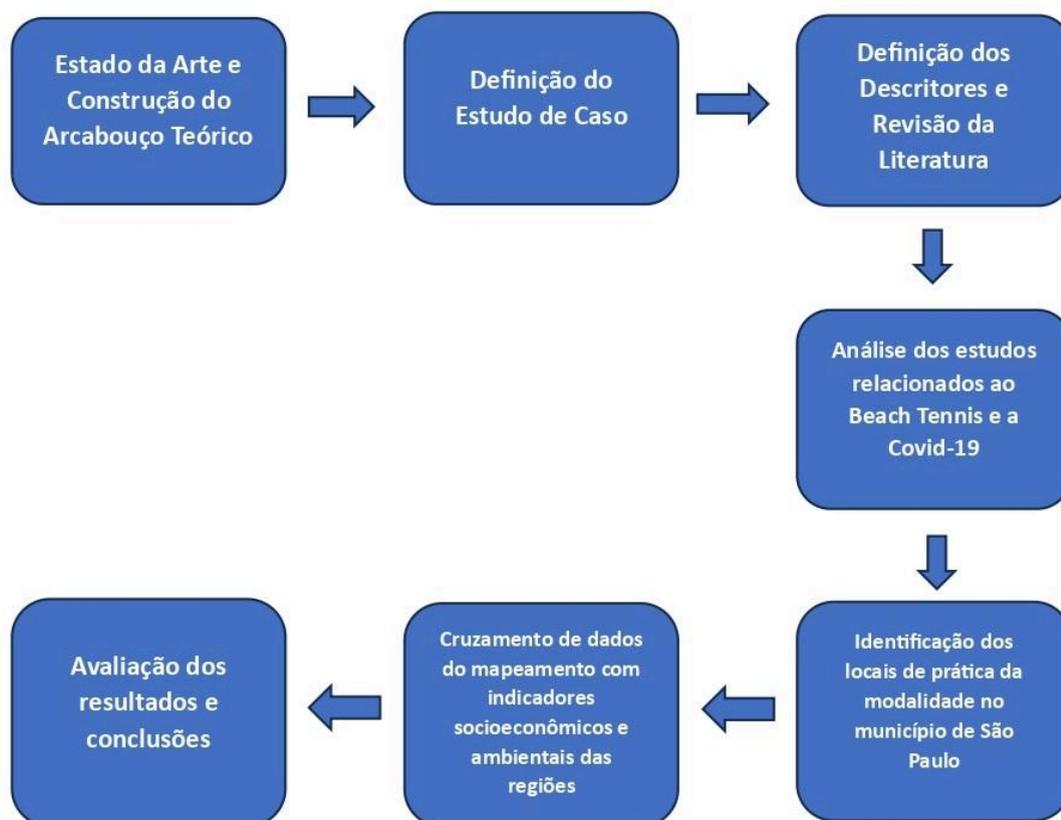
- O crescimento exponencial da prática do Beach Tennis, em São Paulo, durante a COVID-19, é reflexo da produção desigual do espaço e seus usos e privilégios ambientais?

Tenho como **hipótese** que a prática do Beach Tennis em São Paulo, durante a COVID-19, segue o padrão da produção desigual do espaço a partir do uso e apropriação do espaço por grupos de elites da sociedade, ao passo que a maioria da população teve restrição quase absoluta dos parques e áreas de lazer da cidade entre 2020- 2022.

### **Metodologia - Descrição dos procedimentos**

Elaborada em chave de abordagem da justiça ambiental (ACSELRAD, 2010) que busca iluminar a arena pública da distribuição desigual no território, esta pesquisa possui métodos mistos e híbridos da pesquisa interdisciplinar ambiental (LEFF, 2011 e FLORIANI, 2004). Na figura abaixo (Figura 9) está representado o passo a passo dos procedimentos metodológicos - alinhados ao arcabouço teórico - que objetivam responder a pergunta de pesquisa.

Figura - 9 - Descrição dos procedimentos metodológicos



Fonte: elaboração própria

De acordo com Gil (2017) a pesquisa exploratória "tem como propósito propiciar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses", permitindo o estudo do tema de acordo com diversos ângulos e aspectos (PRODANOV; FREITAS 2013), podendo envolver o levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2017). O presente estudo apresenta um modelo de pesquisa do tipo exploratória, desenvolvida com pesquisa bibliográfica utilizando como base materiais já publicados (GIL, 2017) selecionados a partir da consulta a fontes bibliográficas como teses, dissertações, anais de eventos científicos, livros e notícias de mídias. Além disso, a pesquisa documental também foi utilizada como forma de complementar as informações obtidas na pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados

documentos institucionais - como a solicitação da Lei de Acesso à Informação.

Para a etapa da coleta de dados da revisão da literatura utilizou-se a pesquisa bibliográfica através da consulta à base de dados: a) Google Scholar e b) Banco de Teses da Capes. Foram testadas as bases da Scopus e Web of Science, mas como o objetivo (Objetivo específico 1) é a identificação dos estudos e trabalhos que relacionam "COVID-19"+"Beach Tennis" no mundo, no Brasil e em São Paulo, estas bases se mostraram limitadas do ponto de vista dos resultados nacionais. Enquanto a base do Google Scholar permitia um maior alargamento da produção científica produzida, incluindo também os trabalhos internacionais que eram verificados nas bases Scopus e Web of Science.

Os artigos, teses e dissertações encontradas nessa busca foram selecionados utilizando o critério de relevância e aplicabilidade para o objetivo do trabalho. Os dados e informações sobre o tema e os descritores selecionados foram sistematizados em quadros, figuras e gráficos com o intuito de contribuir para a melhor compreensão das informações levantadas (Seção 7 - Discussão dos resultados obtidos até o momento e conclusões preliminares). Os dados e informações coletadas foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) subdividido em três etapas, sendo elas:

1. Pré-análise: escolha dos documentos a serem analisados e elaboração de categorias para a análise temática.
2. Exploração do material: análise dos documentos de acordo com as categorias definidas.
3. Tratamento dos resultados e interpretação: síntese e interpretação dos resultados obtidos na etapa 2.

Do ponto de vista da abordagem por justiça ambiental a pesquisa tinha, ainda, como anseio construir um cartograma - a partir do software livre QGIS - que evidenciasse potenciais distribuições desiguais dos equipamentos e espaços verdes e livres para prática de Beach Tennis em São Paulo (objetivo 2). Para tal seriam utilizados documentos da CBT - Confederação Brasileira de Tênis, documentos públicos oficiais da cidade de São Paulo, bem como sites e mídias sobre o tema.

No entanto, desafios e dificuldades - que fazem parte de uma pesquisa acadêmica - foram encontradas no caminho que fizeram com que a opção de se construir um cartograma não fosse a mais proveitosa. A primeira delas consiste no fato de que a expectativa de se

encontrar dados a partir de fontes oficiais como a Confederação Brasileira de Tênis (CBT) não foi cumprida, uma vez que não houve uma resposta da instituição aos questionamentos encaminhados por essa dissertação<sup>5</sup>. Outro ponto reside na utilização de uma pesquisa elaborada por um comitê independente que, apesar de ser de suma importância, apresenta algumas limitações na apresentação dos dados como a utilização dos termos “Prefeitura Regional”, “Subprefeitura”, “Bairro”, “Distrito” e “Região” sem um critério definido de distinção entre estes. Da mesma maneira, a baixa representatividade numérica dos locais de prática nos Distritos da cidade (ex: distritos com 1 ou 2 estabelecimentos) foi entendida por este autor como uma melhor representação a ser realizada a partir de gráficos e tabelas. Em suma, a pesquisa utilizada como fonte de dados para esta dissertação não possui dados a respeito do ano de 2022, ano crucial para o entendimento e visualização do processo de crescimento e expansão da modalidade, que pôde ser analisada nos anos de 2020 e 2022.

Por fim, para cumprir o objetivo específico 3, foram utilizados os dados disponibilizados pelo Mapa da Desigualdade do ano de 2020. Explorou-se os indicadores Renda Média das Famílias; População Preta e Parda; Cobertura Vegetal; Idade Média ao Morrer; Favelas; Equipamentos Públicos de Esporte. Essas informações foram cruzadas com os distritos do município de São Paulo com a maior presença de estabelecimentos voltados para a prática de Beach Tennis, de maneira a discutir o processo de expansão deste fenômeno situado nos devidos territórios sob a ótica das desigualdades ambientais urbanas, privilégios, contradições e usos dos espaços públicos, conforme proposto pela pesquisa. Estas informações são exploradas e aprofundadas a partir da apresentação dos levantamentos mencionados e da discussão de seus resultados, no Capítulo IV.

A figura abaixo (Figura 10) - Quadro Metodológico - busca detalhar e verificar a coerência entre os procedimentos, os objetivos, o tema e a pergunta de pesquisa.

---

<sup>5</sup> Foi feito o contato com a CBT via telefone, no qual me sugeriram contatar o setor de imprensa via e-mail. Foram enviados e-mail duas vezes (jan/2024), mas não obtive resposta em nenhum dos casos.

Figura 10 - Quadro Metodológico

TEMA	Desigualdades Ambientais Urbanas
DELIMITAÇÃO DO TEMA	Acesso desigual, privilégios e usos dos espaços na cidade de São Paulo a partir da prática do Beach Tennis durante a pandemia de COVID-19
PERGUNTA DE PARTIDA	O crescimento exponencial da prática do Beach Tennis em São Paulo, durante a COVID-19, é reflexo da produção desigual do espaço e seus usos e privilégios ambientais?

OBJETIVOS		Pontos a investigar	Fonte de informação	Técnica coleta dados	Técnica Análise Dados	Resultado Esperado	Produto final
OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS						
Analisar os usos dos espaços, as contradições e as desigualdades ambientais à partir da evolução da prática do Beach Tennis durante a pandemia de COVID-19 (2020-2022), tendo como estudo de caso a cidade de São Paulo	1. Identificar os estudos relacionados ao Beach Tennis e a COVID-19 (Mundo, Brasil e São Paulo)	Quais campos do saber estão estudando o tema e como? Como os campos da ciência ambiental e da pesquisa interdisciplinar estão tratando o tema?	Bases indexadoras (Google Scholar, Banco de Teses CAPES)	Revisão Sistemática da Literatura (RSL)	Análise de Conteúdo a partir de Bardin (2011)	Conhecimento do campo e suas abordagens	1. A literatura sobre o tema ainda é pequena 2. reforça a originalidade do tema de pesquisa
	2. Mapear o desenvolvimento e os locais de prática da modalidade no município, observando a presença desses estabelecimentos nos espaços públicos e privados, bem como a distribuição geográfica dos equipamentos/áreas	Existe uma distribuição homogênea ou heterogênea dos equipamentos e espaços públicos e privados para a prática de Beach Tennis em São Paulo? Há uma concentração em distritos/áreas de elites da	Pesquisas “Estudo do Número de Estabelecimentos, Quadras e Praticantes de Beach Tennis no Estado de São Paulo (julho/2020)” e “Cidade de São Paulo - Por Região e Número de Quadras (junho/2021)	Informações disponibilizadas pelas pesquisas, que permitem analisar o crescimento e a expansão da modalidade no período da COVID-19	Recorte da pesquisa para situar o objeto no território do estudo de caso, cidade de São Paulo, de maneira a construir um cenário comparativo no período	Obter a dimensão da expansão da modalidade Beach Tennis durante a pandemia, assim como a distribuição geográfica dos estabelecimentos voltados para esta prática	As informações obtidas através da exploração das pesquisas do Comitê Unidos Pelo Beach Tennis possibilitou a visualização do processo de desenvolvimento do Beach

		cidade?	”, realizadas pelo grupo independente Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP		(2020-2022)	esportiva	Tennis no município de São Paulo, assim como a territorialização deste fenômeno na capital paulista
	3. Cruzar os dados do mapeamento com indicadores socioeconômicos e ambientais dos distritos	Contrastes ou semelhanças entre áreas de usos para a prática da atividade esportiva e desigualdades ambientais existentes nos territórios	Mapa da Desigualdade (2020 e 2023). Indicadores: 1. Renda Média Familiar Mensal; 2. População Preta e Parda; 3. Cobertura Vegetal ; 4. Idade Média ao Morrer; 5. Favelas; 6. Equipamentos Públicos de Esporte;	1. A partir do objetivo 2, selecionar os distritos para análise mais detalhada. 2. Verificação nas bases a partir dos bairros selecionados para análise	Cruzamento dos indicadores explorados no Mapa da Desigualdade com os distritos de maior presença da modalidade de acordo com a pesquisa do Comitê Unidos Pelo Beach Tennis - SP	Conhecimento sobre se há espelhamento entre desigualdades ambientais existentes no município com os locais da prática esportiva do Beach Tennis	Conclusão de que a prática se desenvolveu, ao longo da pandemia, nos locais com a presença dos grupos de elite da sociedade

fonte: elaboração própria

## Capítulo 2 - História do Beach Tennis e sua evolução no Brasil e em São Paulo

### 2.1 História do Beach Tennis

Esta não é uma dissertação cujo objeto é o Beach Tennis, mas sim as desigualdades na cidade de São Paulo e como a evolução desta modalidade durante a pandemia de COVID-19 pode ilustrar o debate sobre usos dos espaços livres de lazer. Vale, no entanto, o resgate - proposto neste capítulo - do histórico dessa atividade, bem como a marcação de suas características para um melhor entendimento sobre o tema. O Beach Tennis é uma modalidade esportiva que foi criada na província de Ravenna, no norte na Itália (terceira capital do Império Romano do Ocidente, entre os anos 402 e 476), a partir do final da década de 1980<sup>6</sup>. De acordo com Santini e Mingozi (2017) o local exato seria próximo a Ravenna, nas praias da Costa Romagnola, também Itália, mas nos anos 1970 (SANTINI; MINGOZZI, 2017). Já a Federazione Italiana Tennis (FITP) entende que o Beach Tennis moderno tem suas raízes por volta dos anos 70, nas praias da costa italiana (FITP), embora a prática remonte tempos mais antigos. De todo modo, nas três versões acima mencionadas, a variação entre o recorte geográfico e temporal é pequena.

Desde Gramsci (1987) - e possivelmente antes dele - a questão regional, ou como trata o autor italiano, *meridional*, é fundamental para a caracterização da Itália em duas regiões de contrastes: o norte, rico, industrial, com extrema circulação de fluxos, pujante em contraste com o sul, retardatário, predominantemente agrícola, atrasado e onde residem as principais desigualdades do país. Não se trata de alongar a questão, mas, do ponto de vista do território e de seus praticantes, trata de importante marcação para as reflexões posteriores sobre o tema.

Como vimos, a data de surgimento do Beach Tennis não é precisa, entretanto a maioria dos autores e das referências afirmam que a modalidade tem os seus primeiros passos, ou seja, a realização das primeiras partidas e torneios, na praia de Marina di Ravenna, na Itália (OLIVIER, 2010). Acredita-se que as características morfológicas e a maneira de se organizar o território tenham sido fatores que impulsionaram o desenvolvimento desta prática esportiva, uma vez que a praia possui uma extensa faixa de areia e encontra-se isolada por uma área de preservação na sua costa. Com isso, predominou o turismo de tipo pendular (OLIVIER, 2010), no qual o turista, desprovido de habitações e construções próximas à praia que proporcionam a estadia a médio e longo prazo, via-se compelido a passar o dia todo naquela

---

<sup>6</sup> CBT. História do Beach Tennis, 2023. Disponível em: <<http://cbt-tenis.com.br/beachtenis.php?cod=5>>. Acesso em: set. de 2023.

localidade. Dessa maneira, havia o interesse por atividades de lazer para praticar durante o período em que estivessem na praia.

Figura 11 - Beach Tennis em Marina di Ravenna



Fonte:

<https://www.ravennatoday.it/cronaca/dove-la-leggenda-ebbe-inizio-il-beach-tennis-torna-a-marina-con-un-torneo-da-10mila-dollari.html>

Já consolidado no cenário global como uma modalidade praticada em diferentes lugares do mundo, o vôlei de praia era a opção mais comum e presente para os banhistas da província de Ravenna (OLIVIER, 2010). Entretanto, devido à uma elevada complexidade técnica e a necessidade de um maior número de praticantes, o tradicional esporte não parecia ser atraente o suficiente para aqueles que lá se encontravam. Com uma extensa faixa de areia disponível e diversas quadras de vôlei desocupadas, começou-se a explorar uma nova modalidade, inicialmente praticada com raquetes parecidas com a de tênis, só que com a base de madeira ou plástico (OLIVIER, 2010). Assim, é possível que o Beach Tennis tenha surgido como uma descendência do *tamburello*, ou tamboréu (Figura 12), esporte secular praticado no país europeu que utiliza um pandeiro feito com um aro de madeira e tampa de couro (Figura 13), com o objetivo de rebater a bola de um lado para o outro entre os jogadores (OLIVIER, 2010).

Figura 12: Atleta profissional de *tamburello* disputando torneio pela seleção italiana



Fonte:

<http://www.federtamburello.it/mondialeindoor2019/news/3274-in-the-first-day-italian-and-french-teams-have-already-qualified.html>

Figura 13: *Tamburello* italiano exposto em museu



fonte:

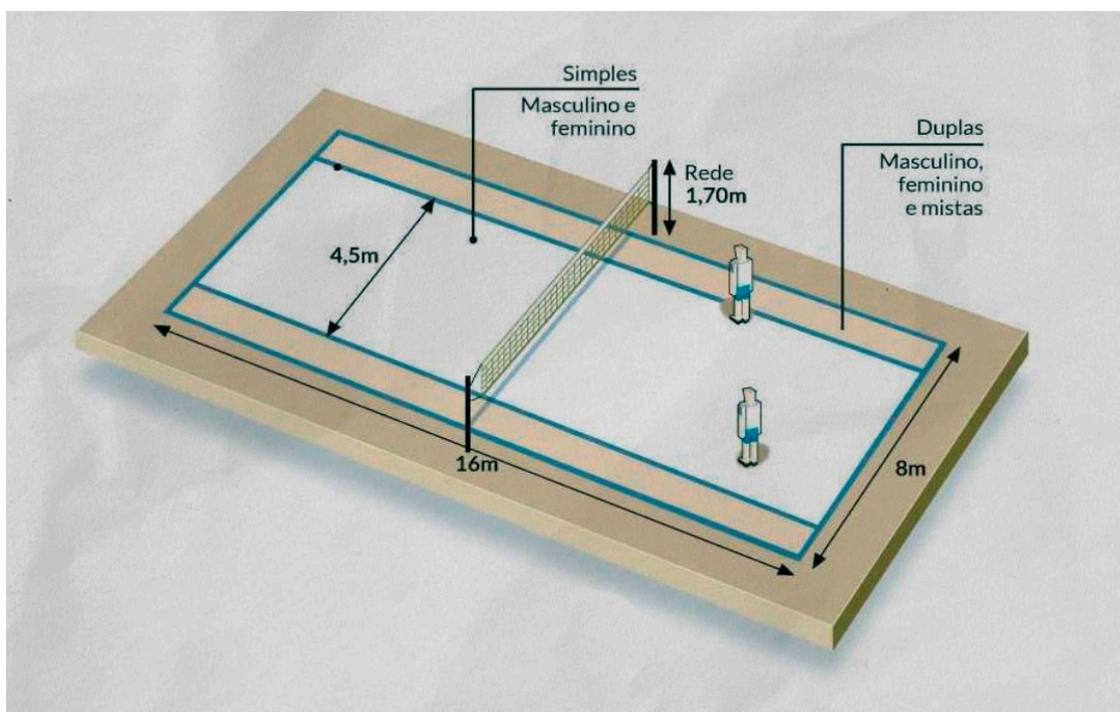
<https://www.musis.pt/tamburello/>

O Beach Tennis apresenta, inicialmente, derivações de modalidades já conhecidas e praticadas, como o vôlei de praia, o tênis de campo, o badminton e o frescobol. Essa semelhança se dá em diferentes aspectos que compõem a sua prática (OLIVIER, 2010). À princípio, pode-se mencionar a dimensão da quadra igual ao vôlei de praia (16m x 8m), enquanto que a contagem dos pontos e os nomes dos principais golpes são oriundos do tênis tradicional. O badminton contribui com a semelhança na dinâmica do jogo e em sua jogabilidade, como a movimentação pela quadra e por ser jogado majoritariamente entre duas duplas, enquanto que o frescobol apresenta alguns aspectos técnicos semelhantes entre os golpes das modalidades.

O jogo de Beach Tennis pode ser disputado em simples, em um confronto de um jogador contra o outro, ou de duplas, em que uma dupla enfrenta a outra. Joga-se sob a superfície de uma quadra de areia, sendo que esta pode ser na própria praia ou nas quadras de areia montadas em ambientes externos às orlas litorâneas. A quadra possui as dimensões de 16m x 8m (duplas), 16m x 4,5m (simples) e 14m x 7m para atletas até os doze anos de idade.

A rede possui a altura de 1,50m para até 12 anos, 1,70m para todas as categorias restantes e 1,80m para a categoria masculina profissional.

Figura 14: dimensões da quadra de Beach Tennis



fonte:

<https://raqueteparatenis.com.br/tamanho-quadra-beach-tennis/>

O material utilizado para o jogo consta de uma bola chamada de *stage 2* (Figura 15). Ela possui as mesmas dimensões de uma bola de tênis, entretanto, possui 50% de sua pressão, o que a torna mais macia e leve. Outro componente indispensável à prática é a raquete. Em geral, existem três materiais que compõem as raquetes (Figura 16): fibra de vidro, fibra de carbono e *kevlar*. A fibra de vidro é o material que está presente em todas as raquetes, enquanto que carbono e *kevlar* podem aparecer, juntos ou não, na composição destas. Importante destacar que, visualmente, é difícil apontar o material exato que compõe a raquete. Para fazer esta distinção, é necessário conhecimentos além da habilidade visual, como a marca, o peso e as próprias indicações colocadas pelo fabricante na raquete. Por fim, a quadra é delimitada por uma faixa de demarcação igual à utilizada nas quadras de vôlei de praia, assim como a rede é semelhante, apesar da diferença nos espaços entre as treliças, que é menor no Beach Tennis do que no vôlei, devido ao tamanho da bola.

Figura 15- Exemplo de Bola Stage 2- Beach Tennis



Fonte:

<https://www.otenista.com/bola-beach-tennis-stage-2-dunlop>

Figura 16 - Exemplo de raquete Beach Tennis



Fonte: <https://www.otenista.com>

A regra básica do jogo consiste em disputar o ponto de maneira a vencê-lo ao fazer com que a bola rebatida toque o piso da quadra adversária, ou que o adversário jogue a bola na rede ou rebata a mesma para fora da quadra. A partir disso, a contagem dos pontos segue a mesma do tênis, ou seja, 15/30/40/Game (No-Ad) em um set até 6 games. Em caso de empate de 5 games conquistados para cada lado, joga-se até 7 games. Se houver empate em 6 a 6, disputa-se um *tie-break* até 7 pontos corridos. Diante dessas características, fica nítido que a origem da modalidade tem influência de diversos outros esportes, sejam eles com raquete ou não, de maneira a torná-lo atrativo para diversos públicos.

A profissionalização do Beach Tennis teve início na década de 1990, mais especificamente após 1996<sup>7</sup>. Visto até então como uma modalidade caracterizada pelo aspecto recreativo, alguns entusiastas do esporte acreditaram na possibilidade de profissionalizá-lo a partir da instituição de um regulamento oficial, campeonatos nacionais e regionais e capacitação para instrutores e árbitros. Em 1997 nasce, então, a Federazione Italiana de Beach Tennis (FIBT), que tinha como objetivo impulsionar a modalidade com uma representação em cada região e província na qual o esporte se encontrava. Entretanto, a partir do ano de 2000, começam a haver dissidências entre a FIT (Federazione Italiana de Tennis) e a FIBT (OLIVIER, 2010). Com isso, o Beach Tennis profissional, na primeira década do século XXI, é marcado por idas e vindas em um tortuoso caminho de indefinições e disputas por sua hegemonia na Itália, de maneira a ter diferentes Ligas e Rankings entre as entidades, com os atletas profissionais divididos nas suas participações nos torneios e eventos.

De acordo com dados da Confederação Brasileira de Tênis, entidade responsável pela gestão e regulação do esporte no Brasil, a profissionalização do Beach Tennis iniciou-se a partir de 1996, após a delimitação das regras básicas, como altura da rede em 1,70m e a dimensão de 16m x 8m para o tamanho da quadra<sup>8</sup>. No ano de 2003, a FIT (Federazione Italiana Tennis), organizou os primeiros eventos da entidade na modalidade, que foram sediados na Emilia Romagna e no Lazio, locais que são berços do Beach Tennis<sup>9</sup>. Em 2005, constituiu-se a primeira Comissão Nacional de Beach Tennis, na Itália, assim como o primeiro circuito nacional de eventos e os primeiros campeonatos italianos individuais e por equipes, chancelados pela FIT. Apesar de encontrar-se Beach Tennis em diferentes países do mundo, a

---

<sup>7</sup> CBT. História do Beach Tennis, 2023. Disponível em: <<http://cbt-tenis.com.br/beachtenis.php?cod=5>>. Acesso em: set. de 2023.

<sup>8</sup> COSA È IL BEACH TENNIS. Federazione Italiana Tennis e Padel. Roma, [s.d]. Disponível em: <<https://www.fitp.it/Beach-tennis/Cosa-e-il-beach-tennis>>. Acesso em 26 de set. de 2023.

<sup>9</sup> COSA È IL BEACH TENNIS. Federazione Italiana Tennis e Padel. Roma, [s.d]. Disponível em: <<https://www.fitp.it/Beach-tennis/Cosa-e-il-beach-tennis>>. Acesso em 26 de set. de 2023.

Itália prevalece como o principal motor da modalidade e, conseqüentemente, o centro das tomadas de decisões no que se diz respeito à gestão e regulação do esporte.

Em suma, a história do Beach Tennis profissional assume novos caminhos quando a modalidade passa a ser majoritariamente gerida pela FIT, no ano de 2010. Atualmente, a administração do Beach Tennis vem de um desdobramento da Federazione Italiana Tennis e Padel, FITP, sendo esta a entidade responsável pela gestão da modalidade no país. Com isso, a modalidade passa a ser gerida por outra importante entidade, de alcance mundial, que tem a Federazione Italiana de Tennis e Padel como um de seus afiliados, a ITF (International Tennis Federation)<sup>10</sup>.

Em âmbito global a ITF, International Tennis Federation, consiste no órgão que administra a modalidade no mundo desde 2010, de maneira a organizar o ranking dos atletas profissionais, as premiações, o calendário de torneios e competições à nível profissional e a regulamentação do esporte no mundo. Até o presente momento, o escopo de atuação da Federação abrange mais de 300 torneios por ano em 37 países, incluindo o Campeonato Mundial de Beach Tennis, ITF Beach Tennis World Championships, e a Copa do Mundo da modalidade, a ITF Beach Tennis World Cup, assim como as etapas regionais na Europa, África e nas Américas.

Além disso, a entidade possui uma vertente de atuação ao lado dos atletas juvenis, através da ITF Beach Tennis Junior Tour<sup>11</sup>. Lançado no ano de 2020, o Tour focado para o público juvenil (até 18 anos), surge na esteira do exponencial e expressivo crescimento da modalidade, principalmente a partir do período da pandemia. Tendo em vista que o Beach Tennis começa a atingir um patamar até então desconhecido, com relação ao alcance entre as pessoas e o aumento de participantes, a entidade percebeu a importância e a necessidade de se expandir o seu escopo de atuação para abrigar as gerações futuras, de maneira a possibilitar o crescimento do esporte à longo prazo.

## 2.2 Chegada no Brasil

De acordo com dados da Confederação Brasileira de Tênis<sup>12</sup>, a data de chegada do Beach Tennis ao Brasil consta do ano de 2008, nas areias da praia de Ipanema, no Rio de

---

<sup>10</sup> COSA È IL BEACH TENNIS. Federazione Italiana Tennis e Padel. Roma, [s.d]. Disponível em: <<https://www.fitp.it/Beach-tennis/Cosa-e-il-beach-tennis>>. Acesso em set. de 2023.

<sup>11</sup> ITF. ITF Beach Tennis Junior Tour. 2020. Disponível em: <<https://www.itftennis.com/en/itf-tours/beach-tennis-juniors/>>. Acesso em set. 2023

<sup>12</sup> CBT. História do Beach Tennis, 2023. Disponível em: <<http://cbt-tenis.com.br/beachtenis.php?cod=5>>. Acesso em: set. de 2023.

Janeiro. Essa chegada é resultado da influência de italianos residentes na capital fluminense com o interesse de brasileiros que, ao serem apresentados à modalidade, organizaram-se de maneira a reproduzir a sua prática na orla da cidade. Além da cultura do esporte de praia ser marcante na cidade, com as práticas do futebol de areia, vôlei de praia, frescobol, peteca, fut-vôlei, remo, surf, vela, canoagem, entre outros.

Dentre as importantes figuras que tiveram protagonismo nesse processo, é possível destacar a atuação de Gian Luca Padovan, italiano que reside no Brasil desde 2006, mas conhecia o país há mais de 10 anos (PIEDRAS, 2021). Gian Luca iniciou sua relação com a modalidade na década de 90, na famosa praia de Marina di Ravenna, onde praticava o esporte que ainda nem era chamado de Beach Tennis, mas sim de *Rakkettone* (*raquete*, em italiano). Oriundo do squash, Padovan conta que nos anos 1990 a modalidade praiana era praticada com raquetes de madeira e quadra de vôlei de praia, e somente a partir de 1996, ano em que veio ao Brasil pela primeira vez, é que o esporte passou a oficialmente ser chamado de Beach Tennis. (PIEDRAS, 2021).

De acordo com seu próprio relato, em 2006 o italiano começou a divulgação da prática e a procura de pessoas interessadas para se juntarem à ele nessa nova modalidade. Entretanto, foi somente no ano de 2008 em que dois amigos e posteriormente atletas, Adão Chagas e Leopoldo Correa, embarcaram na proposta ao trazerem materiais voltados para o ensino, é que Gian Luca pode ministrar as primeiras aulas, que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro (PIEDRAS, 2021). Diante disso, já no mesmo ano, Padovan fundou o conhecido *Point Ipanema 500*, bairro de elite e ao mesmo tempo desigualdades, na zona sul carioca, que funciona como uma espécie de clube, empresa e centro de treinamento que ajuda na divulgação do esporte e no oferecimento de treinamento adequado e específico para atletas que buscam iniciar na modalidade ou se inserir no nível competitivo.

Figura 17 - Praticantes de Beach Tennis no Point 500, na praia de Ipanema, Rio de Janeiro



fonte:

<https://orlario.com.br/home/gian-luca-padovan-a-historia-do-beach-tennis-no-brasil/>

O *Point* Ipanema 500 pode ser considerado como o primeiro aglomerado de praticantes e aspirantes à praticantes de Beach Tennis no Brasil. Gian Luca buscou reunir pessoas interessadas na modalidade e atletas de tênis nos quais ele via potencial para se tornarem beach tenistas e competirem a nível profissional. Dali surgiram grandes nomes que se tornaram referência no Brasil. Dentre estes, cabe destacar Guilherme Prata e Vinícius Font na categoria masculina. O primeiro chegou a ocupar os postos de número 1 do Brasil e top 10 mundial, destacando-se pela conquista de campeonatos mundiais junto à seleção brasileira,

enquanto que o segundo foi o primeiro atleta masculino não italiano a ser o jogador número 1 do mundo (PIEDRAS, 2021). Na categoria feminina, destaque para as cariocas Flávia Muniz e Joana Cortez, que obtiveram o feito de ocuparem posições dentre as 10 melhores atletas do mundo, além de terem conquistado títulos mundiais na modalidade (PIEDRAS, 2021).

Desta maneira, o *Point* fundado por Padovan consiste como talvez o mais importante marco da chegada do Beach Tennis ao Brasil, uma vez que os registros indicam que ali foram ministradas as primeiras aulas da modalidade no país, assim como os primeiros treinamentos de nível avançado e os atletas profissionais que passaram a representar a seleção brasileira nos campeonatos internacionais. Assim, pode-se dizer que a cidade do Rio de Janeiro é o berço do Beach Tennis no Brasil. Mais do que isso, a famosa praia de Ipanema.

Com isso, a partir do pioneirismo da capital fluminense neste processo, outros lugares do Brasil começaram a se desenvolver dentro do universo desse esporte. Uma dessas localidades é o litoral paulista, mais especificamente nas cidades de Santos e Guarujá. Antes de mencionar o Beach Tennis no estado de São Paulo, é importante retomar a informação presente no início deste capítulo a respeito do *tamburello*, ou tamboréu. Este consiste em um esporte secular praticado na Itália que se destacou, e permanece em destaque, nas areias das praias de Santos, e nos clubes da cidade. Neste jogo, os competidores utilizam o tamboréu (pandeiro feito com madeira) para rebater a bola de um lado para o outro na quadra.

Figura 18 - Tamboréu brasileiro



fonte: <https://clubepaineiras.org.br/tamboreu/>

Figura 19- pandeiro brasileiro



fonte: <https://blog.alfibras.com/precisamos-falar-sobre-o-pandeiro/>

De acordo com o site oficial da prefeitura de Santos, o tamboréu é uma modalidade que surgiu em meados dos anos 1930, na Itália, com os irmãos Donatelli, e desde então tem sido uma atividade de destaque na baixada santista<sup>13</sup>. Existem registros, ao longo de todo o século XX, de associações, clubes, equipes e competições na cidade de Santos, o que permite concluir que a influência das práticas esportivas oriundas da Itália influenciam o cenário do litoral brasileiro há várias décadas. Dentre as instituições de maior destaque e relevância, pode-se citar a Federação Paulista de Tamboréu, a Associação Nacional de Tamboréu e a Liga Interiorana de Tamboréu.

O nome do esporte deriva da palavra original, *tamburello*, em italiano, que significa pandeiro. O principal material utilizado para se jogar é um tamboréu (pandeiro) feito de madeira, com 26cm de diâmetro, e o jogo pode ser jogado individualmente, duplas ou quartetos. Em geral, disputa-se uma melhor de 3 sets, com 10 pontos cada, e a quadra possui dimensões de 34mx10m para as partidas de duplas e quartetos, enquanto que nos jogos de simples reduz-se a 14,5mx7m. Dadas essas dimensões, a quadra ainda encontra-se dividida por uma rede de 1m de altura.

Ao longo de seu desenvolvimento, tornou-se conhecido ao ocupar as areias das praias de Santos. Entretanto, o seu alcance não se limitou aos praticantes que ali residiam ou que

---

<sup>13</sup> TAMBORÉU é opção para a prática esportiva. Prefeitura de Santos, 2023. Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/tamboreu-e-opcao-para-a-pratica-esportiva>>. Acesso em: set. 2023

passavam pela orla santista. Aos poucos a modalidade começou a atingir um público de banhistas que se deslocavam ao litoral, principalmente moradores da cidade de São Paulo. Com a chegada de praticantes paulistanos e a expansão da modalidade para além das areias, tem-se um cenário no qual o tamboréu se torna praticado em quadras de saibro, ou seja, no mesmo piso em que o tênis é praticado há décadas. Isso fez com que o esporte pudesse atingir um maior alcance e expandir o seu número de adeptos.

Grande exemplo dessa trajetória é a chegada do Tamboréu ao Clube Corinthians, famoso e tradicional no futebol, no final da década de 1950<sup>14</sup>. O Clube passou a ser uma das maiores referências em treinamentos competitivos e promoção de atividade física voltada ao lazer dentro da modalidade, além de ser um centro de treinamento para aqueles que buscam a participação e disputar torneios e campeonatos da modalidade. Além disso, o tamboréu se expandiu para o interior do estado de São Paulo, o que fez aumentar ainda mais a sua capilaridade e o número de praticantes.

Esta pesquisa não tem como objetivo comparar as histórias das modalidades Tamboréu e Beach Tennis. Entretanto, cabe observar que ambas são oriundas do continente europeu, mais especificamente da Itália. A relevância deste fato reside na constatação de que apresenta-se mais um elemento componente do extenso processo, tanto em periodicidade quanto em número, de imigração europeia para o Brasil no início do Século XX. Não só a numerosidade de imigrantes europeus em solo brasileiro é de destaque, mas a forte influência dos seus hábitos, tradições e culturas na população do país que os recebeu, até os dias atuais. Passados mais de cem anos do início deste processo de imigração, tem-se a sociedade brasileira fortemente marcada pelas contribuições e intervenções, de diferentes naturezas, dos povos europeus, em destaque para os italianos mencionados na pesquisa. Entretanto, apesar da semelhança na origem, o Beach Tennis e o Tamboréu percorrem estradas diferentes no Brasil. Enquanto o primeiro apresenta-se com um caráter mais elitista, com a sua prática voltada para as classes altas da sociedade brasileira, o segundo aparenta ter um caráter mais popular, de mais fácil acesso em termos financeiros e menos especulativo na sua prática. Mas, para avançar nesta discussão e corroborar as afirmações, é necessário que se faça uma investigação mais aprofundada, o que não se encontra no escopo deste trabalho. Assim, o comentário encontra-se na órbita de uma impressão a partir dos registros até aqui analisados.

### 2.3 Beach Tennis em São Paulo

---

<sup>14</sup> TAMBORÉU. Página Oficial do Sport Club Corinthians Paulista. Disponível em: <https://www.corinthians.com.br/clube/modalidades/associativas/tamboreu>. Acesso em set. 2023.

Da mesma forma que vimos que o Tamboréu surge na Itália, atravessa o Atlântico e chega ao Brasil, é possível afirmar que o Beach Tennis seguiu um caminho bastante parecido, sendo que a diferença entre ambos consiste no ponto de chegada ao território brasileiro. O primeiro se ratifica no litoral paulista, na cidade de Santos, enquanto que o segundo ocupa as praias da cidade do Rio de Janeiro. Aqui vale destacar que o objetivo deste trabalho não consiste em realizar uma historiografia ou uma robusta análise que permita inferências ou conclusões acerca da relação Brasil/Itália e as respectivas modalidades esportivas. Entretanto, dado o contexto histórico de intenso fluxo migratório de imigrantes europeus, dentre eles os italianos, rumo ao Brasil ao longo do século XX, pode ser possível relacionar o desenvolvimento e a expansão dessas práticas como exemplo das influências e interferências culturais dos italianos com o modo de vida e o cotidiano dos brasileiros ao longo dos últimos cem anos. Porém, não é este o objetivo deste trabalho e, para tal afirmação, carece-se de uma investigação direcionada e apurada para avaliar a razoabilidade desta hipótese.

Seguindo adiante, ao se pensar no paralelo entre a história do Tamboréu e a do Beach Tennis, conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, temos o fato de que ambas modalidades esportivas não se limitaram aos espaços inicialmente demarcados para as suas práticas. No caso do Tamboréu, ao chegar às praias santistas na década de 30 do século XX, a modalidade se expandiu para a capital paulistana e até mesmo para o interior do estado. O mesmo movimento observa-se com o Beach Tennis, que após a sua inicial estada no Rio de Janeiro, atingiu outras localidades do Brasil. E uma dessas localidades, por coincidência ou não, é a mesma na qual o *tamburello* se erradicou, ou seja, na baixada santista.

No início dos anos 2010, o Beach Tennis rompeu a fronteira do estado do Rio de Janeiro e avançou para novas localidades, como o litoral centro-sul do estado de São Paulo. Santos e Guarujá são dois municípios que se destacaram e ainda se destacam como importantes centros de treinamento e difusão da modalidade, uma vez que contam com um grande contingente de participantes, atletas profissionais nativos dessas regiões e como sedes de importantes campeonatos e eventos a nível nacional e internacional. Juntamente com o Rio de Janeiro, podem ser consideradas como grandes cidades praianas brasileiras em termos de procura por parte dos turistas. Ou seja, há um intenso fluxo de pessoas de todo o país em torno do cotidiano de suas praias.

Isso se concretiza a partir da constatação de que o Beach Tennis, apesar de ter sido erradicado no Rio de Janeiro e atingido localidades como a baixada santista, não se conteve aos limites das orlas destas cidades. Aqui cabe destacar a importante presença da modalidade

no interior do Brasil antes mesmo da segunda metade da década de 2010, em cidades como Brasília-DF, Belo Horizonte-MG, Uberaba-MG, Araraquara-SP, entre outras. Uma hipótese que possivelmente explica esse fenômeno é a de que moradores dessas localidades interioranas, que possuíam casas de praia no litoral ou as frequentavam pelo turismo (ou mesmo em viagens ao exterior), estiveram em contato com a modalidade e se interessaram por levá-la às suas cidades natal.

Diante desse cenário, fica evidente que o Beach Tennis não se restringiu apenas aos contornos das praias brasileiras. Pelo contrário, avançou de tal maneira que atingiu regiões centrais do Brasil e, aquilo que parecia ser exclusivo do contexto litorâneo, passou a ser realidade em diferentes localidades do país. Ao se pensar e analisar todo esse processo, é imprescindível avaliar se houve, como foi e quais foram as nuances da chegada do Beach Tennis na cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina. Na capital paulistana, a modalidade seguiu já se mostrava presente a partir dos anos 2010. Entretanto, cabe destacar que perante o cenário no qual diversas modalidades esportivas possuíam tradições até mesmo centenárias nos clubes, parques e nos espaços de acesso à lazer e práticas esportivas da capital, o novo esporte praiano surgiu timidamente.

#### 2.4. A pandemia da COVID-19

Por outro lado, essa realidade se modifica a partir do ano de 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19. Essa história se inicia no final de dezembro de 2019, momento em que vários casos de doenças respiratórias foram registrados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. No primeiro mês do ano seguinte, as autoridades locais confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus, até então nunca encontrado em seres humanos. Em fevereiro de 2020, esse novo coronavírus foi nomeado de SARS-CoV-2, e passou a ser apontado como o responsável por causar a doença denominada COVID-19 (TORRES e JACOBI, 2020).

Entretanto, já naquele momento, a doença havia se espalhado de maneira muito rápida entre os habitantes da província chinesa e passou a obter alcance global. Desta maneira, no mês de março do ano de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia. A partir desta caracterização pressupôs-se que a doença havia se espalhado por várias regiões e países do mundo e que havia transmissão do vírus de pessoa para pessoa.

Diante deste cenário, os países passaram a adotar medidas sanitárias que visavam o controle da expansão da doença e a prevenção da contaminação entre as populações mundo afora e nos níveis locais. Dentre as principais medidas implementadas constavam a recomendação do uso de máscaras cirúrgicas, o distanciamento social, evitar aglomerações e, com um caráter mais restritivo, a quarentena e o *lockdown* (TORRES e JACOBI, 2020). Essas medidas começaram a ser implementadas e, como consequência, uma profunda transformação no cotidiano da vida das sociedades passou a ser observado. Uma grande parte das pessoas teve que se manter dentro de casa na maior parte do tempo, e os serviços oferecidos no meio urbano tiveram o seu funcionamento restrito (KEFALÁS, 2021).

O primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil foi registrado na cidade de São Paulo<sup>15</sup>. Um homem de 61 anos, residente da capital paulista, havia viajado para a Itália e foi a primeira pessoa a ser diagnosticada com a doença. Essa confirmação ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020. A partir disso, o número de infectados passou a aumentar exponencialmente e a primeira morte em decorrência da Covid-19 aconteceu no dia 12 de março do mesmo ano, também na cidade de São Paulo<sup>16</sup>.

Em resposta ao aumento dos casos e da confirmação da primeira morte, o governo de São Paulo e a prefeitura da capital anunciaram a suspensão gradual das aulas nas escolas estaduais e municipais a partir do dia 16 de março de 2020, sendo que a suspensão total seria oficializada a partir do dia 23 de março<sup>17</sup>. Estas foram as primeiras medidas adotadas no estado e na capital paulista, com o objetivo de tentar limitar o avanço da doença entre a população.

A partir daquele momento, novas medidas passaram a ser implementadas praticamente toda semana, entretanto a Covid-19 continuou a se espalhar e contaminar as pessoas de maneira muito rápida e generalizada. Diante disso, em coletiva de imprensa realizada no dia 21/03/2020, o então governador de São Paulo João Dória (PSDB), ao lado do então prefeito de São Paulo Bruno Covas (PSDB), determinou a quarentena em todo o estado a partir do dia

---

<sup>15</sup> Reportagem: Primeiro caso confirmado de COVID-19 no Brasil ocorreu em São Paulo e Completa seis meses. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml> - acesso em outubro de 2023.

<sup>16</sup> Primeira morte por Covid-19 no país ocorreu em 12 de março, diz ministério. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/primeira-morte-por-covid-19-no-pais-ocorreu-em-12-de-marco-em-sp-diz-ministerio/#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20divulgou,no%20dia%2016%20de%20mar%C3%A7o.> Acesso em outubro de 2023.

<sup>17</sup> São Paulo suspende aulas gradualmente a partir de 16 de março após coronavírus; universidades já devem fechar. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/13/sao-paulo-suspende-aulas-gradualmente-partir-do-dia-16-de-marco.ghtml>. Acesso em outubro de 2023.

24 de março daquele ano<sup>18</sup>. A determinação da quarentena previa o fechamento do comércio, permitindo o funcionamento apenas dos chamados serviços essenciais, tais como abastecimento, saúde, limpeza, bancos, alimentação e segurança. Inclui, ainda, o fechamento de espaços de praças e parques públicos.

## 2.5 Beach Tennis e COVID-19

Durante a COVID-19, o que se pôde observar, não apenas no Brasil, mas também outras partes do planeta, foi a exacerbação de processos desiguais de acesso a bens e serviços (HAASE, A, 2020), bem como espaços de lazer e benefícios associados à natureza (HONEY-ROSES, ANGUELOVSKI, BOHIGAS et al. 2020). Com isso, em São Paulo, a maior cidade da América Latina passou a viver um cenário jamais visto, frequentemente registrado através de imagens que mostravam as principais ruas e avenidas da cidade vazias, assim como suas milhares de lojas e comércios fechados. Da mesma maneira que as demais atividades não essenciais, o acesso ao lazer e à prática de atividades esportivas, assim como o acesso às áreas verdes da cidade, foram restringidos.

Além do fato de se proibir aglomerações, recomendar o distanciamento social e o uso de máscara, os aparelhos públicos (parques e praças) e privados (clubes, academias) ficaram fechados por longos períodos durante os anos de 2020 e 2021 (Figuras 4 e 5). Através de solicitação via Lei de Acesso à Informação para o município de São Paulo, a respeito do funcionamento dos parques e praças durante a pandemia, constatou-se que decretos foram expedidos de maneira a impor os seus fechamentos durante o período pandêmico. Além disso, obteve-se a informação de que o retorno das atividades desses aparelhos públicos foi gradual e restrito, por exemplo, com funcionamento apenas de segunda à sexta das 9h às 18h (KEFALÁS, 2021).

Diante das presentes informações, é possível concluir que a população paulistana viu a sua vida se tornar cada vez mais reclusa ao espaço de seus próprios lares e, para aqueles que trabalhavam com atividades essenciais ou não tinham condições materiais de trabalhar de casa ou de se sustentar sem sair para o trabalho, havia a condição de sair de casa para o trabalho e voltar. Logo, as atividades tão importantes para a promoção da qualidade de vida e da manutenção da saúde mental e física, tornaram-se de difícil acesso.

---

<sup>18</sup> Governo de São Paulo anuncia novas medidas para combate ao coronavírus no estado. Disponível em <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/ao-vivo-governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-combate-a-o-coronavirus-no-estado/#:~:text=O%20Governo%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,%2C%20bancos%2C%20limpeza%20e%20seguran%C3%A7a.> - acesso em outubro de 2023.

Por outro lado, justamente nesse contexto acima descrito, uma prática esportiva, o Beach Tennis, teve uma onda de crescimento muito grande durante este período e, possivelmente, pode ser o retrato de algumas desigualdades do Brasil, como as desigualdades ambientais e a desigualdade de acesso à práticas voltadas para o lazer e promoção da qualidade de vida. O Beach Tennis é uma modalidade esportiva que surgiu na Itália na década de 70<sup>19</sup> e é uma junção de outros esportes como o tênis, vôlei de praia e frescobol. Essas três são mais do que conhecidas e consolidadas no Brasil, com especial destaque para as duas últimas, que são praticadas na maioria das praias e do litoral brasileiro.

Conforme discutido na introdução, o Beach Tennis começa a aparecer nos distritos nobres da capital paulistana, e a quantidade de estabelecimentos, assim como o elevado número de praticantes, chama a atenção da grande mídia. Logo, o processo de expansão desta modalidade passa a ser discutido e abordado com mais frequência, principalmente ao se considerar as restrições da pandemia e as especificidades do Beach Tennis que proporcionam a sua prática dentro de condições adequadas da pandemia, como ser realizada ao ar livre e com poucas pessoas.

---

<sup>19</sup> CBT. História do Beach Tennis, 2023. Disponível em: <<http://cbt-tenis.com.br/beachtenis.php?cod=5>>. Acesso em: set. de 2023.

## Capítulo 3 - Produção desigual do espaço, áreas verdes e espaços de lazer em São Paulo

### 3.1 Introdução

O ano de 2023 pode ser considerado como um importante momento das experiências relacionadas às questões do clima por todo o mundo. Pela primeira vez na história, registrou-se um dia com temperatura média global 2°C acima da era pré-industrial, de acordo com dados da Copernicus Climate Change Service (C3S). Concomitantemente, recordes de calor foram registrados por dias consecutivos, devido à forte influência do fenômeno El Niño<sup>20</sup>.

No Brasil, a situação não foi diferente. O Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) afirma que o ano de 2023 foi o ano mais quente já registrado no Brasil, com uma média de temperatura que chegou aos 24,92°C, superando as marcas dos anos de 2015 e 2019<sup>21</sup>. Além das altas temperaturas registradas neste período, o país ainda contou com eventos climáticos extremos como as chuvas na região da cidade de São Sebastião, no Litoral Norte do estado de São Paulo, e as secas históricas na Amazônia<sup>22</sup>.

Todas essas situações nos levam a constatar a gravidade do cenário global e nacional perante o avanço das mudanças climáticas. Entretanto, ao analisar essas informações é imperativo que se situe a discussão de maneira a tornar visível os seus efeitos nas populações, em especial às mais vulneráveis. Populações essas que geralmente são as mais expostas e, conseqüentemente, afetadas pelas graves conseqüências dos eventos climáticos extremos, como os residentes das encostas da Serra do Mar no Litoral Norte de São Paulo e moradores das comunidades ribeirinhas às margens dos rios amazônicos.

O esforço deve ser no sentido de endereçar e discutir os efeitos, de maneira a construir alternativas e soluções que priorizem os que estão na linha de frente dos impactados pelas mudanças climáticas. É de suma importância que se discuta, da mesma maneira, a manifestação deste fenômeno nas grandes metrópoles e nos contextos urbanos mundo afora. Ao refletir sobre o impacto das ondas de extremo calor e frio nas cidades, Hamstead afirma

---

<sup>20</sup>Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/257750-onu-confirma-que-2023-bate-recorde-de-temperatura-global#:~:text=2023%20foi%20classificado%20como%20o,os%20seis%20conjuntos%20de%20dados.&text=O%20Acordo%20de%20Paris%20procura,acima%20dos%20n%C3%ADveis%20pr%C3%A9%2Dindustriais>. Acesso em dez. 2023

<sup>21</sup> Disponível em :

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/2023-foi-o-ano-mais-quente-ja-registrado-no-brasil.shtml>. Acesso em jan 2024

<sup>22</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/seca-historica-na-amazonia-pode-levar-floresta-a-ponto-de-nao-retorno.shtml>. Acesso em jan 2024

que:

“Thermal conditions have vastly uneven impacts across race, gender and income (Vaidyanathan, et al., 2020) and especially in cities, microclimates vary on a scale that is comparable with urban to rural temperature differentials” (HAMSTEAD, 2024, p.533)

A partir da constatação de que vive-se em uma sociedade capitalista, cuja produção e reprodução da desigualdade é uma das maiores marcas deste sistema, é necessário debater a condição de privilegiados que os grupos de elite da sociedade possuem. Privilégios esses que proporcionam cenários alternativos para aqueles que estão submetidos às mesmas condições naturais dos demais, e que através de condicionantes materiais, de raça, de gênero, entre outros, vivem dentro de bolhas quase como se estivessem alheios aos graves problemas ambientais, sociais, sanitários e econômicos que afligem a humanidade com uma intensidade cada vez maior.

Desde o início desta dissertação, a pesquisa objetiva discutir o cenário de privilégio para determinados grupos sociais que conseguiram criar alternativas para a manutenção do seu padrão de consumo, qualidade de vida e bem-estar durante a maior pandemia já vivida na história. Entretanto, para entender esse fenômeno contemporâneo e suas diversas facetas, é necessário uma ampla discussão teórica que contemple diferentes áreas do saber, assim como situar e nomear as camadas das populações em termos de seus privilégios e ausência destes.

### 3.2 Justiça Ambiental

O histórico das discussões sobre as questões do clima remontam, no mínimo, aos anos 1970, e mostra que a trajetória dessa temática é perpassada por um esforço de contextualizar os dados apontados pelas ciências naturais com uma ampla perspectiva que abranja a conjuntura política, econômica e social. Em outras palavras, nota-se que as mudanças climáticas não são um problema somente de ordem biológica e numérica. As suas causas e consequências estão intrinsecamente conectadas com as tomadas de decisões do mundo político e partidário, com as formulações e implementações das políticas públicas por parte do poder estatal, com as definições dos rumos da economia e a influência das elites econômicas e detentores do capital, e com as diferentes facetas existentes na sociedade, tanto em termos de classe social quanto no que se diz respeito à valores, princípios e diferenças socioculturais.

Perante as constatações de que as mudanças do clima intensificaram-se no Século XX

com o aumento da exploração dos recursos naturais e das emissões de gases poluentes, processo que segue em expansão no Século XXI, a discussão em torno deste problema sai da ordem das esferas domésticas, ou seja, dos governos locais, para uma escala global. Em um cenário de intensa globalização, a problemática que parecia ser de responsabilidade somente das localidades diretamente afetadas pelas mudanças climáticas começa a ser enxergada como um empecilho internacional. Importante destacar que essa mudança de paradigma não se deu espontaneamente, pelo contrário, através de intensos debates nas esferas de convencimento tanto da política quanto na opinião pública, com embasamento de pesquisas e pesquisadores que alertam há tempos para o caráter global deste fenômeno.

Todavia, ao se internacionalizar uma questão de tamanha relevância, tem-se a necessidade de se refletir sobre a própria natureza da pauta em vigência, ou seja, rever os seus conceitos e abordagens a fim de dar conta do escopo do qual se propõe abranger. Acselrad (2010) aborda essa questão de maneira a analisar a trajetória do ambientalismo, ou dos movimentos ambientalistas, no Brasil. O autor destaca a especificidade da atuação das associações ambientalistas nas suas origens:

“Os alvos mais comuns das lutas dessas associações eram problemas que afetam a vida de comunidades localizadas - seja nas cidades, onde o processo de urbanização provoca conflitos locais associados a efeitos de aglomeração, construção de infraestruturas e plantas industriais, seja em áreas rurais, onde a expansão das atividades capitalistas e a implantação de grandes projetos de investimento desestabilizam as formas de existências de comunidades tradicionais” (ACSELRAD, 2010, p.104)

De acordo com o Acselrad, com base no conceito de “clivagens do ambientalismo”, cunhado pelo próprio, houve uma diferenciação interna no próprio movimento ambientalista que buscou trazer um escopo de atuação mais amplo e até mesmo uma perspectiva que viesse a relacionar o campo das lutas ambientais com as questões de combate à desigualdade. Conforme destacado no início deste capítulo, a questão ambiental passa pela contextualização dos saberes das ciências naturais com os conhecimentos das ciências humanas, sob a ótica das lutas e dos movimentos sociais que buscam uma interpretação robusta do tema.

Essa mudança de perspectiva é exemplificada pelo autor no seguinte trecho:

“A relação entre meio ambiente e justiça social, porém, ganhou importância particular a partir de meados da década de 1980, culminando com a constituição, na conjuntura aberta pela realização no Rio de Janeiro da Conferência da ONU em 1992, de uma nova instância de articulação - o Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - por meio da qual procurou-se incorporar a temática ambiental ao debate mais

amplo de crítica e busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento.” (ACSELRAD, 2010, p.105).

O autor cita ainda a abertura de um diálogo entre as entidades ambientalistas e demais movimentos sociais e representantes de diferentes setores da sociedade, como sindicatos, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, movimento comunitário das periferias das cidades etc. Toda essa movimentação que culmina na mudança de uma perspectiva dentro do ambientalismo, associado a um processo de institucionalização das entidades representantes dos movimentos, leva ao que Acselrad chama de “formação de instituições de caráter para-administrativo”. Essas instituições “funcionam como nós de redes, ora estando no Estado, ora servindo como correia de transmissão para a execução de suas políticas, via práticas pedagógicas ou de consultoria” (ACSELRAD, 2010, p.106).

Entretanto, o que nos interessa desse processo consiste na associação entre meio ambiente e justiça social. À esse fenômeno, de extrema importância na historicidade do ambientalismo e que molda a ideologia e as ações de boa parte desses grupos até o presente momento, tem-se a noção de “justiça ambiental” como a sua principal consequência. Para Acselrad, este representa uma resignificação da questão ambiental: “Ela (noção de justiça ambiental) resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social”.

Essa discussão parte da ideia de que, assim como a injustiça social, a degradação ambiental tem a mesma raiz, ou seja, é fruto de uma distribuição desigual de poder, na qual os poderosos têm a capacidade de transferir aos mais despossuídos os custos do processo de degradação do meio natural, de maneira que os mais ricos usufruem das benesses desta exploração, enquanto que os mais pobres vivem às margens destes benefícios e no centro das suas nefastas consequências.

Portanto, ao se colocar nesses termos, é imperativo afirmar que abre-se uma discussão, extremamente presente na sociologia, sobre desigualdade. De acordo com Acselrad:

“A estratégia ancorada na noção de justiça ambiental, por sua vez, identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSELRAD, 2010, p.109).

Essa noção nos situa no seio da discussão marxista que escancara a assimétrica relação entre produção de riqueza e aumento das desigualdades, uma vez que o modo de produção capitalista se ancora na lógica de acumulação e exploração (tanto do meio natural como do

meio social) por parte das classes dominantes sob as classes dominadas. Com isso, além de situar o conceito de justiça ambiental no contexto do sistema capitalista e do Estado burguês, Acsehrad apresenta contrapontos ideológicos daqueles que almejam a manutenção de um *status quo*, como forma de questionamento à ideia de injustiça social (e ambiental, posteriormente) que passa a ocupar um relevante espaço na arena de debates. O chamado “pensamento ultraliberal”, de acordo com o autor, apresenta a ideia de que “(...) não há injustiça quando as pessoas decidem voluntariamente aceitar um risco desproporcional em trocas de vantagens econômicas (Perhac, 1999, in Acsehrad, 2010)”.

Essa ideia parte de uma premissa da doutrina liberal na qual os indivíduos são livres para realizar as suas escolhas e as fazem de maneira a terem que arcar com as consequências dessas mesmas. Por outro lado, o que os autores da possível teoria crítica argumentam é que os indivíduos são parte de um sistema que produz e reproduz, com o seu modo de produção e exercício de poder por parte das classes dominantes através do Estado, as desigualdades nas quais as grandes massas são subordinadas e sujeitas à degradação e aos custos ambientais.

Outro ponto de forte crítica ao movimento de justiça ambiental diz respeito à ideia de que este preocupa-se muito mais com a disputa política e os entraves pelo poder do que pelos genuínos interesses e anseios dos cidadãos envolvidos. Acsehrad apresenta os seguintes argumentos: “(...) o ecopopulismo está muito mais preocupado com a pressão política do que com a saúde das comunidades: a meta é aumentar o poder das comunidades nas políticas”. E completa:

“O ‘envenenamento em massa’ - completam os críticos do movimento de justiça ambiental - é um tema usado para mobilizar ansiedades, subordinando-os aos objetivos gerais de democratização; o movimento de justiça ambiental não quer poluição mais equitativa, mas sim aumentar o papel das comunidades” (ACSELRAD, 2010, p.110).

Dito isso, é possível retornar aos dois pontos iniciais que o autor apresenta na discussão:

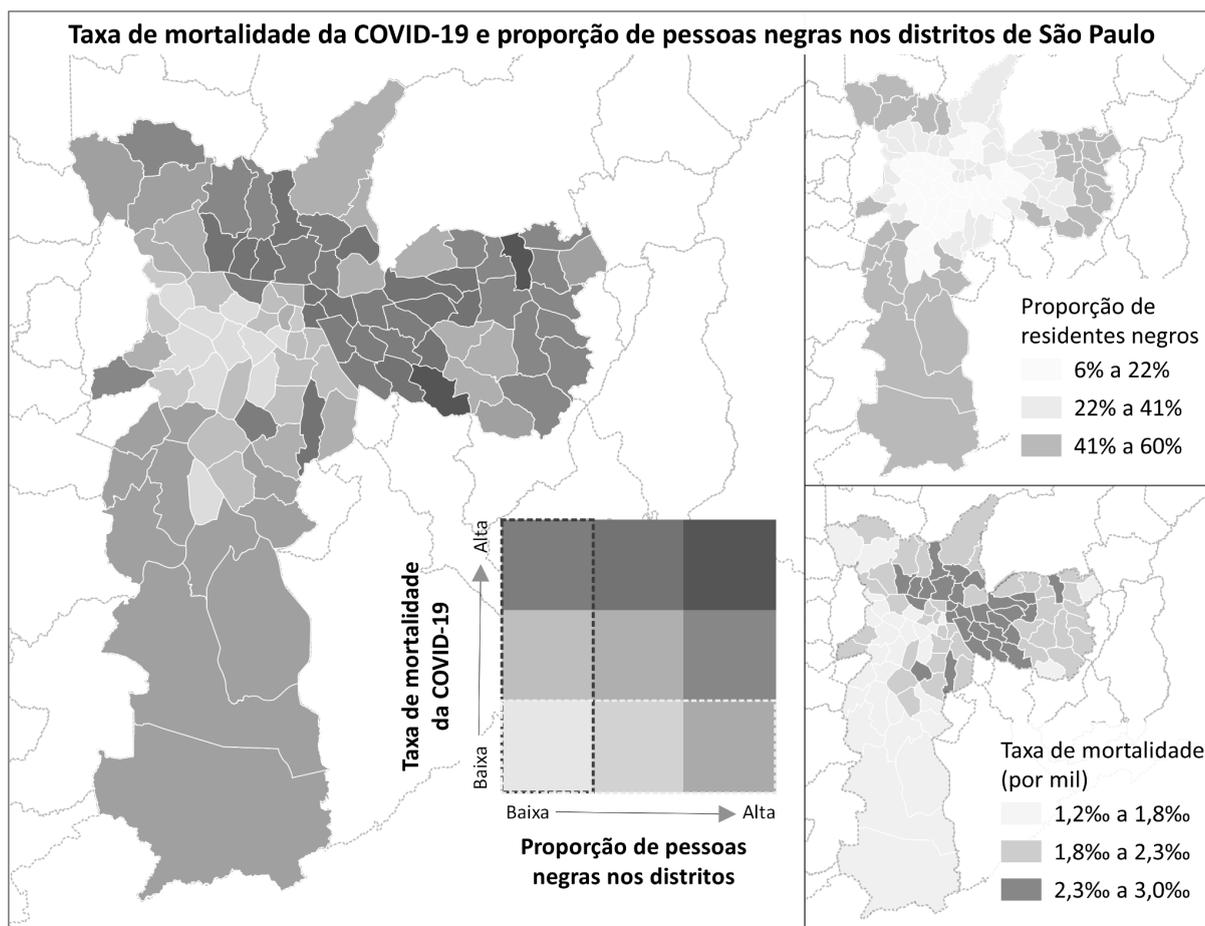
1. “Como conquistar legitimidade para as questões ambientais, quando, com frequência, a preocupação com o ambiente é apresentada como um obstáculo ao enfrentamento do desemprego e à superação da pobreza?”
2. “Como dar um tratamento lógico e socialmente aceitável às implicações ambientais das lutas contra a desigualdade social e pelo desenvolvimento econômico?”

Estes são importantes questionamentos que nos levam a refletir sobre as dificuldades

encontradas pelas lutas e movimentos por justiça ambiental, não só na esfera ideológica, que envolve as discussões teóricas em torno do conceito, mas na sua viabilidade e aplicabilidade em termos de políticas públicas. A presente pesquisa não objetiva aprofundar e nem responder as indagações propostas e apresentadas previamente, entretanto elas servem como uma ferramenta para ilustrar as dificuldades no percurso por soluções integradas que dêem conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos da sociedade. Dito isso, o próximo subitem irá tratar da noção de desigualdades ambientais, que promove uma discussão a partir da integração das diferentes problemáticas que afligem a humanidade nas últimas décadas.

Aqui para a dissertação a justiça ambiental é fundamental, tanto do pontos de vista de sua abordagem teórica, quanto metodológica. O ponto central aqui que trabalhamos a partir da justiça ambiental é: a distribuição ambiental desigual que se materializa no território. Abaixo (Figura 20) um mapa que representa as injustiças ambientais na cidade de São Paulo a partir da correlação e cruzamento de dados sobre localização, raça e mortalidade da COVID-19. A partir da imagem fica evidente uma distribuição desigual dos óbitos, seu componente locacional, de classe e raça.

Figura 20 - Taxa de mortalidade da COVID-19 e proporção de pessoas negras nos distritos de São Paulo



Fonte: Torres et al. 2022.

São essas desigualdades, passíveis de serem observadas a partir do território, que é a lente que molda a presente pesquisa, buscando enxergar essas particularidades para o caso da prática do Beach Tennis. De acordo com Torres et al. (2022) em São Paulo há uma desigualdade de até 10.3 vezes entre a proporção de populações pretas e pardas vivendo entre regiões. Enquanto a média da cidade é de 32,1 por cento de pretos e pardos, no bairro de Moema, por exemplo, na Zona Sul a proporção é de 5.8%. Também na Zona Sul, mas muito mais distante do centro, no Bairro de Jardim Ângela, a proporção é de 60.1% (IBGE, 2010). Ainda segundo os autores:

"Em Moema também está figurada a maior média de expectativa de vida da cidade, 80.6 anos, bem acima da média de 68.7 anos do município. Cidade Tiradentes, na Zona Leste, apresenta o pior índice, com cerca de 57. Estudo realizado pelo Instituto Pólis, organização da sociedade civil, no período entre 1º de março e 31 de julho deste ano, mostrou que a taxa da população negra residente na capital paulista morta por Covid-19 foi de 172 mortes por 100 mil habitantes, enquanto a taxa de mortalidade da população branca foi de 115 mortes a cada 100 mil (TORRES et al., 2022, p.253)."

Voltando para Figura 20, para efeito de comparação e registro das desigualdades no território de uma mesma cidade o distrito de Moema registrou 113 óbitos e 514 casos, enquanto Jardim Ângela 347 óbitos e 1239 casos, Brasilândia 364 óbitos e 1204 casos, Cidade Tiradentes 233 óbitos e 816 casos e o distrito que mais acumula casos e óbitos, Sapopemba 463 óbitos e 1391 casos (TORRES et al. 2022). Sapopemba, apesar da localização mais próxima ao centro, é um distrito com carências em termos de mobilidade e áreas públicas e de lazer, alta concentração de assentamentos precários e também é um distrito de ocupação mais antiga e população mais idosa (TORRES et al. 2022).

O exemplo da distribuição desigual dos casos e óbitos de COVID-19 na cidade de São Paulo (Figura 20) ilustra a potencialidade da lente por justiça climática, seja como instrumental de análise cartográfica, seja teórica, aquela preocupada com elites, vulnerabilidades, poder e privilégios. Mas o foco aqui é o diálogo com o que Park e Pellow cunharam como "privilégios verdes" (PARK e PELLOW, 2013), quando as amenidades ambientais (infraestruturas, parques, espaços de lazer, etc.) ou causam agravos à população em situação vulnerabilizada (ex.: remoção para construção de um Parque), ou reforçam espaços que já possuem qualidade ambiental.

### 3.3 Desigualdades Ambientais

Ao abordar o tema da justiça ambiental, Anguelovski (2015) destaca que as primeiras mobilizações de grande porte em torno desta pauta apareceram nos Estados Unidos no final dos anos 1970. Com o direcionamento em torno de uma situação específica, a principal reivindicação seria sobre aquilo que concerne à contaminação ambiental e seus impactos na saúde humana.

De acordo com a autora, a literatura dos anos 1980 aponta desigualdades existentes na exposição aos riscos consequentes dos impactos ambientais da época. Estas consistem no fato de que determinados grupos sociais são mais expostos aos riscos e às consequências das intervenções humanas no ambiente do que outros (ANGUELOVSKI, 2015). Para embasar o seu argumento, Anguelovski (2015) cita a contaminação de populações locais pelos descartes de resíduos industriais, assim como os trabalhadores que estão em contato com lixos tóxicos e pesticidas nos locais de trabalho (ANGUELOVSKI, 2015). No contexto do Sul Global, a autora cita os derramamentos de mercúrio oriundo das minas de ouro, a mineração de cobre e carvão, o desmatamento e as erosões ocasionadas pela monocultura e as barragens de hidrelétricas. Por fim, acrescenta o dado de que toneladas de lixo tóxico da indústria,

agricultura e produtos eletrônicos são enviados para os países pobres do mundo.

Ao avançar na abordagem do tema, Anguelovski aponta que as desigualdades ambientais não residem apenas na distribuição desigual dos prejuízos oriundos da extração de recursos naturais e intervenções humanas no meio ambiente. Para a autora, as comunidades mais afetadas por esses processos são também as que possuem uma menor oferta de serviços ambientais no âmbito das cidades, como acesso às áreas verdes, limpeza das ruas e vias dos bairros, coleta de lixo e saneamento básico, enquanto que os grupos sociais com maior poder econômico, brancos em sua maioria, gozam de privilégios verdes (PARK e PELLOW, 2013), como áreas verdes, parques etc., restritos às classes abastadas.

“Environmental inequalities exist not only in the distribution of environmental bads and in the extraction of natural resources, but also in the allocation of environmental goods and services, which is particularly manifest in cities. Deprived communities have generally poor environmental services such as green spaces, street cleaning and waste collection, while wealthier and white ones enjoy environmental privileges” (ANGUELOVSKI, 2015, p.34).

E é neste ponto que reside a ideia central a ser discutida neste capítulo. A retomada da trajetória das lutas e movimentos por justiça ambiental, assim como a dimensão teórica e conceitual que embasa e propõe discussões críticas acerca da relação entre humanidade e natureza, aparece como um ponto de partida para se pensar as questões contemporâneas em uma ótica abrangente. Viu-se que a concepção de justiça, ou injustiça, ganhou espaço dentro do escopo de atuação do ambientalismo e, conseqüentemente, a preocupação com o social passou a ser um dos direcionamentos aplicados às reflexões e práticas futuras em torno da temática.

Desta maneira, ao se discutir o que é justo ou injusto e, a partir da contextualização de justiça dentro de um modo de produção capitalista, é indispensável abordar as inúmeras desigualdades produzidas e reproduzidas dentro do sistema de mesma natureza. A intensificação da exploração do meio natural, visando maior volume e efetividade na produção industrial, serviu como base para a produção de uma riqueza material e financeira jamais vista até então. Entretanto, é imperativo que se discuta os rumos dessa riqueza, para quem são endereçadas as suas perdas e onde residem as arenas de conflito das lutas de classes resultantes desse processo.

A partir da mobilização conceitual apresentada nos trabalhos acima citados de Acelrad (2010) e Anguelovski (2015), é possível afirmar que o processo produtivo capitalista

é problemático desde a sua origem na extração dos recursos, até o gerenciamento dos seus substratos, sejam eles resíduos tóxicos ou a promoção de uma qualidade de vida extremamente precária em larga escala. Contudo, o que se vê, e o que se propõe a discutir nesta dissertação, é a desigualdade de acesso aos meios necessários para que se viva com qualidade e a desigual distribuição dos prejuízos para aqueles que não fazem parte das classes privilegiadas neste sistema. E, da mesma maneira, é importante situar as arenas de conflito no âmbito urbano, por ser o território a ser investigado neste trabalho, uma vez que as cidades são locais habitados por milhões de pessoas e são reflexos dos processos mencionados nos parágrafos anteriores.

Assim, as desigualdades ambientais são encaradas como fenômenos da ordem social, na qual os danos dos descartes de resíduos tóxicos e exposição à estes, a dificuldade de acesso às áreas verdes das cidades, os impactos de eventos climáticos extremos, o déficit habitacional ocasionado por processos especulativos (*green gentrification*), entre outros, são todas manifestações de problemas relacionados à ordem natural. Entretanto, a proposta a partir das noções de justiça ambiental e desigualdades ambientais é espacializar, territorializar, atribuir as perdas aos devidos grupos sociais, e assumir o caráter de renda, gênero e raça que caracterizam os perfis das camadas mais atingidas das populações.

A proposição para investigar a expansão do Beach Tennis na cidade de São Paulo durante a pandemia de COVID-19 vai de encontro com as discussões acerca dos privilégios e das desigualdades, fenômenos marcantes na capital paulista, uma vez que as possibilidades para sobreviver e superar a crise sanitária foram diferentes entre os grupos sociais. Conforme discutido anteriormente, em um cenário de restrição aos acessos às áreas verdes da cidade e às práticas de promoção de bem-estar e qualidade de vida, como o fechamento ou o funcionamento parcial dos parques públicos (KEFALÁS, 2021), uma prática esportiva teve o seu *boom* justamente neste período. Nos próximos subitens e capítulos será discutida a forma que isso ocorreu, assim como os usos que foram atribuídos a esses espaços no meio urbano, de maneira a espacializar e territorializar a discussão das desigualdades ambientais e dos privilégios a partir deste objeto de estudo.

#### 3.4: Usos dos espaços públicos

Dado o contexto de que as cidades são locais que refletem e reproduzem as desigualdades do sistema capitalista, que são espaços nos quais há inúmeros casos de injustiças, sendo elas de diferentes naturezas, e que existem privilégios a serem desfrutados

por determinados grupos sociais enquanto outros não têm acesso às mesmas condições (BARATA, 2009), avança-se no sentido de discutir aquilo que é central para a presente pesquisa, que diz respeito à apropriação e uso dos espaços públicos nas cidades (SOBARZO, 2006).

Esta dissertação busca contribuir com uma investigação desses processos, compreendê-los e contextualizá-los a partir de um estudo de caso. Portanto, é uma análise dos usos dos espaços, das desigualdades ambientais, dos privilégios e de suas contradições a partir da prática de Beach Tennis na cidade de São Paulo durante a pandemia de COVID-19. Nos parágrafos seguintes, discutir-se-á os usos dos espaços públicos e a sua relação com as classes sociais, ou seja, como os diferentes grupos se apropriam e utilizam dos espaços urbanos a partir de uma produção e expressão das suas diferenciações dentro da estrutura da sociedade. E, para cumprir tal objetivo, dialogo com o entendimento de (FONSECA, 2005) sobre padrões sociais e uso do espaço público.

A premissa inicial do artigo é a de que: “Os padrões de socialização de um determinado grupo têm implicações diretas nos espaços de uso coletivo da cidade” (FONSECA, 2005, p.377). Em outras palavras, as maneiras que os diferentes grupos socializam, entre seus “semelhantes” ou não, influencia diretamente na forma e no tipo de uso que será atribuído aos espaços públicos e coletivos das cidades. Para exemplificar essa ideia, a autora cita o caso da gentrificação como um fenômeno que representa a mudança na maneira que um determinado espaço físico é utilizado, pois o novo grupo social que passa a ocupar a localidade atribui uma diferente finalidade para o mesmo.

Ao abordar os padrões sociais e o uso público, que são elementos chave para a compreensão da problemática proposta nesta pesquisa, é importante destacar que há uma relação direta entre as populações de diferentes estratos socioeconômicos e a maneira que usufruem dos espaços urbanos disponibilizados à população. De acordo com Fonseca:

“As populações pobres, em geral, dependem do espaço para estabelecer sua rede de relações sociais e, portanto, utilizam intensamente os espaços públicos abertos, ao passo que as populações de renda média e alta contam com mais recursos para estabelecer suas relações sociais independentemente do espaço e desejam preservar contatos mais seletivos e que ocorrem em outros espaços ” (FONSECA, 2005, p. 377 e 378).

Ao explorar essa correlação, de maneira a trazer uma perspectiva sociológica que representa o embasamento do seu argumento, a autora afirma que as novas formas de produção capitalista tiveram grandes impactos na maneira que se utiliza e se organiza o

território. Isso se justifica pelo fato de que, a partir do final dos anos 1970, importantes estruturas que moldam as relações entre os indivíduos e entre eles próprios e as cidades se modifica, devido a intensas transformações socioeconômicas como:

“(…) financeirização da economia, o crescimento explosivo da dívida pública, a reestruturação produtiva, os novos modos de gestão e regularização do trabalho, a precarização do emprego e a ampliação das desigualdades são os novos fatores na configuração do ambiente urbano, possibilitados pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, que redefiniram a própria noção de espaço e tempo e as relações entre lugares” (FONSECA, 2005, p. 378).

Nos parágrafos seguintes será explorada a relação entre as transformações mencionadas e as relações entre esses grupos e seus territórios.

A autora apresenta o conceito de modo de produção *pós-fordista* ou, semelhantemente, de *produção flexível*. É através desta nova forma de produção capitalista, caracterizada pela

“(…) globalização do trabalho e do fluxo do capital e da organização da produção em sistemas mais flexíveis e menos rígidos, com vista a criar corporações aptas a mudar rapidamente, como resposta às constantes mudanças das condições externas ” (FONSECA, 2005, p. 378).

que o mundo do trabalho entra em uma lógica de substituição dos trabalhos fixos por trabalhos de curto prazo, ou seja, há uma constante redefinição do quadro de funcionários e as respectivas responsabilidades atribuídas aos mesmos no universo empresarial e do trabalho. Essas mudanças, muitas vezes, são realizadas abruptamente e os trabalhadores pouco desenvolvem importantes laços e sentimento de coletividade entre os seus semelhantes. Em resumo, há uma substituição de relações mais intensas e entrelaçadas por uma superficialidade que coloca a individualidade em destaque em detrimento ao sentimento coletivo de pertencimento dentro da própria classe trabalhadora e do mundo do trabalho.

Ao avançar neste raciocínio, Fonseca explora o fato de que, na sua análise, o modo de *produção flexível* tem efeitos na relação dos indivíduos com a cidade. Ao mesmo passo em que se produz e reproduz relações superficiais devido às curtas relações no trabalho, os indivíduos passam a ter um sentimento de desapego com o meio urbano no qual estão inseridos. A partir daí predomina a individualidade e o comprometimento do indivíduo apenas com ele próprio. Isso muda e redefine o panorama das cidades para um local “(…) do indivíduo livre do vínculo ou condicionante ideológico, cujas metas e objetivos são: o desejo

de prazer e a busca da distinção social, a avidez de consumo, a afirmação de identidade” (FONSECA, 2005).

Posto isto, tem-se a constatação de que há uma profunda transformação social que transpassa as barreiras das relações sociais entre os indivíduos e avança até uma remodelação daquilo que se conhecia da maneira em que a vida nas cidades eram expressadas. Pode-se afirmar que a principal mudança está na perspectiva de um reforço da vida privada e individual em detrimento de uma suposta coletividade e um sentimento de pertencimento conjunto ao território em destaque.

Entretanto, apesar de extremamente relevante, a constatação de que essa mudança na relação indivíduo/sociedade/cidade é apenas o primeiro passo para abordar a complexa dinâmica que envolve as três dimensões citadas. Por se tratar de uma perspectiva crítica de análise, que busca enquadrar a presente temática na dimensão do materialismo histórico, e por assumir que trata-se de uma sociedade capitalista na qual, por sua natureza, há diferenças nas experiências vividas e nas manifestações expressadas pelas classes sociais, é necessário fazer a distinção dos processos dentro de uma sociedade desigual para então realizar a associação entre os padrões sociais e o uso do espaço público.

O que se constata, a partir da análise proposta por Fonseca, é que o modo de *produção flexível* provoca uma “grande assimetria social”. Essa assimetria é a responsável por produzir uma *cidade dual* (CASTELLS, 1995 In. FONSECA, 2005). A dualização da cidade pode ser definida como:

“(…) a expressão urbana do processo crescente de diferenciação da força de trabalho em dois setores igualmente dinâmicos da economia: a economia formal, baseada na informação, e a economia informal, baseada na força de trabalho desqualificada (…)” (CASTELLS, 1995 apud FONSECA, 2005, p. 380).

Esses dois pólos da sociedade são frutos do modo de produção pós-fordista, que é representado por uma elite com altos níveis de escolaridade e de renda, cujos atributos da capacidade criativa e a formação técnica são altamente valorizados, e que possuem jornadas de trabalho mais flexíveis, tanto com relação ao seu tempo de duração quanto ao local de trabalho (vide o *home office*, que ganhou enorme destaque durante a pandemia de COVID-19). Por outro lado, na base da pirâmide de estratificação social, reside a classe trabalhadora que atua nas linhas de produção, com trabalhos altamente especializados, sob um forte controle regido pelas metas e padronização de sua produção, sem espaço e perspectiva de mudança no desempenho de suas funções, assim como a necessidade da presença física no

local de trabalho e, no caso de grandes metrópoles como São Paulo, submetida à longos deslocamentos destes às suas residências.

A grande ideia aqui discutida, e que aproxima cada vez mais do estudo de caso proposto nesta dissertação, consiste no fato de que as classes sociais vivem e experienciam as cidades de maneiras diferentes. As relações que desenvolvem no seu universo de trabalho, as condições materiais às quais estão sujeitas no seu cotidiano, as suas respectivas rendas e oportunidades das quais possuem acesso, são elementos que estão intrinsecamente conectados com a maneira que os indivíduos das classes dominantes e dominadas irão vivenciar as cidades e o reflexo que estas condições lhes impõem na relação com o meio urbano no qual estão inseridos. Em suma, cria-se cidades segmentadas por estratos sociais e econômicos.

Esta segmentação manifesta-se nos diferentes usos dos espaços públicos por esses grupos. As elites urbanas procuram ocupar espaços seletos e exclusivos, de uma forma que os mantém “(...) em um circuito separado de estilo de vida, serviço e lazer (...)” (FONSECA, 2005). Estes espaços são caracterizados pela abundância de segurança, pública e privada, e o alto valor dos imóveis e das moradias, fruto da especulação e dos investimentos do capital imobiliário. Enquanto isso, a vasta maioria da classe trabalhadora ocupa espaços fragmentados, com uma grande variedade étnica e cultural, que representa a aglomeração dos grupos socialmente segregados e comunidades discriminadas. Portanto, tem-se um cenário no qual:

“A metrópole contemporânea é um mosaico de fragmentos sociais, onde suas pequenas partes possuem diferenças significativas no acesso à qualidade e quantidade de empregos, serviços e equipamentos”. (FONSECA, 2005, p. 381).

O modo de *produção flexível*, ou modo de produção pós-fordista, conforme explorado nos parágrafos anteriores, configura-se como um dos fatores responsáveis por mudanças no universo do trabalho e, conseqüentemente, nas relações das classes sociais com os espaços públicos das cidades. Outra consequência deste fenômeno consiste na intensificação do aumento da desigualdade, uma vez que as classes dominantes acumulam cada vez mais e as classes trabalhadoras vivem o inverso deste processo. Isto resulta em uma cidade segmentada e esta segmentação torna-se cada dia mais visível pelos espaços que as classes podem ou não podem ocupar a partir da sua capacidade de consumo.

A cidade torna-se um universo em que existem os incluídos e os excluídos, os que têm acesso e os que não têm acesso, os que conseguem consumir e os que não conseguem. Com isso, as elites passam a ocupar e criar espaços dentro do meio urbano que os tornam isolados

do restante da população. O desejo pelo consumo e pertencimento a esses espaços da alta sociedade, o temor pela violência que, apesar de possuir lastro na realidade, é intensificado no imaginário do cidadão através da mídia sensacionalista, e o desejo de conviver apenas com aqueles que consideram seus semelhantes, de forma a reproduzir preconceitos e excluir determinados grupos da sociedade, são alguns dos fatores que constituem a nova modelagem que as cidades passam a obter através deste processo.

Desta forma, as elites criam a sua própria realidade dentro dos altamente complexos e diversificados ambientes urbanos:

“Essas ilhas espaciais elitistas representam uma nova forma de organizar diferenças sociais e criar segregação. Sua propagação provoca a extinção dos espaços democráticos e, em geral, é acompanhada por uma política de diminuição de investimento nos espaços públicos exteriores” (FONSECA, 2005, p. 381).

Uma das mais importantes manifestações destas “ilhas espaciais elitistas” são os chamados “enclaves urbanos” (CALDEIRA, 1997). Estes enclaves são conhecidos como condomínios fechados, espaços nos quais as classes média e alta constroem as suas casas com o intuito de recriar um mundo definido pelo status social e pelos desejos de consumo e pertencimento que caracterizam os perfis desses grupos. Caracterizam-se por serem:

“(…) propriedades privadas para o uso coletivo, fisicamente isoladas do entorno, orientadas para dentro, controladas por vigilância privada, que tendem a ser ambientes socialmente homogêneos, geralmente de *status* social médio e alto” (FONSECA, 2005, p. 382).

Portanto, são espaços criados para remeter a uma ideia de um mundo ideal, no qual os espaços são ocupados por aqueles que compartilham do mesmo *status* social que os demais e buscam viver uma realidade que não é aquela oferecida pelos ambientes comuns das cidades. Em sua análise sobre os enclaves privados, Caldeira aponta a imensa quantidade de empreendimentos desta natureza a partir dos anos 1980, intensificando-se na década de 90, durante o processo de abandono das regiões centrais rumo à localizações mais afastadas do centro por parte das elites. Entretanto, até os dias atuais constata-se que este processo ainda é intenso em diversas cidades brasileiras.

A elite paulistana é um exemplo, assim como as demais elites das cidades brasileiras, de um grupo que busca criar e recriar espaços seletos e exclusivos nos quais possam viver seus desejos e aspirações e compartilhá-los entre seus semelhantes. Algumas novas regiões têm sido ocupadas por estes grupos através do formato dos “enclaves fortificados”, como cidades da Região Metropolitana que passaram a receber empreendimentos de condomínios

de casas, como Cotia e Santana de Parnaíba. Outra localidade, correspondente à uma ocupação voltada para as práticas de veraneio, é o litoral do estado de São Paulo, fenômeno este datado do século passado:

“Até os anos 1930 (...) o lazer e o veraneio dos mais ricos estava concentrado na orla de Santos, litoral central paulista, formando uma paisagem que reunia palacetes, chalés de madeira, hotéis de luxo e cassinos.”(SCIFONI, 2011, p.2).

A busca pelo lazer nas praias do estado de São Paulo não é um fenômeno recente. Entretanto, ao longo de sua trajetória, algumas mudanças aconteceram devido à circunstâncias locais e até mesmo pelas características do próprio desenvolvimento e transformações dessas localidades:

“O desenvolvimento da função balneária e a expansão urbana e das atividades portuárias de Santos com sua consequente popularização, levaram as atividades de veraneio da elite a se concentrar, a partir de então, na orla litorânea mais ao norte, no Guarujá.”(SCIFONI, 2011, p.2).

Conforme vimos no capítulo anterior, umas das primeiras localidades do estado de São Paulo a registrar a prática de *beach tennis* foram as cidades de Santos e Guarujá. Duas das mais populosas cidades litorâneas do estado paulista, com extensas faixas de areia e com um histórico de práticas de atividades de lazer em suas orlas. Entretanto:

“Na década de 1980, entretanto, a saturação das praias deste município (Guarujá) era evidente e os investimentos do mercado imobiliário em lançamentos de alto padrão caíram significativamente em relação às décadas anteriores” (SCIFONI, 2011, p.2).

Diante deste cenário, a elite paulista muda o seu endereço de veraneio e migra em direção ao litoral norte, para os municípios de São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba e Bertioga. Com o passar dos anos é nítido o aumento da presença de novas residências nessas localidades. De acordo com dados do censo, as cidades de Bertioga e Ubatuba tiveram um aumento de 66% e 60%, respectivamente, enquanto que o município de São Sebastião apresentou uma crescente na ordem de 259%, período este situado nos anos 2000 (SCIFONI, 2011). Vale destacar que, de acordo com a autora, essa expansão representa uma ampliação da área urbanizada daquele território, que passa a ocupar espaços de histórica presença das comunidades tradicionais do litoral paulista, como os pescadores caiçaras, além do seu avanço sob as planícies cobertas pela vegetação nativa.

A partir destas constatações, o elemento central que aqui reside é o fato de que as

elites paulistanas possuem uma relação de décadas com o litoral paulista, no sentido de buscar nesta localidade o acesso a áreas que permitam práticas de lazer e veraneio. Ao analisar os processos e os contextos inseridos, é possível apontar semelhanças entre o uso dos espaços públicos da capital e do litoral por parte das classes média e alta. Inicialmente concentrada na região da baixada santista, as elites paulistanas passaram a buscar por lugares cada vez mais seletos e exclusivos, de maneira a escapar das grandes aglomerações e concentrações da população. Com isso, migraram para a cidade do Guarujá e, a partir dos anos 1980, impulsionados pelo avanço da especulação imobiliária na região, houve um processo de ocupação com casas de alto padrão no litoral norte do estado.

Esta ocupação pode ser caracterizada pela presença de diversos empreendimentos que levaram a lógica dos enclaves privados para as áreas de residência no litoral, assim como a gentrificação que ocorre nessas localidades com a chegada do mercado imobiliário e o *status quo* inerentes a esse estilo de vida e de relação com o espaço. A valorização do metro quadrado, a mudança no perfil dos ocupantes da região, historicamente marcada pela presença de pescadores locais em substituição pelos novos proprietários que construíram as suas segundas residências nesses localidades, e a oferta por novos serviços que buscam atender o padrão de consumo destas elites, são algumas das principais características do processo de ocupação das praias do litoral paulista.

Diante deste cenário de uso do espaço público, que segrega cada vez mais as classes e torna possível o acesso à determinadas áreas das cidades, litorâneas e interioranas, apenas por indivíduos que pertencem aos seletos grupos sociais das classes mais abastadas, avança-se no sentido de discutir como a pandemia de COVID-19 representou uma transformação nesses contextos citadinos e ao mesmo tempo uma reprodução de processos já consolidados nessas localidades.

### 3.5 A Discussão na Cidade de São Paulo

Após a exposição da discussão teórica que associa os padrões de socialização dos grupos com os diferentes usos dos espaços públicos que cada coletividade atribui aos territórios, e a demonstração das novas formas de ocupação que caracterizam a cidade dual, como os enclaves fortificados, além dos processos especulativos através dos investimentos de alto padrão no litoral paulista, a pesquisa se volta a discutir o contexto da cidade de São Paulo. Devido ao fato de ser o objeto de estudo deste trabalho, o objetivo neste momento reside em abordar o cenário da capital paulista, no que diz respeito às desigualdades e suas

manifestações, e conectar essas características com o contexto da pandemia de COVID-19, representante do recorte da pesquisa.

Ao discutir a Região Metropolitana de São Paulo no que concerne a sua ocupação urbana, assim como o seu processo de expansão, Jacobi (2013) aponta para uma “dramática realidade” na qual esta região encontra-se inserida, e esta característica resulta em fenômenos como a produção e reprodução de uma “baixa qualidade de vida para parcelas significativas da população” (JACOBI, 2013, p. 220). O autor traz um panorama da maior metrópole da América Latina ao expor os riscos socioambientais urbanos associados à pobreza e desigualdade, de maneira a conectar esses processos com a lógica de desenvolvimento urbano que prevalece nesse cenário. Essa lógica pode ser caracterizada por fenômenos tais como a “periferização” e a falta de planejamento de uso e ocupação do solo, que culminam na exposição vulnerável da população aos processos naturais e aos eventos climáticos extremos. Apesar de tratar da Região Metropolitana de São Paulo, e o escopo desta pesquisa ser no Município de São Paulo, é importante destacar que o trabalho de Jacobi (2013) fornece informações que nos ajuda na compreensão dos inúmeros problemas da ordem socioambiental que balizam a discussão teórica deste capítulo.

Ao se pensar nas desigualdades e privilégios característicos da cidade de São Paulo, de maneira a aproximar com o objeto desta dissertação, cabe destacar a discussão acerca da presença de parques no território do município de São Paulo. O Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) da capital paulista possui uma seção sobre os parques municipais e estaduais presentes no município em seu documento, na qual aponta o caráter desigual da presença de parques no território: “Há desigualdade na distribuição de parques pelo território do município” (PLANPAVEL, 2022, p. 78). De acordo com o documento, muitos dos distritos da cidade não contam com parques e as condições para seu acesso estão aquém do ideal. A distribuição dos parques pelas regiões da cidade se configura da seguinte forma:

“Na região leste, sete dos seus 33 distritos não possuem nenhum parque; na região centro, os parques estão concentrados em três de seus oito distritos. Na região oeste, dois dos seus 15 distritos não têm parques; na região sul, quatro dos seus 22 distritos não têm parques e, na região norte, seis dos seus 18 distritos tampouco contam com parques. Em resumo, em 24 distritos não existem parques, o que representa 25% dos 96 distritos do município”. (PLANPAVEL, 2022, p.78)

O quadro a seguir representa essa distribuição pelas regiões da capital:

Figura 21 - Distribuição de parques municipais e estaduais por região do MSP

**Quadro 4 – Distribuição de parques municipais e estaduais por região do MSP**

REGIÃO	REGIÃO Área (m <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO* (Habitantes)	PARQUE MUNICIPAL **			PARQUE ESTADUAL		
			Unidade	Área (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> /hab	Unidade	Área (m <sup>2</sup> )	m <sup>2</sup> /hab
LESTE	331.580.000	4 015 874	38	9.522.084,52	2,37	3	8.417.778,51	2,10
CENTRO	26.670.000	478 581	04	258.637,49	0,54	0	0	0
OESTE	128.970.000	1 100 849	18	1.081.969,55	0,98	4	1.705.143,35	1,55
SUL	740.610.000	3 877 745	39	17.725.345,18	4,57	4	76.185.378,36	19,65
NORTE	299.870.000	2 281 688	15	2.748.289,80	1,20	5	49.732.531,58	21,80
<b>TOTAL</b>	<b>1.527.700.000</b>	<b>11 754 737</b>	<b>114</b>	<b>31.336.326,54</b>	<b>2,67</b>	<b>16</b>	<b>136.040.831,80</b>	<b>11,57</b>

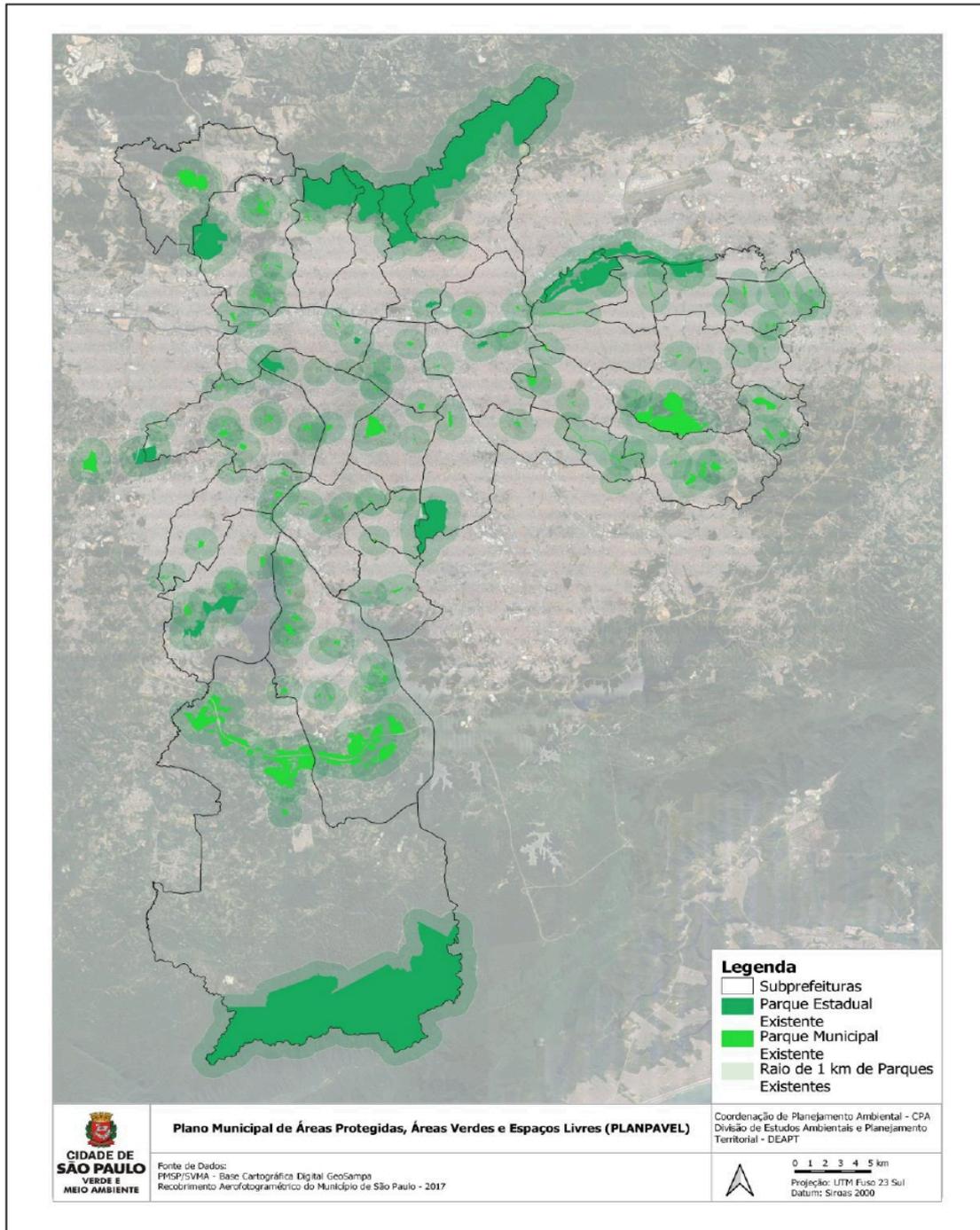
Fonte: IBGE - Censos Demográficos - SMDU/Dipro - Retroestimativas e Projeções. In: PLANPAVEL, 2022. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/Planpavel/PLANPAVEL-V-ERSAO-COMPLETA.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Planpavel/PLANPAVEL-V-ERSAO-COMPLETA.pdf).

A figura abaixo ilustra a abrangência dos parques no município de São Paulo:

Figura 22 - Abrangência de 1 km dos parques existentes no MSP

Mapa 17 – Abrangência de 1 km dos parques existentes no MSP



fonte: PLANPAVEL, 2022

As figuras anteriores e suas respectivas representações em quadro e mapa permitem a avaliação de que, além da desigual distribuição dos parques na cidade, a abrangência destes ainda é pequena, o que dificulta o seu acesso pelos cidadãos e torna-se um privilégio para

aqueles que residem nas proximidades destas áreas verdes. São em cenários como esse em que fenômenos de transformações sociais como a gentrificação verde (GOULD e LEWIS, 2016) proliferam no meio urbano, de maneira a promover maior segregação, concentração de renda e desigualdades ambientais nas cidades.

Vale lembrar que, conforme a discussão proposta por Fonseca (2005) explorada neste capítulo, o uso dos espaços das cidades está condicionado ao padrão de socialização dos grupos sociais que ocupam o território em questão. E, conforme visto anteriormente, as elites se apropriam dos espaços de maneira a transformá-los em redutos dos pertencentes às classes sociais abastadas e espaços seletos que poderão ser acessados para aqueles cuja condição financeira possibilite a inserção no padrão de consumo adotado por estes grupos. A gentrificação, na sua dimensão dos novos residentes das localidades e das transformações sofridas pelo entorno, pode ser considerada uma forma de reprodução dessa lógica do uso do espaço urbano e de apropriação dos territórios pelas elites.

A cidade de São Paulo é um expoente destes processos. Marcada pelas inúmeras desigualdades, privilégios e segregações na sua malha urbana, é a metrópole do planejamento desigual (ROLNIK, 2022). O presente trabalho busca trazer o contexto da pandemia de COVID-19 para dentro destas características da cidade. Desde o início desta dissertação, objetiva-se discutir e demonstrar como as desigualdades e os privilégios foram reforçados neste cenário, ora pelo Estado com algumas medidas restritivas da pandemia, ora pela iniciativa privada através da expansão de empreendimentos voltados para o lazer e bem-estar daqueles que possuem condições materiais de acessá-los.

Para tal, deve-se situar e territorializar o crescimento e a expansão da modalidade Beach Tennis, de maneira a conectar este processo com os territórios nos quais essa prática passou a estar circunscrita, como uma alternativa às restrições da covid-19. O capítulo 4 tem como objetivo apresentar este mapeamento e discuti-lo à luz de indicadores que ilustram as desigualdades e os privilégios nos espaços urbanos da cidade de São Paulo.

## Capítulo 4 - Usos dos espaços para prática do Beach Tennis durante a Covid-19

### 4.1 Introdução

O recorte proposto pela presente pesquisa consiste em analisar o crescimento do Beach Tennis na cidade de São Paulo durante o período da pandemia de COVID-19. A escolha por esta temporalidade justifica-se pela contradição entre o expansivo desenvolvimento de uma modalidade esportiva, assim como os locais selecionados para a sua prática e o número de praticantes, e o fato de ter ocorrido durante a maior crise sanitária já vivida pela humanidade, que representou um dos momentos de mais intensa reclusão e dificuldade de acesso às áreas verdes das cidades e às práticas de lazer.

Conforme discutido anteriormente nesta dissertação, uma das hipóteses da pesquisa é de que este processo, o crescimento do Beach Tennis durante a pandemia, segue o padrão de produção desigual do espaço a partir do uso e apropriação dos espaços por grupos de elite da sociedade. Este fenômeno ocorreu em paralelo com o fato de que a maioria da população teve restrição quase absoluta aos parques e áreas de lazer das cidades neste período (KEFALÁS, 2021) com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas pelas vias públicas para desacelerar o contágio de COVID-19.

Sob o prisma da discussão proposta por Maria de Lourdes Pereira Fonseca no artigo “Padrões Sociais e Uso do Espaço Público”, no qual a autora faz uma associação entre os padrões de socialização de determinados grupos sociais e os diferentes usos que serão atribuídos às localidades de acordo com o padrão do grupo a ser referido, busca-se discutir este fenômeno no contexto da pandemia na cidade de São Paulo. O primeiro passo para avançar nessa exploração consiste em contextualizar o desenvolvimento do Beach Tennis nos distritos da capital paulistana. Essa contextualização passa por localizar e quantificar os locais de prática da modalidade na cidade. Entretanto, é importante ressaltar que esta não é uma pesquisa quantitativa sobre o crescimento e o desenvolvimento do Beach Tennis. Trata-se de um trabalho que utiliza este fenômeno para discutir temas como o uso dos espaços públicos, as desigualdades ambientais, os privilégios verdes e o acesso à lazer e bem-estar no contexto urbano. Portanto, não cabe no escopo da pesquisa realizar este levantamento, mas sim buscar os dados através das fontes especializadas nos estudos sobre o esporte.

Dito isso, a investigação iniciou-se com a tentativa de obter informações sobre este processo através da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), órgão responsável pela gestão e administração do Beach Tennis no Brasil. Inicialmente acessei o *website* da Confederação e

fiz uma ligação no telefone oficial. Expliquei a minha necessidade para o atendente e ele recomendou que eu entrasse em contato com o setor de imprensa via e-mail. Segui suas instruções e assim o fiz. Entretanto, não obtive resposta. Algumas semanas depois reenviei o e-mail, solicitando novamente as informações ou algum outro caminho para que eu pudesse obtê-las e mais uma vez não obtive resposta. A minha escolha pela CBT como fonte de dados para a pesquisa reside no fato de que alguns membros e representantes da Confederação concedem entrevistas para a mídia e citam o aumento dos números de quadras e praticantes, mas sem citar a origem destas informações

Ao não conseguir as informações através dos canais oficiais da Confederação Brasileira de Tênis, solicitei a um colega instrutor de Beach Tennis que me ajudasse a entrar em contato direto com alguma pessoa que trabalhasse com ou na CBT. Ele me passou o WhatsApp de um membro da Confederação que me colocou em contato direto com uma das pessoas responsáveis por realizar o levantamento do ano de 2020, processo este que será descrito adiante.

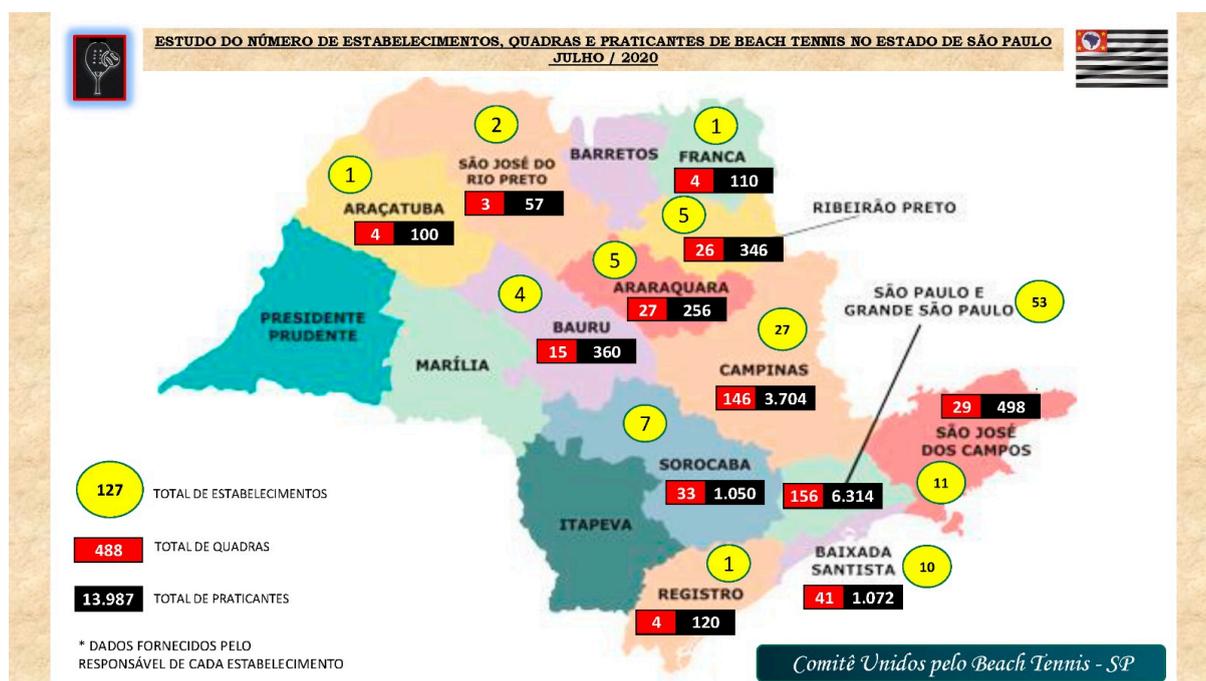
De acordo com a pessoa que me concedeu estas informações, durante o início da crise sanitária no ano de 2020, constituiu-se um comitê independente, formado por professores, instrutores, atletas e gestores da modalidade com o intuito de realizar um levantamento intitulado “Estudo Do Número de Estabelecimentos, Quadras e Praticantes de Beach Tennis no Estado de São Paulo”. A coleta dos dados, inicialmente, ocorria via mídias sociais. Os pesquisadores buscaram nas redes os locais e estabelecimentos dessas cidades e, em seguida, realizaram entrevistas via WhatsApp. Para o ano de 2021, um formulário do Google foi criado e os responsáveis dos estabelecimentos (dos já existentes e dos recém-inaugurados) preenchiam as informações solicitadas. Importante destacar que a pesquisa não foi atualizada para o ano de 2022. De acordo com a responsável, o número de estabelecimentos expandiu consideravelmente no ano em questão, de maneira a tornar o controle destes dados extremamente difícil, o que fez com que o mapeamento parasse no ano de 2021.

Este estudo compilou os dados com a referência do mês de Julho de 2020. Os autores do estudo dividiram o estado de São Paulo em quinze regiões, sendo estas: Araçatuba, Araraquara, Baixada Santista, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo e Grande São Paulo, e Sorocaba. Os principais indicadores da pesquisa consistem em: Total de Estabelecimentos; Total de Quadras; Total de Praticantes.

## 4.2 Estado de São Paulo

A primeira imagem a ser apresentada neste subitem corresponde à compilação dos dados e mapeamento da presença do Beach Tennis no estado de São Paulo, no ano de 2020. Nota-se que o levantamento foi realizado em diferentes localidades do estado, o que possibilita uma ampla visualização acerca da modalidade no primeiro ano da pandemia de COVID-19.

Figura 23 - Mapa do estado de São Paulo com o número de estabelecimentos, quadras e praticantes de Beach Tennis até o período de Julho/2020



Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

Para obter essas informações, os responsáveis pela pesquisa entraram em contato direto com os estabelecimentos e fizeram a solicitação dos dados. De acordo com uma das pesquisadoras, este contato foi feito via WhatsApp dos estabelecimentos. Desta maneira, o número total de quadras e o número total de praticantes corresponde à soma do número de quadras e de praticantes de cada estabelecimento, informação esta fornecida por cada uma das localidades entrevistadas no levantamento.

Destaca-se o fato de que cidades como Araraquara-SP, Campinas-SP e a região da Baixada Santista são localidades nas quais o Beach Tennis encontra-se presente desde o período pré-pandemia, conforme abordado no capítulo 2 desta dissertação. O levantamento realizado pelo Comitê aponta para uma confirmação desta informação, uma vez que são locais

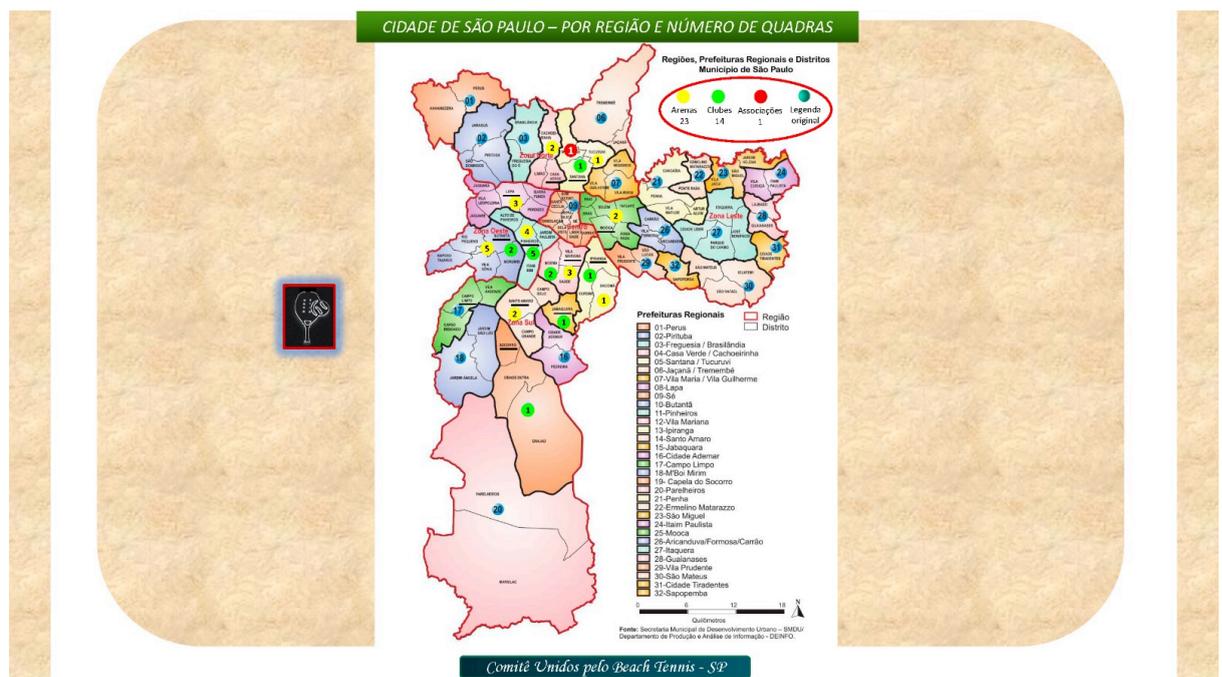
com considerável presença de estabelecimentos, quadras e praticantes mesmo no início da crise sanitária. Por outro lado, regiões como Ribeirão Preto e Vale do Paraíba/Litoral Norte apresentam números significativos e podem representar uma rápida tendência de aderência à modalidade logo no começo da pandemia.

Para realizar um comparativo da presença dos locais pré-pandemia e durante a pandemia, seria necessário coletar a informação da data de inauguração dos estabelecimentos, dado este que não consta nas informações da pesquisa. Desta maneira, poderia realizar-se uma comparação de forma a analisar este período, entretanto a pesquisa realizada não apresentou informações a respeito da existência destes estabelecimentos antes da crise sanitária ou se inauguraram a partir deste período.

### 4.3 Cidade de São Paulo

Os dados fornecidos pela pesquisa possibilitam a exploração deste processo em diferentes regiões do estado de São Paulo. Entretanto, como o escopo desta dissertação concentra-se na cidade de São Paulo, que corresponde ao presente estudo de caso, o foco da análise se dará no contexto da capital paulista. Neste cenário, o levantamento utiliza como referência a divisão das regiões através das 32 Prefeituras Regionais da cidade, conforme a imagem a seguir:

Figura 24 - Mapa da cidade de São Paulo com as regiões e o respectivo número de quadras



A imagem permite a observação das Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos do Município de São Paulo, assim como a quantidade de quadras presentes em cada um dos territórios delimitados. A presença das quadras foi segmentada em três diferentes tipos de estabelecimentos: Arenas/Academias, Clubes e Associações. Ao avançar, vê-se que as próximas três figuras apresentam o número de quadras em cada distrito de cada prefeitura regional, conforme a seguir:

Figura 25 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São Paulo

CIDADE DE SÃO PAULO – POR REGIÃO E NÚMERO DE QUADRAS		
ACADEMIA DELTA TENNIS	CASA VERDE	2
ACADEMIA LIMÃO TÊNIS	LIMÃO	2
ACADEMIA ARENA HORTO	SANTANA	1
CLUBE ACRE	TUCURUVI	1
CLUBE ESPERIA	SANTANA	3
CLUBE ASSOCIAÇÃO OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR	TUCURUVI	5
ACADEMIA CONTINENTAL PARQUE CLUBE	JAGUARÉ	2
ACADEMIA CT ARENA NACIONAL	ÁGUA BRANCA	4
ACADEMIA POSTO 011	ALTO DA LAPA	3
ACADEMIA ARENA MORUMBI BEACH SPORTS	VILA SUZANA	3
ACADEMIA CALÇADÃO	BUTANTÃ	3
ACADEMIA ESTAÇÃO PRAIA	BUTANTÃ	3
ACADEMIA SAMPÁ BEACH SPORTS	REAL PARQUE	3
ACADEMIA SUN7	VILA ANDRADE	2
CLUBE PAINEIRAS DO MORUMBI	MORUMBI	4
CLUBE SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE - SPFC	MORUMBI	3

Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP

Figura 26 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São paulo

**CIDADE DE SÃO PAULO – POR REGIÃO E NÚMERO DE QUADRAS**

ACADEMIA BEACH ARENA SÃO PAULO	CIDADE JARDIM	2
ACADEMIA QUADRA GABRIEL DE BRITO	PINHEIROS	1
ADADEMIA REINALDO JUNQUEIRA TÊNIS E BT	VILA CORDEIRO	1
ACADEMIA TENNIS EXPERIENCE	BROOKLIN	3
CLUBE A HEBRAICA	PINHEIROS	3
CLUBE ALTO DE PINHEIROS	ALTO DE PINHEIROS	1
CLUBE ATHLETICO PAULISTANO	JARDIM AMÉRICA	3
CLUBE ESPORTE CLUBE PINHEIROS	PINHEIROS	3
CLUBE HARMONIA DE TÊNIS	JARDIM AMÉRICA	

*Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP*

Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

Figura 27- Tabela do número de quadras por região da cidade de São paulo

**CIDADE DE SÃO PAULO – POR REGIÃO E NÚMERO DE QUADRAS**

ACADEMIA ARENA IBIRAPUERA	VILA MARIANA	5
ACADEMIA KLABIN BEACH SPORTS	VILA MARIANA	4
ACADEMIA WINNER TENNIS	SAÚDE	2
CLUBE CÍRCULO MILITAR DE SÃO PAULO	IBIRAPUERA	3
CLUBE IPÊ	VILA CLEMENTINO	5
ACADEMIA QUADRA 7	IPIRANGA	1
CLUBE ATHLÉTICO YPIRANGA	IPIRANGA	2
ACADEMIA BEACH SPORTS CENTER	SANTO AMARO	3
ACADEMIA GRAND SLAM BT	SANTO AMARO	2
CLUBE ESPORTE CLUBE SÍRIO	PLANALDO PAULISTA	2
CLUBE DE CAMPO SÃO PAULO	VILA REPRESA	3
ACADEMIA ÔRRA MEU	MOOCA	3
ACADEMIA TATUAPRAIA	TATUAPÉ	3

*Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP*

Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

A partir disto, a autora resumiu as tabelas ao unir os distritos dentro de suas respectivas regiões, o que culminou no seguinte resultado:

Figura 28 - Tabela do número de quadras por região da cidade de São paulo

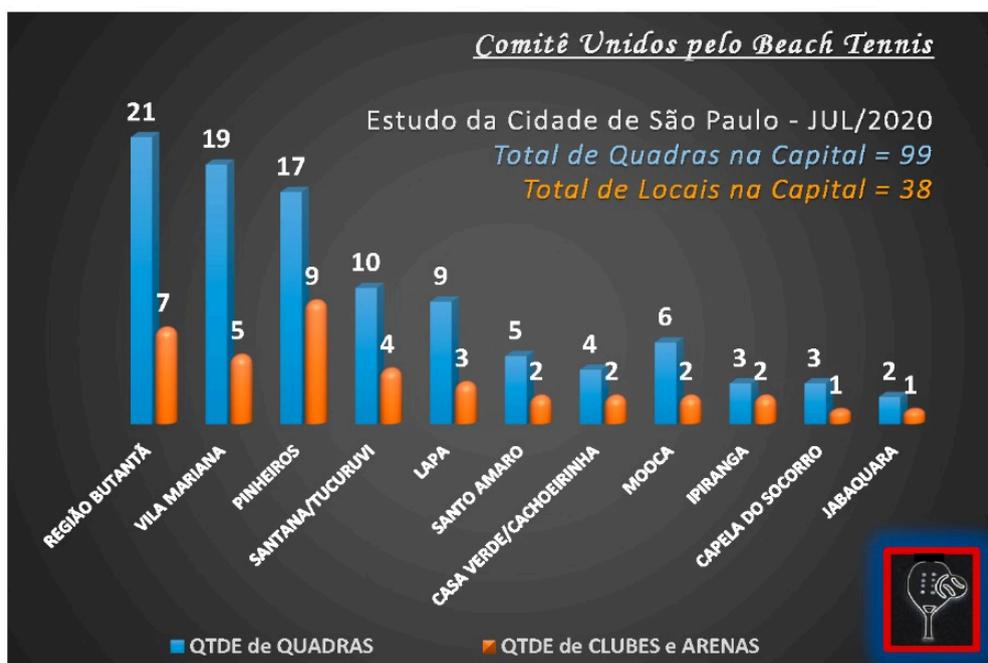
REGIÕES	Nº LOCAIS	Nº QUADRAS
CASA VERDE/CACHOEIRINHA	2	4
SANTANA/TUCURUVI	4	10
LAPA	3	9
BUTANTÃ	7	21
PINHEIROS	9	17
VILA MARIANA	5	19
IPIRANGA	2	3
SANTO AMARO	2	5
JABAQUARA	1	2
CAPELA DO SOCORRO	1	3
MOOCA	2	6
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>99</b>

Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP

Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

Outra importante informação obtida pelo levantamento consiste na relação entre a quantidade de quadras e a quantidade de estabelecimentos de Beach Tennis na cidade de São Paulo. Veja a seguir:

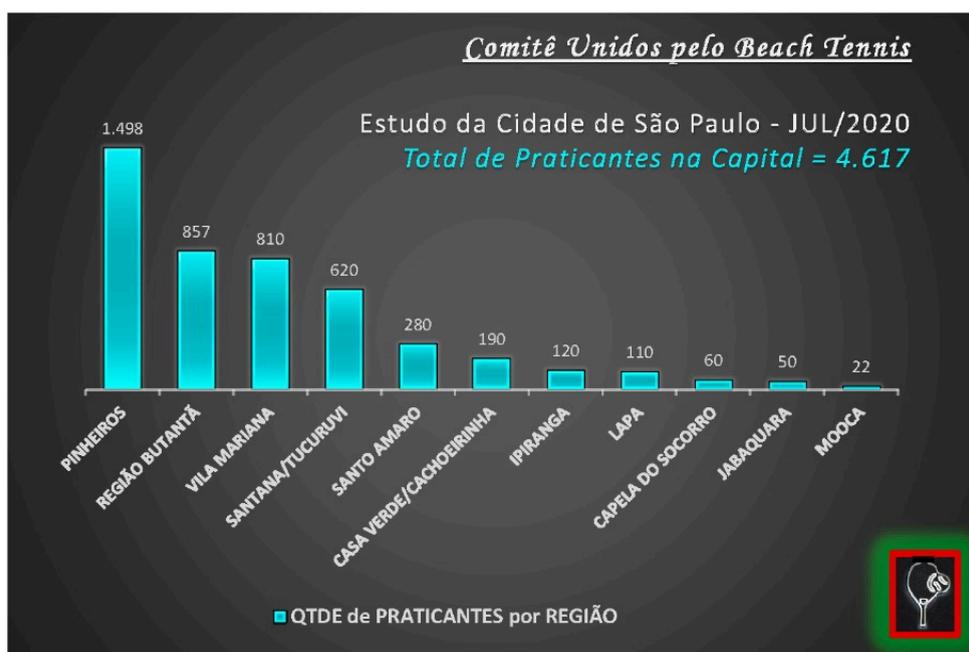
Figura 29 - Gráfico do número total de quadras e de locais por Prefeitura Regional



Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

Por fim, a última imagem a ser utilizada da pesquisa do ano de 2020 consiste no total de praticantes de Beach Tennis na cidade de São Paulo, segmentados pelas regiões das Prefeituras Regionais. Importante destacar que, conforme informações dos próprios pesquisadores, o número de praticantes é uma estimativa, uma vez que este número foi fornecido pelo responsável de cada estabelecimento e algumas pessoas praticam a modalidade em mais de um local. Portanto, há uma margem de erro, não definida, a ser considerada.

Figura 30 - Gráfico total de praticantes na capital, por região



Fonte: Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP, 2020

A partir da análise dos dados e informações obtidos através do levantamento realizado pelo Comitê Unidos pelo Beach Tennis, pode-se discutir alguns importantes pontos que vão de encontro com o enfoque da pesquisa e o tema proposto. O primeiro ponto passa pela discussão da natureza do local (público ou privado) e a relação que os indivíduos terão com o mesmo a partir disto.

Os três tipos de estabelecimentos categorizados pela pesquisa (Arena/Academia, Clubes e Associações) são empreendimentos de natureza privada, ou seja, são locais em que é necessária a realização de um pagamento para se obter acesso aos serviços oferecidos no estabelecimento. No caso das arenas, este valor pode ser revertido em aulas, locações de quadras e do espaço para eventos privativos, ou *day use*, o que faz com que a prática da modalidade encontra-se circunscrita aos pagantes. Conforme discutido no capítulo anterior, a capacidade financeira dos indivíduos torna-se o principal critério para definir aqueles que poderão pertencer e acessar estes espaços. Vale ressaltar que a relação não se baseia somente no consumo dos produtos oferecidos por estes estabelecimentos, mas pelo pertencimento a esses espaços da alta sociedade, uma vez que as elites urbanas procuram ocupar espaços seletos e exclusivos, de uma forma que os mantém em um circuito separado de estilo de vida, serviço e lazer, conforme Fonseca.

Da mesma forma, os clubes são locais nos quais os associados passam por uma série de etapas durante o processo de afiliação. Em muitos destes, a pessoa que deseja associar-se deve ser indicada por outras pessoas que já são membros deste espaço, e precisam realizar pagamentos de taxas de admissão e aquisição do direito de participação, como a compra de títulos, joias, quotas e as recorrentes mensalidades. Os clubes, em alguns casos, possuem os valores das aulas consideravelmente menores do que das academias e arenas, uma vez que uma série de valores destes pagamentos mencionados são revertidos na manutenção e oferecimento deste serviço. Entretanto, ao se analisar o conjunto da obra pode-se concluir que são espaços reservados para determinados grupos sociais, geralmente das classes média e alta.

Devido à baixa representatividade das associações dentro do cenário da pesquisa, que consiste em apenas uma localidade com cinco quadras, seria impreciso categorizar o grupo “associação” como pertencente a esta lógica, uma vez que o argumento baseia-se na reprodução destas relações em uma amostra de maior escala. Por outro lado, cabe mencionar que a associação mencionada no levantamento consiste no Clube Associação Oficiais da Polícia Militar, que representa o espaço de lazer e socialização de uma determinada categoria de servidores do Estado, o que faz com que seja necessária uma maior quantidade de informações para se analisar este tipo de estabelecimento.

Por fim, a pesquisa não identificou nenhum espaço público que seja utilizado para a prática da modalidade Beach Tennis, até o período do mês de julho de 2020. Isto nos leva a uma provável constatação de que este esporte atende e promove o lazer de grupos sociais com maior poder aquisitivo, que buscam um tipo de socialização mais exclusivo, conforme a hipótese da dissertação. Esta relação público x privado será discutida novamente mais à frente, ao abordar o levantamento do ano de 2021.

O segundo ponto a ser explorado consiste na associação entre o desenvolvimento da prática esportiva e os locais em que isto se dá. Conforme discutido no capítulo anterior, o *modo de produção flexível* representa uma transformação no mundo do trabalho que resulta em importantes mudanças no contexto da vida na cidade e nas relações que serão desenvolvidas entre os diferentes grupos sociais e os espaços que ocupam no meio urbano. O destaque aqui reside na ideia de que, a partir deste fenômeno, os membros das elites, com seus altos níveis de escolaridade e renda, assim como a valorização dada pelo mercado às suas capacidades criativas e formação técnica, gozam do privilégio de uma flexibilidade na sua jornada de trabalho e no seu cotidiano.

Em outras palavras, esses grupos sociais têm a possibilidade de trabalharem de seus lares (*home office*), conseguem organizar a sua própria rotina de trabalho de acordo com a sua

demanda e os seus cargos mais elevados, e mantém o seu elevado padrão de vida que lhes proporciona acessar os lugares exclusivos e seletos que os seus semelhantes ocupam. Portanto, não precisam gastar horas por dia de deslocamento no trânsito, não são submetidos a escalas de 6x1 (seis dias de trabalho, um dia de folga) no trabalho e possuem horários disponíveis dentro do período comercial para dedicar às atividades de lazer.

Isto faz com que vivam a cidade de maneira a criar espaços segmentados e exclusivos, geralmente no entorno das suas residências, em distritos de alto padrão, com abundância de segurança e conforto, áreas verdes, distante dos grupos marginalizados e das classes trabalhadoras. Desta maneira, pode-se dizer que o desenvolvimento inicial do Beach Tennis na cidade de São Paulo se dá nos espaços ocupados pelos grupos das elites, de maneira a atender as necessidades de lazer e de promoção de bem estar destes durante o cenário de restrições imposto pela COVID-19. Assim, o Beach Tennis e seus estabelecimentos surgem como uma alternativa às idas para as regiões litorâneas e promovem o “*lifestyle* praiano” na capital.

A relação entre os locais de prática no município de São Paulo e os indicadores socioeconômicos e ambientais dos distritos e regiões da cidade nos dão a informação necessária para concretizar as associações mencionadas no parágrafo anterior. Ao retomar os dados levantamento realizado pelo Comitê Unidos pelo Beach Tennis, no período de julho de 2020, é possível visualizar que as regiões das Prefeituras Regionais de Pinheiros, Butantã, Vila Mariana, Santana/Tucuruvi e Lapa são as cinco localidades com mais estabelecimentos, com 9, 7, 5, 4 e 3 locais de prática, respectivamente.

Entretanto, é importante destacar que a análise, no presente caso, não pode ser realizada com base na Prefeitura Regional, mas sim pelos Distritos que as compõem. Isso se justifica pelo fato de que dentro dessas regiões há consideráveis desigualdades entre aqueles distritos que fazem parte de sua composição. Um grande exemplo disso consiste na comparação entre o distrito do Morumbi e o distrito do Rio Pequeno, ambos pertencentes à Prefeitura Regional do Butantã. Enquanto o primeiro é uma das mais tradicionais áreas de elite da cidade de São Paulo, com uma renda domiciliar média de R\$8.347,66 (Mapa da Desigualdade, 2020), o segundo conta com um valor de R\$4.258,37, o que justifica realizar a análise pelos distritos e não pelas subprefeituras.

Assim, o presente dado consiste no fato de que, de acordo com a pesquisa mencionada, 28 distritos do município de São Paulo contam com estabelecimentos (arenas/academias, clubes e associações) que totalizam 38 localidades voltadas para a prática do Beach Tennis na cidade. Entretanto, a investigação aqui proposta consiste em analisar o

desenvolvimento desta prática esportiva durante o período da pandemia de COVID-19. Como os dados até aqui mencionados referem-se ao mês de julho/2020 e a crise sanitária se deu início no mês de março/2020 no Brasil, é possível afirmar que se trata de um curto intervalo de tempo para avançar nas conclusões que se pretende realizar. O cenário de julho/2020 é importante para situar o objeto de estudo no recorte proposto e, a partir de agora, avançar para o período durante a pandemia.

O trabalho do Comitê Unidos pelo Beach Tennis teve continuidade no ano de 2021. A responsável pelo levantamento da cidade de São Paulo fez uma atualização do número de estabelecimentos e quadras por região e seus respectivos distritos. Este mapeamento foi realizado com a mesma metodologia do anterior, ou seja, através do contato direto com os locais e coleta de informações fornecidas pelos próprios responsáveis de cada localidade. A figura a seguir apresenta os dados coletados:



estabelecimentos, assim como no número de quadras. A tabela abaixo apresenta o comparativo entre os períodos mencionados:

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e distritos por ano (2020 e 2021)

<i>Período</i>	<i>jul/2020</i>	<i>jun/2021</i>
Arenas/Academias	23	49
Clubes	14	14
Associações	1	1
Quadras	99	183
Total de Distritos	28	39
Total de Estabelecimentos	38	64

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa do Comitê Unidos pelo Beach Tennis

O primeiro ponto a ser discutido diz respeito à constatação de que, em um período de um ano, o número total de estabelecimentos saiu de 38 para 64, ou seja, um aumento de 68% em relação ao ano anterior. Da mesma forma, o número de quadras obteve um exponencial aumento, de mais de 84% em comparação a julho de 2020. Portanto, em termos quantitativos, é visível a expansão da modalidade de maneira expressiva durante o período da pandemia.

Vale lembrar que, durante os anos de 2020 e 2021, alguns decretos e portarias dos poderes municipal e estadual foram emitidos de maneira a restringir as atividades desta natureza, como redução do horário de funcionamento dos estabelecimentos e até mesmo o fechamento total dos locais voltados para o ramo das atividades de lazer e práticas de bem estar. Entretanto, constata-se que este aumento ocorreu neste período, e se acredita que muito seja devido ao fato de que é uma modalidade esportiva majoritariamente praticada ao ar livre e que requer um baixo número de participantes, geralmente quatro pessoas, além de ser um esporte em que não há contato físico.

Outro ponto de destaque na perspectiva comparativa é a constatação de que o aumento dos estabelecimentos ocorreu, de acordo com a pesquisa, apenas na categoria das arenas/academias. Importante destacar que estas localidades destacam-se, em uma análise de suas características qualitativas, como espaços voltados para o consumo. Consumo este marcado pela presença de mercadorias de alto valor agregado, como acessórios e roupas esportivas de marcas de grife, restaurantes *gourmets* nos seus interiores e arredores, valores

elevados para ter acesso às aulas da modalidade e locação exclusiva das quadras e do espaço para eventos, além da ideia de um conceito que proporcionará uma vivência única para os frequentadores do local, de maneira a dialogar com a ideia do aumento da individualidade e da busca pela realização dos desejos individuais e de consumo em detrimento do uso e do pertencimento coletivo, de acordo com Fonseca (2005).

Esse dado vai de encontro com a hipótese proposta por esta dissertação, de que houve um aumento na demanda por espaços exclusivos e seletos, acessíveis aos grupos de elite, que proporcionem a vivência em uma localidade que lhes remeta a um ambiente praiano, com uma prática esportiva associada aos esportes do litoral e bares “pé na areia”. Portanto, qualitativamente, o aumento das arenas/academias, que são os espaços construídos com o intuito de proporcionar essa experiência, é algo que embasa os argumentos até então apresentados.

Por outro lado, isto não significa necessariamente que os clubes e associações não aderiram à essa modalidade esportiva. Por serem ambientes que possuem uma dinâmica de funcionamento diferente, ou seja, são espaços compartilhados por diversas atividades de lazer e esportes, sem necessariamente objetivar o lucro, o interesse do local em se propagandar e tornar-se mais visível pode não ser da mesma dimensão de uma arena. As academias são locais que vivem exclusivamente das práticas esportivas desenvolvidas no seu território, através das vendas de seus produtos (aulas, locações, eventos privativos e *day use*), portanto é interessante que se façam presente nas redes sociais e nos meios de comunicação. É necessária uma investigação mais específica para apurar a realidade desta modalidade dentro dos clubes e associações.

Mais um ponto de destaque no comparativo entre 2020 e 2021 consiste na presença, ainda pequena, de quadras cobertas na pesquisa mais recente, algo até então não constatado nos estabelecimentos. A pesquisa de 2021 apresenta três estabelecimentos com um total de sete quadras com essa característica. Entretanto, esta informação e a discussão sobre esse fenômeno não cabe no escopo do presente trabalho.

A próxima discussão, e a mais importante deste capítulo, se dá na expansão do número de estabelecimentos nos distritos da cidade de São Paulo. Neste caso, pode-se notar que onze novos distritos são citados no levantamento, transformando o número total de 28 distritos em julho de 2020 para 39 em junho de 2021. Importante destacar que apresenta-se alguns bairros como se fossem distritos (ex: o bairro Real Parque, pertencente ao Distrito do Morumbi, é citado na categoria Distrito). Entretanto, optou-se por não fazer a devida correção para manter a originalidade do dado e a importância de se discutir o método de coleta utilizado neste

levantamento. A tabela a seguir apresenta estas informações:

Tabela 2 - Nome do distrito e total de estabelecimentos por ano (2020 e 2021)

<i>Distrito</i>	<i>Nº de Estabelecimentos (julho, 2020)</i>	<i>Nº de Estabelecimentos (junho, 2021)</i>
Água Branca	1	1
Alto da Lapa	1	1
Alto de Pinheiros	1	1
Barra Funda	-	1
Brooklin	1	3
Butantã	2	3
Campo Belo	-	1
Casa Verde	1	2
Chácara Klabin	-	1
Cidade Jardim	1	1
Ibirapuera	1	2
Ipiranga	2	3
Indianópolis	-	1
Interlagos	-	1
Itaim Bibi	-	1
Jaguaré	1	1
Jardim América	2	1
Jardins	-	1
Limão	1	1
Moema	-	1

Mooca	1	1
Morumbi	2	5
Pinheiros	3	4
Planalto Paulista	1	1
Pompeia	-	1
Real Parque	1	1
Santana	2	3
Santo Amaro	2	4
Saúde	1	3
Tatuapé	1	1
Tucuruvi	2	2
Vila Andrade	1	1
Vila Clementino	1	1
Vila Cordeiro	1	1
Vila Leopoldina	-	1
Vila Mariana	2	1
Vila Olímpia	-	1
Vila Represa	1	1
Vila Suzana	1	1

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa Mapeamento de Quadras de Beach Tennis na Cidade de São paulo por Região, do Comitê Unidos Pelo Beach Tennis

Mais uma vez, o levantamento aponta para a existência de apenas estabelecimentos de natureza privada, assim como demonstrado no ano de 2021. Esta é uma informação que dialoga diretamente com a hipótese inicial da pesquisa, de que há reprodução de um padrão desigual do uso dos espaços a partir da apropriação destes pelos setores de elite da sociedade. A discussão proposta a partir do texto de Fonseca no capítulo anterior é novamente retomada

com a constatação de que o crescimento desta modalidade concentra-se, durante o seu processo de expansão na capital paulista durante a pandemia, na criação de espaços seletos e segmentados que visem atender as demandas de lazer, pertencimento e sociabilidade das classes dominantes.

#### 4.4 O Mapeamento e os Indicadores

Após a exposição das informações obtidas pelas pesquisas do Comitê Unidos pelo Beach Tennis, que proporcionam o acompanhamento do desenvolvimento e expansão desta modalidade esportiva nos anos de 2020 e 2021 na cidade de São Paulo, avança-se no sentido de cruzar os dados do mapeamento com indicadores socioeconômicos e ambientais dos distritos, que corresponde ao 3º objetivo específico desta dissertação. Tendo em vista que esta pesquisa trabalha sob a ótica das desigualdades na capital paulista, optou-se por explorar os dados elaborados pela Rede Nossa São Paulo, no chamado Mapa da Desigualdade. Este é descrito da seguinte forma:

“Publicado desde 2012, o trabalho consiste no levantamento de uma série de indicadores de cada um dos 96 distritos da capital, de modo que se possa comparar dados e verificar os locais mais desprovidos de serviços e equipamentos públicos.” (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020, p.3).

O mapa apresenta indicadores oriundos de diversas pesquisas, como Censo IBGE, Pesquisa Origem e Destino, entre outras. A partir de sua exploração, é possível visualizar os resultados obtidos por cada um dos 96 distritos da cidade de São Paulo, o que possibilita fazer comparações entre estes e com a média da capital nos levantamentos.

Devido ao fato de que, de acordo com a pesquisa do Comitê Unidos pelo Beach Tennis, de 2021, 39 distritos aparecem com pelo menos um estabelecimento de Beach Tennis presente em seu território, optou-se por selecionar apenas aqueles que contam com 3 ou mais estabelecimentos. Diante disso, têm-se os seguintes representantes dos distritos da capital:

Tabela 3 - Distritos com maior número de estabelecimentos de Beach Tennis

<i>Distrito</i>	<i>Nº Estabelecimentos</i>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>

<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>

Fonte: elaboração própria com base na pesquisa Mapeamento de Quadras de Beach Tennis na Cidade de São paulo por Região, do Comitê Unidos Pelo Beach Tennis

A amostra do mapeamento a ser analisada a partir dos indicadores do Mapa da Desigualdade consiste nos sete maiores distritos (Morumbi, Pinheiros, Santo Amaro, Butantã, Ipiranga, Santana e Saúde) em ordem decrescente que, conforme mencionado anteriormente, apresentam pelo menos três estabelecimentos de Beach Tennis de acordo com a pesquisa do Comitê. Estes sete distritos representam, somados, 25 estabelecimentos de um total de 64 mapeados até junho de 2021.

Com relação aos indicadores extraídos do Mapa da Desigualdade (2020 e 2023), tem-se: Renda Média Familiar Mensal; População Preta e Parda; Cobertura Vegetal; Idade Média ao Morrer; Favelas; Equipamentos Públicos de Esporte. A escolha destes indicadores justifica-se por apresentarem dados das áreas de Trabalho e Renda; População; Meio Ambiente; Saúde; Habitação; Esporte. Assim, são informações que oferecem um panorama extenso sobre os distritos e possibilitam uma análise completa e robusta que discuta o crescimento do Beach Tennis a partir de sua territorialização durante a pandemia de COVID-19 na cidade de São Paulo.

O primeiro cruzamento de dados a ser analisado é a partir do indicador Renda Média Familiar Mensal, formulado a partir das informações da Pesquisa Origem e Destino do ano de 2017 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020, p.67). Analisar essas informações permite quantificar os recursos disponíveis para as famílias e, conseqüentemente, ter uma métrica da sua capacidade de acesso a bens e serviços a partir destes. “De modo geral, regiões com menores níveis de renda são também as regiões com os maiores tempos de deslocamento,

mais dependentes do transporte público e têm menos acesso à infraestrutura e serviços públicos” (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020, p.67). Dito isso, apresenta-se a tabela logo abaixo:

TABELA 4 - Renda Média Familiar Mensal, por distrito

<b>Renda Média Familiar Mensal</b>			
<i>Distrito</i>	<i>Nº Estabelecimentos</i>	<i>Valor</i>	<i>Nº ranking</i>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>R\$ 8.347,66</b>	<b>7º</b>
<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 8.310,20</b>	<b>8º</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 9.159,73</b>	<b>5º</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 7.142,25</b>	<b>14º</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 5.044,54</b>	<b>29º</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 6.385,34</b>	<b>19º</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>R\$ 6.953,38</b>	<b>17º</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>R\$4.718,33</b>	<b>-</b>
<b>Descrição do indicador</b>	<b>Renda média familiar mensal (em R\$), por distrito</b>		

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2020

A primeira observação a ser realizada está na informação da 4ª coluna, que aponta a posição de cada distrito no ranking da Renda Média Familiar Mensal dos 96 distritos da capital. Tem-se que, dos sete distritos analisados, todos encontram-se na faixa dos 30 primeiros, ou seja, com as rendas mais altas. Destaca-se o fato de que os distritos Morumbi, Pinheiros e Santo Amaro, os maiores representantes em termos de estabelecimentos de Beach Tennis nos seus territórios, são os três com as maiores rendas da amostragem, situando-se entre as dez primeiras posições. Além disso, todos os distritos representados possuem uma

Renda Média Familiar Mensal acima da média do município (R\$4.718,33). Em casos como do distrito de Santo Amaro, este valor chega a ser o dobro (R\$9.159,73).

O próximo indicador trabalhado discute aspectos das características populacionais dos distritos. O indicador População (Preta e Parda), elaborado a partir dos dados populacionais do Censo demográfico de 2010 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2023, s.p), nos permite avaliar o contexto das desigualdades nos acessos à práticas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida, assim como a distribuição ambiental desigual materializada no território. A partir da tabela, é possível visualizar a evidente ausência do crescimento desta modalidade esportiva, que se tornou uma importante ferramenta para o lazer durante a maior crise sanitária já vivida, nos distritos com a maior presença de populações pretas e pardas. Segue, abaixo, a tabela:

TABELA 5 - População Preta e Parda, por distrito

<b>População Preta e Parda</b>		
<b><i>Distrito</i></b>	<b><i>Nº Estabelecimentos</i></b>	<b><i>Porcentagem (%)</i></b>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>19,5</b>
<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>11,1</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>10,3</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>16,1</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>22</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>14,5</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>10,9</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>37,1</b>
<b>Descrição do indicador</b>	<b>Proporção (%) da população preta e parda, por distrito</b>	

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2023

Importante destacar que os distritos de maior presença do Beach Tennis são localidades com a porcentagem de pretos e pardos bem abaixo da média municipal, de 37,1%. Com isso, é possível afirmar que existe um componente de raça e que esta prática esportiva se desenvolveu nos locais onde a população branca é de larga maioria.

O terceiro indicador explorado, Cobertura Vegetal, reside na área de Meio Ambiente. Elaborado a partir de informações da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), da prefeitura de São Paulo, fornece o percentual de áreas com cobertura vegetal. É de importante destaque o fato de que três dos sete distritos analisados estão abaixo da média municipal (27,29%), enquanto distritos como Morumbi e Butantã estão bem acima desse valor, com 44,58% e 41,96%, respectivamente. Segue a tabela abaixo:

TABELA 6 - Cobertura vegetal, por distrito

<b>Cobertura Vegetal</b>		
<b><i>Distrito</i></b>	<b><i>Nº Estabelecimentos</i></b>	<b><i>Porcentagem (%)</i></b>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>44,58</b>
<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>27,83</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>31,18</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>41,96</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>15,04</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>23,72</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>16,38</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>27,29</b>
<b>Descrição do indicador</b>	<b>Percentual de áreas com cobertura vegetal (%), por distrito</b>	

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2023

Vale destacar que este dado não apresenta uma relação direta com o objeto de estudo, ou seja, não significa necessariamente que os distritos com maiores percentuais de áreas com

cobertura vegetal serão aqueles nos quais a modalidade se desenvolveu durante a pandemia, ou vice-versa. Por se tratar de um contexto altamente urbanizado, a discussão é em torno de que os estabelecimentos voltados para a prática do Beach Tennis oferecem uma espécie de refúgio para os cidadãos que buscam alternativas para o seu lazer e para a manutenção do seu bem-estar e qualidade de vida no período pandêmico, conforme a discussão do capítulo 3, que cita o sentimento de resgatar a vivência em um ambiente natural (as praias do litoral) dentro da capital paulistana. Mesmo assim, alguns dos distritos analisados estão bem acima da média, conforme mencionado anteriormente, o que nos leva a concluir que este é um dado que deve ser considerado para a constituição de um panorama, mas que por si só não é conclusivo.

Entretanto, outro dado que ajuda na ilustração do panorama dos distritos consiste na existência de parques municipais e estaduais nessas localidades. Esse mapeamento é realizado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e está presente no Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL, 2022). De acordo com o plano, as seguintes subprefeituras<sup>23</sup> contam com a seguinte quantidade de parques em seus territórios: Butantã (10); Pinheiros (6); Santana (4); Santo Amaro (4); Vila Mariana (2) e Ipiranga (2). Importante ressaltar que os distritos do Morumbi e Saúde são pertencentes às Prefeituras Regionais do Butantã e Vila Mariana, respectivamente.

O próximo indicador discute um tema da área da saúde. Ao analisar os dados acerca da Idade Média ao Morrer, é possível associar a longevidade com a exposição dos cidadãos dessas localidades a práticas que promovam a qualidade de vida e o bem-estar, assim como o acesso a infraestrutura e serviços de saúde, primordiais para a capacidade de viver por um período mais longo e com mais qualidade. Elaborado com base nos dados da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo, tem-se o cruzamento representado na tabela abaixo:

TABELA 7 - Idade Média ao Morrer, por distrito

<b>Idade Média ao Morrer</b>		
<b><i>Distrito</i></b>	<b><i>Nº Estabelecimentos</i></b>	<b><i>Idade Média</i></b>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>76</b>
<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>80</b>

<sup>23</sup> o PLANPAVEL adota o termo subprefeitura.

<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>79</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>78</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>74</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>77</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>80</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>71</b>
<b>Descrição do indicador</b>	<b>Média de idade ( em anos) das pessoas que morreram (de acordo com o local de residência, por distrito)</b>	

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2023

O que se pode concluir, a partir da análise da tabela, é que os distritos da amostra apresentam idade média ao morrer superior à média municipal (71 anos). Isso nos leva à associação de que nessas localidades as populações gozam de uma qualidade de vida, marcada pelos aspectos citados no parágrafo anterior, não acessível para a maioria da população da capital paulista. Enquanto muitos distritos de São Paulo apresentam esse indicador na faixa entre 60 e 65 anos, aqueles nos quais o Beach Tennis se expandiu durante a pandemia apresentam, no mínimo, 74 anos como idade média.

O quinto indicador analisado reside na área da habitação. O indicador Favelas, elaborado com base nos dados da Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo (SEHAB), representa a proporção, a partir de uma estimativa, do número de domicílios em favelas em comparação com o número total de domicílios daquele distrito. Na tabela abaixo, têm-se as informações:

TABELA 8 - Favelas, por distrito

<b>Favelas</b>		
<b><i>Distrito</i></b>	<b><i>Nº Estabelecimentos</i></b>	<b><i>Favelas</i></b>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>14,41</b>

<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>0,08</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>0,16</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>1,31</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>3,23</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>0,23</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>0,93</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>6,96</b>
<b>Descrição do indicador</b>	<b>Proporção (%) estimada de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por distrito</b>	

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2023

Dos sete distritos pertencentes à amostragem, seis deles encontram-se abaixo da média municipal, de 6,96%, com uma distância considerável. Portanto, são localidades nas quais um número extremamente baixo de seus domicílios encontra-se em favelas, o que nos leva a associação de que a modalidade não se desenvolveu nos locais de população vivendo em condições de moradia precária. Por outro lado, o distrito do Morumbi apresenta um dos valores mais elevados dentre os distritos da capital, de 14,41%. Este é um indicador que sustenta o argumento de que este distrito é altamente desigual, uma vez que apresenta valores contraditórios entre si, como a alta renda média familiar mensal e a alta concentração de domicílios em favelas.

Por fim, o último indicador analisado concentra-se na área de Esporte. Elaborado com base nos dados da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Cidade de São Paulo (SEME), o indicador Equipamentos Públicos de Esporte apresenta o número de equipamentos esportivos públicos (municipais e estaduais) de esporte para cada dez mil habitantes, por distrito. Abaixo, segue a tabela:

TABELA 9 - Equipamentos Públicos de Esporte, por distrito

<b>Equipamentos Públicos de Esporte</b>		
<b><i>Distrito</i></b>	<b><i>Nº Estabelecimentos</i></b>	<b><i>Equipamentos</i></b>
<b>Morumbi</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>Pinheiros</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
<b>Santo Amaro</b>	<b>4</b>	<b>0,27</b>
<b>Butantã</b>	<b>3</b>	<b>0,37</b>
<b>Ipiranga</b>	<b>3</b>	<b>0,44</b>
<b>Santana</b>	<b>3</b>	<b>0,18</b>
<b>Saúde</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>Média de São Paulo</b>	<b>-</b>	<b>0,32</b>
<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Número de equipamentos esportivos públicos (municipais e estaduais) de esporte para cada dez mil habitantes, por distrito</b>	

fonte: elaboração própria a partir do Mapa da Desigualdade 2023

A partir da exploração desta tabela, é possível afirmar que a presença de equipamentos públicos de esporte nos distritos da amostragem tem uma variação. Enquanto alguns apresentam o valor 0 (Morumbi, Pinheiros e Saúde), outros estão acima da média municipal (0,32) como Ipiranga e Butantã, com valores de 0,44 e 0,37 respectivamente. Diante dessa amplitude estatística, é necessário que se utilize outros dados e que se considere diferentes elementos para uma conclusão geral sobre o tema. Entretanto, o fato de que três dos sete distritos apresentam valor 0, sendo dois dos que possuem a maior quantidade de estabelecimentos de Beach Tennis de acordo com o mapeamento (Morumbi e Pinheiros), é possível associar estes valores com a discussão dos usos dos espaços públicos. De acordo com Fonseca (2005), as elites apropriam os espaços das cidades de maneira a criar redutos e espaços seletos, passíveis de acesso somente para os que têm a capacidade financeira de

custear e consumir o que é disposto nestas localidades. Assim, o uso dos espaços pelas elites torna-se privado, e o espaço público, aquele de uso coletivo, deixa de ser utilizado por esses grupos (Fonseca, 2005).

Desta maneira, este subitem do capítulo 4 propôs-se a apresentar o cruzamento dos dados do mapeamento realizado pelo Comitê Unidos Pelo Beach Tennis com indicadores socioeconômicos e ambientais, sintetizados pela Rede Nossa São Paulo, através do Mapa da Desigualdade. O objetivo consistiu em produzir conhecimento sobre se há espelhamento entre desigualdades ambientais existentes no município com os locais da prática esportiva do Beach Tennis e seu desenvolvimento durante a pandemia. Após a seleção da amostragem de sete distritos, dentre os 28 totais, que representam 25 dos 64 estabelecimentos de Beach Tennis mapeados no território da cidade de São Paulo, pode-se concluir que o desenvolvimento da modalidade esportiva durante o período pandêmico concentrou-se nos distritos de renda alta, com populações majoritariamente branca e com indicadores positivos de qualidade de vida, saúde e habitação.

## **Capítulo 5 - Conclusões: a trajetória da pesquisa e as contribuições teórico-analíticas**

Antes de avançar para as conclusões finais, gostaria de apresentar, brevemente, como se estruturou o último capítulo desta dissertação. Dividido em duas partes, o capítulo 5 “Conclusões: A Trajetória da Pesquisa e Contribuições Teórico-Analíticas” trabalha com dois eixos. O primeiro deles, item 5.1, remonta ao percurso da investigação científica proposta para uma dissertação de mestrado. Aqui, exponho a origem da temática desenvolvida, de forma a dialogar com a estrutura de um trabalho acadêmico, ao retomar importantes etapas como o problema de pesquisa, a pergunta, a metodologia, os objetivos e a hipótese. Em seguida, no item 5.2, procuro trazer reflexões críticas sobre o tema, de maneira a retomar as três principais referências teóricas, abordadas no capítulo 3. Por fim, trago as conclusões e apresento aquilo que acredito, modestamente, ser a contribuição teórica do trabalho realizado.

### **5.1 A Trajetória da Pesquisa**

O presente trabalho originou-se a partir do olhar fenomenológico (SCHWEICKARDT, 2000) de um fenômeno contemporâneo. Devido a experiência prática enquanto instrutor de Beach Tennis na cidade de São Paulo, durante a pandemia de COVID-19, pude observar de perto o crescimento e a expansão desta modalidade esportiva

na capital paulista durante o período da maior crise sanitária da história da humanidade. Perante o cenário de restrições impostas pelos governos com o objetivo de conter a disseminação do vírus e seu contágio na população, destaca-se o avanço de um esporte que surge como alternativa para o lazer, restringido através das medidas sanitárias.

Entretanto, logo notou-se que esta alternativa se concentrou em localidades específicas do município paulistano, assim como era acompanhada de altos valores para aqueles que desejavam acessar essa prática. A partir desta constatação, surge a iniciativa de transformar esta experiência vivida e visualizada no dia a dia em um projeto de pesquisa. De maneira a sediar o assunto no campo do conhecimento científico, iniciou-se o movimento de trazer a discussão para o escopo dos temas que comportassem as indagações iniciais e que fossem correspondentes ao que se observou previamente. O tema de pesquisa pôde ser sediado no campo das desigualdades ambientais urbanas, de maneira a explorar o crescimento do beach tennis, que tornou-se o objeto da pesquisa, no contexto da pandemia de Covid-19 (2020-2022), recorte da pesquisa, na cidade de São Paulo, que se configura como o estudo de caso.

A partir dessas definições, foi possível avançar para uma delimitação do tema de pesquisa: “Acesso desigual, privilégios e usos dos espaços na cidade de São Paulo a partir da prática do Beach Tennis durante a pandemia de Covid-19”. Importante destacar que, após sugestão da professora Sandra Momm na banca de qualificação, o prisma da pesquisa (assim como o seu título) mudou, com o objetivo de dar maior enfoque para o tema delimitado, conforme demonstrado na sentença anterior. Com isso, o problema de pesquisa consistiu em: “Analisar os usos desiguais do espaço na cidade de São Paulo a partir da prática do Beach Tennis, durante a COVID-19 (2020-2022)”. Ao retomar a trajetória da dissertação, é possível confirmar que o problema de pesquisa foi analisado. Esta análise foi iniciada com uma contextualização do tema, de maneira a abordar principalmente os cenários da expansão da modalidade e a concomitante pandemia na capital paulista. Procurou explorar as características de ambos fenômenos, com foco principal na constatação de que os acessos às áreas verdes e às práticas de lazer foram restringidos naquele período, o que representa a contradição que origina esta pesquisa. De maneira sucinta, discutiu-se como uma modalidade esportiva se desenvolveu tanto durante o período de maior reclusão da sociedade.

Após a contextualização, o presente trabalho fez um levantamento da bibliografia acerca dos temas, que está compilado e detalhado no apêndice deste texto. A principal conclusão a partir desta revisão é a de que os temas (Beach Tennis, Covid e Qualidade de Vida) foram pouco explorados, principalmente ao serem conectados entre si. Portanto, uma

das conclusões consiste na originalidade e ineditismo do tema de pesquisa. Por outro lado, pelo fato de possuir pouca bibliografia disponível, a pesquisa enfrentou algumas dificuldades no caminho percorrido.

A primeira delas reside na escrita do capítulo 2, História do Beach Tennis e sua evolução no Brasil e em São Paulo. O capítulo que buscou trazer um histórico da modalidade desde a sua origem na Itália até os dias atuais no Brasil e na capital paulista, esbarrou em limitações como poucas fontes do campo científico a respeito do tema. Informações relevantes como a data de origem da modalidade foram apresentadas de diferentes maneiras por textos acadêmicos, matérias de jornal e entrevistas, e até mesmo relatos pessoais de praticantes da modalidade. Inclusive, um dos textos-chave do capítulo 2, que consiste em um Trabalho de Conclusão de Curso em uma universidade da Itália, só tinha a versão em italiano. Da mesma maneira, a chegada do Beach Tennis em solo brasileiro ainda é pouco documentada. Entretanto, a avaliação final é de que foi possível avançar e construir uma trajetória histórica da modalidade que atendeu as expectativas iniciais do projeto e situou-se no campo do conhecimento científico com os seus rigores e metodologia. Assim, é no capítulo 2 que se explora o objetivo específico 1 - Identificar os estudos relacionados ao Beach Tennis e a COVID-19 (Mundo, Brasil e São Paulo) a tal ponto de dizer que este objetivo foi atingido.

A partir do viés de uma pesquisa interdisciplinar, sediada majoritariamente nos campos da ciência ambiental e ciências sociais, com diálogo com as áreas da geografia, planejamento urbano, políticas públicas e educação física, buscou-se investigar o *contraditório*, ou seja, o crescimento exponencial de uma prática esportiva perante uma pandemia na maior cidade da América Latina. Importante destacar que esse prisma da interdisciplinaridade fez parte da pesquisa desde o início, com a formulação do problema de pesquisa e, da mesma forma, da pergunta de pesquisa que se discute a seguir. A pergunta “O crescimento exponencial da prática do Beach Tennis em São Paulo, durante a Covid-19, é reflexo da produção desigual do espaço e seus usos e privilégios ambientais?” teve o seu arcabouço teórico exposto e analisado no capítulo 3. A partir de Acselrad (2010) com a discussão acerca de justiça ambiental, Anguelovski (2015) sobre as desigualdades ambientais e Fonseca (2005) sobre os padrões sociais e uso do espaço público, a pesquisa assentou-se nestes três principais autores de maneira a discutir os conceitos que, relacionados entre si, representam a lente da interdisciplinaridade e dialogam com o objeto de estudo e o estudo de caso propostos, de maneira a conseguir responder a pergunta de pesquisa, algo que foi atingido ao longo deste trabalho.

Como hipótese, tem-se que: “A prática do Beach Tennis em São Paulo, durante a COVID-19, segue o padrão da produção desigual do espaço a partir do uso e apropriação do espaço por grupos de elites da sociedade, ao passo que a maioria da população teve restrição quase absoluta dos parques e áreas de lazer da cidade entre 2020-2022”. O diálogo com a hipótese sedia-se, majoritariamente, nas explorações do Capítulo 4: Usos dos espaços para a prática do Beach Tennis durante a COVID-19.

Conforme mencionado no próprio capítulo em questão, obteve-se uma dificuldade de obter os dados a respeito das localidades nas quais o Beach Tennis passou a ocupar durante a pandemia. Entretanto, vale ressaltar que a expectativa inicial deste trabalho consistia em realizar um mapeamento dessa expansão, de maneira a construir um cartograma (sugestão recebida na banca de qualificação pela Professora Sandra Momm) como forma de representação gráfica. Entretanto, ao longo da investigação notou-se que realizar o mapeamento por conta própria seria uma árdua tarefa, devido a dificuldade de encontrar informações que permitissem saber os locais onde os estabelecimentos de Beach Tennis se encontravam, além de que o tempo hábil para tal realização não seria compatível com o período de um mestrado. E, por fim, é importante ressaltar que esta pesquisa aproxima-se do Beach Tennis como uma materialização de um fenômeno discutido através de outros temas, ou seja, não é um estudo quantitativo sobre o crescimento da modalidade.

Dito isso, buscou-se informações a respeito deste esporte e sua expansão na instituição nacional responsável pela gestão da modalidade (Confederação Brasileira de Tênis), mas não obteve êxito, conforme descrito no capítulo 4. Da mesma forma, procurou-se por informações neste sentido nos veículos de mídia e imprensa, mas não foram encontrados dados suficientes para realizar um mapeamento. Por fim, através da ajuda de um colega instrutor de Beach Tennis, obtive contato com uma das responsáveis pelas pesquisas organizadas pelo Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP. Estas pesquisas, que podem ser analisadas de forma aprofundada a partir do subitem 4.2, foram as referências e forneceram o mapeamento para tomar dimensão do desenvolvimento da modalidade na cidade de São Paulo.

O mapeamento apresentou algumas limitações no que diz respeito a sua técnica de coleta dos dados: as informações eram disponibilizadas pelos próprios responsáveis dos estabelecimentos, e a entrevistadora entrava em contato com eles através de buscas em páginas de mídias sociais pelos estabelecimentos que eram inaugurados no período. Para o ano de 2021, criou-se um formulário do Google no qual os responsáveis pelos estabelecimentos (dos já existentes e dos recém-inaugurados) preenchiam as informações

solicitadas. Portanto, aqueles que não tinham conhecimento sobre a existência do formulário não o preenchem, e as informações a respeito de cada estabelecimento ficam à critério e confiança do responsável de cada localidade.

Outra dificuldade encontrada consiste na definição dos termos a serem utilizados: subprefeituras, bairros, distritos e regiões foram usados muitas vezes no mesmo lugar ou nos lugares trocados uns com os outros, sem apresentar a definição exata para cada termo, o que pode causar confusão no momento da compilação dos dados e no cruzamento com os indicadores propostos. Outra importante informação consiste no fato de que as pesquisas apresentam dados e informações até o ano de 2021. Portanto, não foi possível analisar o período do ano de 2022. Entretanto, as pesquisas realizadas pelo Comitê Unidos pelo Beach Tennis - SP foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Foi, através delas, que se explorou e atingiu, com êxito, o objetivo específico 2 - Mapear o desenvolvimento e os locais de prática da modalidade no município de São Paulo, observando a presença dessas modalidades nos espaços públicos e privados, bem como a distribuição geográfica dos equipamentos/arenas.

O objetivo específico 3 - Cruzar os dados do mapeamento com indicadores socioeconômicos e ambientais das regiões à luz do debate sobre desigualdades ambientais urbanas, foi trabalhado a partir da exploração dos dados compilados no Mapa da Desigualdade (2020 e 2023), organizados pela Rede Nossa São Paulo. A partir destes dados, foi possível territorializar e discutir o objeto de estudo de maneira a concluir que a expansão do Beach Tennis na cidade de São Paulo, durante a pandemia de Covid-19, se situou nos distritos caracterizados pelo alto nível de renda dos seus residentes, assim como pela presença de população majoritariamente branca, com satisfatórios índices de saúde e habitação.

Além disso, foi possível concluir que a hipótese inicial: “Sim, a prática do Beach Tennis em São Paulo, durante a COVID-19, segue o padrão de produção desigual do espaço a partir do uso e apropriação do espaço por grupos de elite da sociedade, ao passo que a maioria da população teve restrição quase absoluta dos parques e áreas de lazer da cidade entre 2020-2022” se confirma. Isto se dá devido ao fato de que, conforme demonstrado na territorialização dos estabelecimentos e na caracterização dos grupos sociais envolvidos neste processo, assim como a associação destes aspectos com a descrição qualitativa das localidades de Beach Tennis, como espaços voltados para o consumo de mercadorias de alto valor agregado, restaurantes *gourmets* nos seus interiores e arredores e valores elevados para custear as aulas da modalidade, configura-se a descrição dos padrões de socialização dos grupos de elite da sociedade, presentes na análise de Fonseca (2005).

Por fim, é possível afirmar que o objetivo geral: “Analisar os usos dos espaços, as contradições e as desigualdades ambientais urbanas a partir do crescimento da prática do Beach Tennis durante a pandemia da COVID-19 (2020-2022), tendo como estudo de caso a cidade de São Paulo” foi cumprido. Conforme demonstrado na retomada da trajetória deste trabalho, é possível afirmar que o objetivo geral esteve presente nos cinco capítulos desta dissertação. Desde a contextualização do tema, assim como a estruturação da pesquisa e a descrição da metodologia no capítulo 1, passando pelo histórico do Beach Tennis no capítulo 2, a discussão teórica no capítulo 3, o mapeamento e o cruzamento dos dados no capítulo 4 e a síntese dos processos apresentada no capítulo 5, tem-se a formulação, o desenvolvimento e a conclusão do objetivo geral trabalhados em toda a estrutura da dissertação.

## 5.2 Contribuições teórico-analíticas

Conforme discutido por Fonseca (2005), o modo de produção flexível, ou pós-fordista, culminou em significativas mudanças nas realidades social e econômica das sociedades que, por consequência, refletem na relação entre indivíduos e cidades. O argumento central da autora reside na ideia de que a apropriação e o uso dos espaços urbanos tem relação direta com os padrões de socialização de determinados grupos ao se considerar as novas formas de produção capitalista ao longo do século XX, algo que foi explanado e discutido ao longo dessa dissertação.

A discussão proposta neste trabalho considera o contexto do território das cidades, com enfoque nas desigualdades existentes nesses espaços. As noções de justiça ambiental (ACSELRAD, 2009) e desigualdades ambientais (ANGUELOVSKI, 2015), permitem sediar o debate no campo das ciências ambientais a partir de uma perspectiva sociológica de um fenômeno urbano. Fenômeno este demarcado pela crise sanitária imposta pela COVID-19, uma vez que resultou em mudanças profundas no cotidiano das pessoas. Aqui, o interesse circunscrito da pesquisa reside nas formas de produção e reprodução das desigualdades no cenário da maior metrópole da América Latina.

Conforme apresentado no texto, a pesquisa se debruça nos aspectos das desigualdades de São Paulo-SP. Desigual nos usos dos espaços da cidade, nos acessos às áreas verdes do município, no acesso ao lazer, à infraestrutura de qualidade, e nos inúmeros privilégios racializados e segregados social e espacialmente. Ao se analisar o crescimento do Beach Tennis na capital paulista durante a pandemia, foi possível concluir que o objeto de estudo é de fato um exemplo dos usos desiguais dos espaços no meio urbano. Mesmo em momentos

de anormalidade na vida cotidiana, com inúmeras restrições às atividades rotineiras, as classes abastadas dispõem de mecanismos que possibilitam a continuidade das suas condições de privilégio.

O modo de produção pós-fordista, ou produção flexível, traz uma reconfiguração na relação indivíduo x cidade. A vivência cidadina torna-se dualizada, ou seja, enquanto os grupos com altos níveis de escolaridade e renda desfrutam de jornadas de trabalho flexíveis, possibilidades de trabalho à distância e uma maior disponibilidade de tempo e recursos para o lazer, as classes trabalhadoras vivem regimes de rígido controle das suas metas e o desempenho de trabalhos padronizados, além da presença física no local de trabalho.

A pandemia de COVID-19 escancarou esse caráter dual da cidade. O *home office* tornou-se uma realidade para aqueles que desempenham funções caracterizadas pela valorização de sua capacidade criativa e de complexa formação técnica. As classes média e alta dispuseram de possibilidades adaptativas à crise sanitária que são exclusivas para estes grupos. E, conforme discutido no capítulo 3, o acesso ao lazer é um privilégio, uma vez que demanda tempo e condições materiais para que se possa acessá-lo com qualidade, na maioria das vezes. O que se viu na pandemia foi o desenvolvimento de uma modalidade esportiva voltada para atender a demanda de lazer e recreação de uma classe social específica com possibilidades de desenvolver alternativas para a manutenção e promoção da sua qualidade de vida.

O fechamentos das áreas públicas de acesso à lazer e áreas verdes, como os parques da capital, representou um cerceamento de atividades principalmente às classes sociais que pouco dispõem de equipamentos voltados para estes objetivos e pouca ou quase nenhuma flexibilidade de horário para se adequar aos novos funcionamentos. Conforme discutido em Kefalás (2021), o funcionamento dos parques somente nos horários comerciais tornou esses espaços quase exclusivo aos que tinham disponibilidade de frequentá-los no período estabelecido. Importante destacar que algumas medidas adotadas durante a pandemia, no que se diz ao tema específico discutido nesse texto, partiram de um princípio de isonomia social perante a crise sanitária, algo que claramente não dialoga com a realidade material e concreta da população brasileira, em especial à paulistana, fortemente demarcada pelas inúmeras desigualdades.

Ao se territorializar a discussão presente, nota-se que o fato social em voga manifestou-se nos distritos da cidade com maiores índices que, em conjunto, podem caracterizar a qualidade de vida dos seus habitantes. Altos níveis de renda, escolaridade, infraestrutura adequada, população branca, áreas verdes etc, são algumas das características

marcantes destes distritos. O desenvolvimento desigual da cidade é um processo marcante da capital paulista. São Paulo-SP é a capital do planejamento desigual (ROLNIK, 2022), e em momentos de crise e situações inabituais, estas diferenças são cada vez mais pujantes.

Outra característica marcante desse processo abordada na discussão teórica desta dissertação diz respeito ao caráter seletivo e exclusivo dos espaços utilizados e apropriados pelas elites nas cidades. Seguindo a discussão dos enclaves fechados (CALDEIRA, 1997), fenômeno predominante a partir dos anos 1980 nas cidades brasileiras, as classes média e alta buscam a exclusividade no uso e acesso aos seus espaços no meio urbano. Com isso, criam espaços de propriedades privadas para uso coletivo. Entretanto, ao se falar em “uso coletivo”, refere-se a uma coletividade homogênea, em sua maioria caracterizada pelo *status* social médio e alto de pessoas brancas.

O fenômeno discutido nesta dissertação é um exemplo do padrão de ocupação dos espaços urbanos pelas elites, que buscam a consolidação de localidades exclusivas e seletas pela cidade para serem compartilhadas com aqueles que possuem as condições socioeconômicas que lhes tornam pertencentes a esse meio. Trata-se de uma apropriação de natureza privada, que exclui e segrega a população, enquanto que as camadas populares encontram-se à deriva do alcance do Estado, que cada vez mais diminui os gastos e investimentos com os espaços públicos e exteriores. Os espaços privados tornam-se cada vez mais presentes, marcados pela exclusividade e seu isolamento do entorno, criando as chamadas “ilhas espaciais elitistas” (FONSECA, 2005).

Quando se fala em “desigualdade ambiental” e em “justiça ambiental”, é importante discutir que aqui se trata de refletir sobre os processos que vão culminar em conclusões como “os mais pobres são os que têm menos acesso às áreas verdes e espaços de lazer” ou “os danos e prejuízos ambientais afetam, em maior proporcionalidade, as classes trabalhadoras e as populações pretas do que as elites”. A classe trabalhadora é o bode expiatório destes processos. A produção e a reprodução das desigualdades têm como centralidade a exploração e a renúncia aos direitos básicos de uma maioria explorada no mundo trabalho, racialmente demarcada e socialmente excluída.

É importante entender por quê a qualidade de vida é tão discrepante e desigual dentro das sociedades brasileiras. É necessária a reflexão para discutir a complexidade desses fenômenos e seus impactos. É imperativo situar a discussão no seio e na centralidade do contexto de uma sociedade capitalista que, por consequência de sua natureza, é desigual e excludente. Os danos e prejuízos ambientais recaem sobre estes grupos que são a linha de

frente do processo produtivo deste sistema, que precisa de uma massa de trabalhadores precarizados para a manutenção do *status quo* das elites.

A pandemia de COVID-19 proporciona inúmeras conclusões que permitem a observação destes processos. O fenômeno aqui estudado é apenas mais uma representação da histórica produção e reprodução de desigualdades. Representa o desenvolvimento de determinados grupos sociais, mesmo que em momentos de crise, enquanto outros encontram-se estagnados ou com uma piora nas suas qualidades de vida. A crise sanitária refletiu no Brasil da mesma maneira que todos os fenômenos sociais, econômicos e ambientais no país, recheada de privilégios e desigualdades. As desigualdades ambientais se manifestam nas mais diferentes frentes, sejam elas através de uma exposição ao lixo tóxico, aos efeitos das mudanças do clima ou ao não acesso à lazer e áreas verdes nas cidades. Ela é parte de um sistema desigual e perverso.

## **Referências**

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. Avançad**, 24, 103–119. 2010

ALBUQUERQUE M. V. ; RIBEIRO L. H. L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da Covid-19 no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 2021.

ALVES, L. G. **Iniciação esportiva no Beach Tennis**: História, regras e metodologias. 2022 [Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências da Saúde apresentado ao curso de Educação Física da FADERGS]

ANGUELOVSKI, I. Environmental justice. In G. D'Alisa, F. Demaria, and G. Kallis (eds.). **Degrowth**: a vocabulary for a new era. New York: Routledge. Pp. 33-36. 2015

BARATA R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde Rio de Janeiro**: Editora Fiocruz; 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BLOG NETSHOES, [s.d]. **Conheça o brasileiro tamboréu**. Disponível em: <<https://www.netshoes.com.br/blog/esportes/post/conheca-o-brasileiro-tamboreu>>. Acesso em 26 set. 2023.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality**. Westview Press, 165 pp. 1990.

CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.47, p. 155-176, mar. 1997.

CARVALHO, B. **A Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

CBT. **História do Beach Tennis**, 2020. Disponível em: <<http://cvt-tenis.com.br/beachtenis.php?cod=5>>. Acesso em: 26 de set. de 2023.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 17. ed. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FITP. **Cosa è Il Beach Tennis**. Federazione Italiana Tennis e Padel. Roma, [s.d]. Disponível em: <<https://www.fitp.it/Beach-tennis/Cosa-e-il-beach-tennis>>. Acesso em 26 de set. de 2023.

FLORIANI, D.. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 33-37, jul./dez. 2004.

FONSECA, M. L. P.. Padrões e uso do espaço público. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.45, p.377-394, Set./Dez. 2005.

FREITAS, J. V. R.; SILVA, R. R. ; LIRA, C. A. B. **Beach Tennis: Uma nova modalidade, mas novos desafios**. In: Arquivos de Ciência do Esporte. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOULD, K and LEWIS, T. **Green gentrification: urban sustainability and the struggle for environmental justice**. Abingdon and New York: Routledge. 2016.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIDUCCI, A.; DANAILOF, K.; ARONI, A.L. **Beach Tennis: A Opinião de Professores e Atletas Sobre a Modalidade**. In: Coleção Pesquisa em Educação Física - vol. 18, n.1, 2019.

HAASE, A. Covid-19 as a Social Crisis and Justice Challenge for Cities. **Front. Sociol.** 5:583638. 2020

HAMSTEAD, Z. A. **Thermal insecurity: Violence of heat and cold in the urban climate refuge**. *Urban Studies*, Vol 61 (3) 531-548, 2024.

HERCULANO, S. O CLAMOR POR JUSTIÇA AMBIENTAL E CONTRA O RACISMO AMBIENTAL. **InterfacEHS** (Ed. português), v. v3, p. 1/113-20, 2008.

HONEY-ROSES, J., ANGUELOVSKI, I., BOHIGAS, J., CHIREH, V., DAHER, C., KONIJNENDIJK, C., ET AL. The Impact of COVID-19 on public space: a review of the emerging questions. OSF [Preprints]. 2020.

ITF. **ITF Beach Tennis Junior Tour. 2020**. Disponível em: <<https://www.itftennis.com/en/itf-tours/beach-tennis-juniors/>>. Acesso em 26 set. 2023

KEFALÁS, L. C.. **Gestão de Parques Municipais no Brasil Durante a Pandemia de COVID-19: Uma Abordagem à Luz da Justiça Ambiental**. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio)

JACOBI, P. **São Paulo metrópole insustentável- como superar esta realidade**. CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP), v. 15, p. 219-239, 2013.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011.

MOHAI, P.; PELLOW, D.; ROBERTS, J.T. Environmental Justice. **Annu Rev Environ Resour.** 34(1):405–430, 2009.

OLIVIER, A. Il Beach Tennis: Quali miglioramenti può dare l'allenamento della velocità e della rapidità degli arti inferiori sulla sabbia? **Tesi di Laurea, Università Degli Studii di Udine**. 2010.

PACHECO, T. Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of color. **Development in Practice** (Print), v. 18, p. 713-725, 2008.

PARK, L. S., and PELLOW, D. **The Slums of Aspen: Immigrants Vs. The Environment in America's Eden**. New York, NY: NYU Press. 2013

PIEDRAS, J. **Gian Luca Padovan: A História do Beach Tennis no Brasil**. OrlaRio, Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021. Disponível em:  
<https://orlario.com.vc/home/gian-luca-padovan-a-historia-do-beach-tennis-no-brasil/>. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

PLANPAVEL. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres**. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2022.

PRODANOV, C. C. ; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUARANTINI, M. **II manuale del BEACH TENNIS**. Bologna: Stampa, 2010

QUIVY, R. ; VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa, Portugal, 1998. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade**, 2020. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>>. Acesso em jan 2024

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade**, 2023. Disponível em: <<https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>>. Acesso em jan 2024

RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais** - a luta pelo direito à cidade. Revista Cidades; 4:73-88, 2007.

ROLNIK, R.. São Paulo: **O planejamento da desigualdade**. 1. ed. São Paulo: Fósforo Editora, v. 1. 120p. 2022

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWEICKARDT, J. C. **Um olhar fenomenológico sobre a cidade**. Somanlu, v.1, n 1 - 2000.

SCIFONI, S. **A Natureza e a Reprodução do Espaço Urbano no Litoral Paulista**. In: IX ENANPEGE, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia, 2011.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Revista GEOUSP**, São Paulo, n. 19, p.93-111, maio 2006

TAMBOREÚ é opção para a prática esportiva. Prefeitura de Santos, 2023. Disponível em:

<<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/tamboreu-e-opcao-para-a-pratica-esportiva>>.

Acesso em: 26 set. 2023

TORRES, P. H. C. ; TRAVASSOS, L. R. F. C. ; MOREIRA, R. FERNANDES, B. de S. Dr. Jekyll e Mr. Hyde nos trópicos: governança disruptiva e justiça ambiental face à Covid-19. SÉCULO XXI - **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 11, p. 231-266, 2022.

TORRES, P. H. C; JACOBI, P. R. Notas sobre impactos desiguales del COVID-19 en el territorio. In: Gian Carlo Delgado Ramos; David López García. (Org.). **Las ciudades ante el COVID-19: nuevas direcciones para la investigación urbana y las políticas públicas**. 1ed. Ciudad de Mexico: Transformacion Urbana, v. 1, p. 1-376. 2020.

TRAVASSOS, L. R. F. C.; MOREIRA, R. M. P. ; CORTEZ, R. S. **The virus, the disease and the inequality**. *Ambiente & Sociedade*, Vol. 23, p. 1, 2020.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VENTURA, D. DE F. L.; GIULIO, G. M. DI; RACHED, D. H. . Lessons from the Covid-19 pandemic: sustainability is an indispensable condition of Global Health Security. **AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)**, v. 23, p. 1-11, 2020.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **estudos avançados** 25 (71), 2011.

## **Apêndice**

A seguir apresento e discuto a revisão bibliográfica realizada em janeiro de 2023 a partir da utilização de duas bases de dados:

- A. Google Scholar;
- B. Banco de Teses da Capes.

a) Google Scholar:

O primeiro passo foi definir e aplicar os descritores da pesquisa. O primeiro descritor utilizado foi “Beach Tennis”. A partir deste descritor, aplicou-se os seguintes filtros que revelou os resultados:

a.1) “Beach Tennis” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; qualquer idioma. O número de resultados encontrados a partir desta seleção foi de 715 resultados. O passo seguinte foi filtrar por ano. O ano de partida foi o ano de 2008, que é o ano da chegada do Beach Tennis no Brasil (Confederação Brasileira de Tênis, 2020). Os resultados obtidos foram, numericamente, os seguintes: 2023 (3); 2022 (90); 2021 (79); 2020 (62); 2019 (59); 2018 (55); 2017 (26); 2016 (39); 2015 (34); 2014 (31); 2013 (27); 2012 (18); 2011 (19); 2010 (13); 2009 (9); 2008 (10).

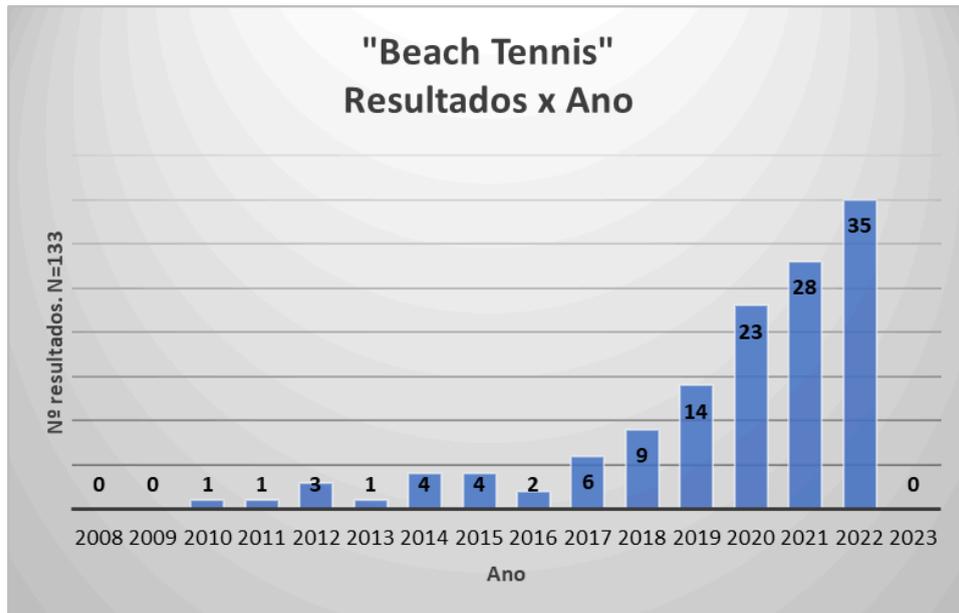
Figura 1 - Primeiro Resultado Descritor "Beach Tennis" - Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

a.1.2) “Beach Tennis” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; páginas em português. O número de resultados encontrados foi de 133. Ao aplicar o filtro por ano, partindo novamente do ano de 2008, foi obtido o seguinte: 2023 (0); 2022 (35); 2021 (28); 2020 (23); 2019 (14); 2018 (9); 2017 (6); 2016 (2); 2015 (4); 2014 (4); 2013 (1); 2012 (3); 2011 (1); 2010 (1); 2009 (0); 2008 (0).

Figura 2 -Segundo Resultado Descritor "Beach Tennis" - Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

a.1.3) “Beach Tennis” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; em qualquer idioma. Obteve-se um total de 37 resultados. Ao observar-se por ano de publicação, têm-se: 2023 (0); 2022 (4); 2021 (4); 2020 (2); 2019 (2); 2018 (17); 2017 (0); 2016 (1); 2015 (0); 2014 (0); 2013 (2); 2012 (0); 2011 (0); 2010 (0); 2009 (0); 2008 (0).

Figura 3 -Terceiro Resultado Descritor "Beach Tennis" - Base Google Scholar



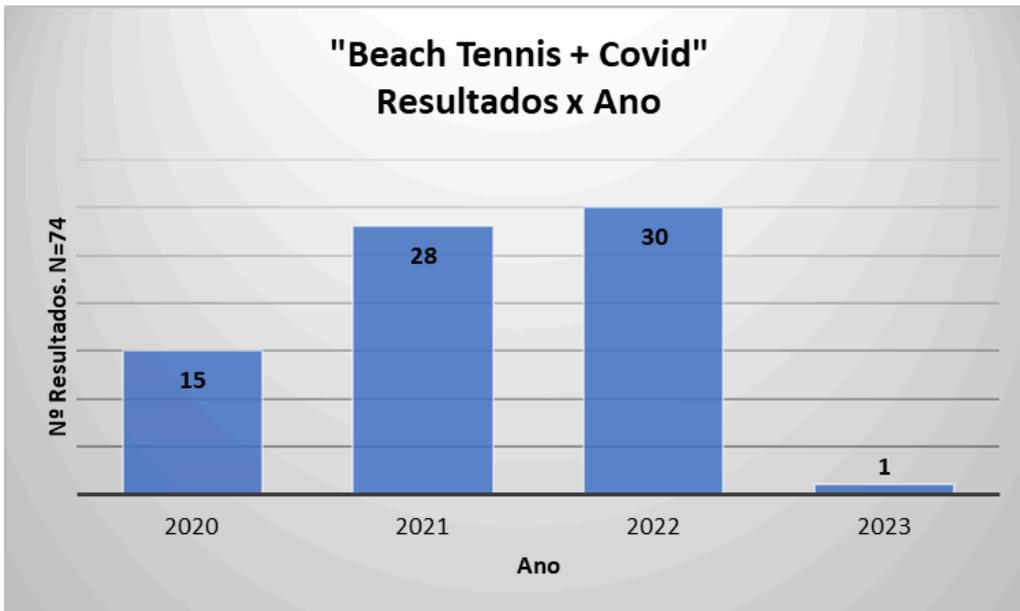
Fonte: elaboração própria

a.1.4) “Beach Tennis” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; páginas em português. A partir destes filtros, 3 resultados foram obtidos, sendo que 2 são relativos ao ano de 2022 e 1 do ano de 2020.

a.2) O próximo descritor aplicado foi a palavra “Covid”, que se acrescentou ao “Beach Tennis”.

a.2.1) “Beach Tennis” + “Covid” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; em qualquer idioma. 74 resultados foram obtidos a partir destes filtros, e a correspondência por ano foi a seguinte: 2023 (1); 2022 (30); 2021 (28); 2020 (15). O ano de 2020 foi escolhido como ponto de partida por ser o ano no qual a Organização Mundial da Saúde declara a pandemia de Covid-19.

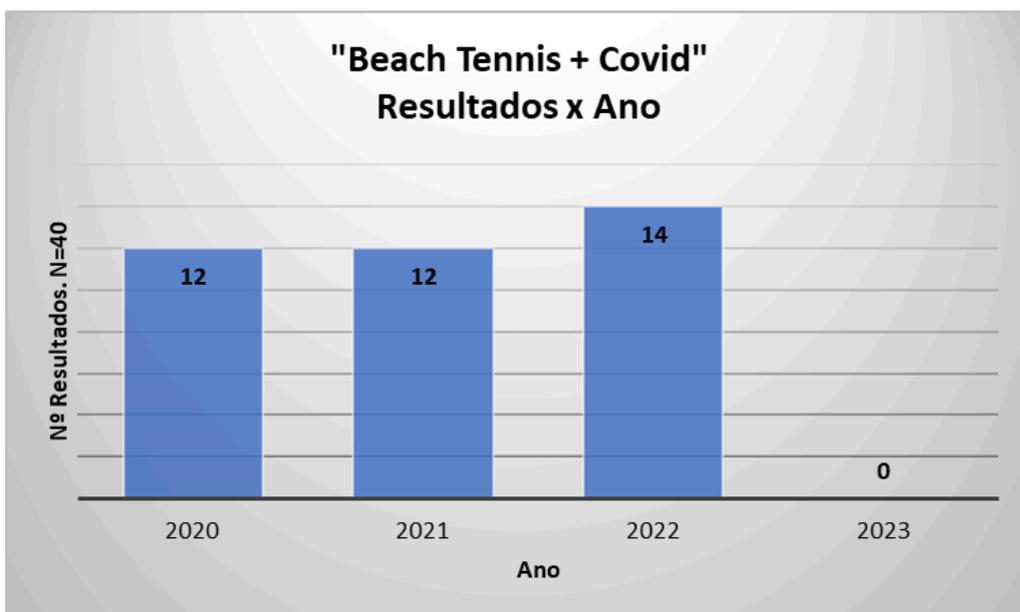
Figura 4 - Primeiro Resultado Descritor "Beach Tennis" AND "Covid-19" - Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

a.2.2) “Beach Tennis” + “Covid” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; páginas em português. A partir destes filtros, 40 resultados foram encontrados. A correspondência por ano se deu da seguinte forma: 2023 (0); 2022 (14); 2021 (14); 2020 (12).

Figura 5 - Segundo Resultado Descritor "Beach Tennis" AND "Covid-19" - Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

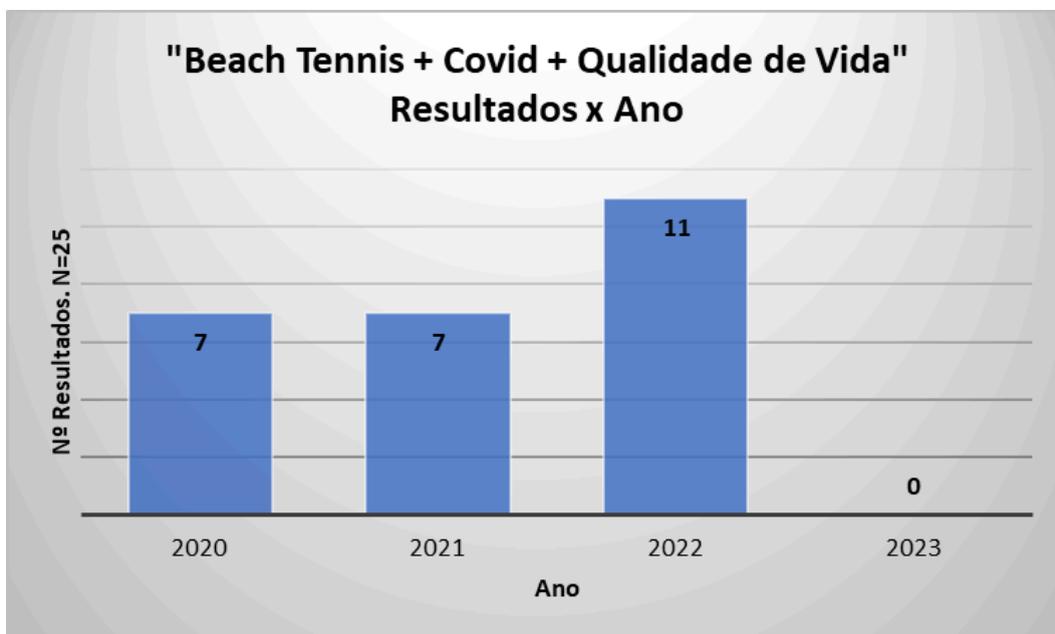
a.2.3) “Beach Tennis” + “Covid” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; em qualquer idioma. Não foram encontrados resultados a partir destes filtros.

a.2.4) “Beach Tennis” + “Covid” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; páginas em português. Não foram encontrados resultados a partir destes filtros.

a.3) Por fim, um terceiro descritor foi adicionado à pesquisa, configurando o seguinte formato: “Beach Tennis” + “Covid” + “Qualidade de Vida”.

a.3.1) “Beach Tennis” + “Covid” + “Qualidade de Vida” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; qualquer idioma. Com estes filtros, obteve-se um total de 25 resultados. Destes, a correspondência por ano foi de: 2023 (0); 2022(11); 2021 (7); 2020 (7).

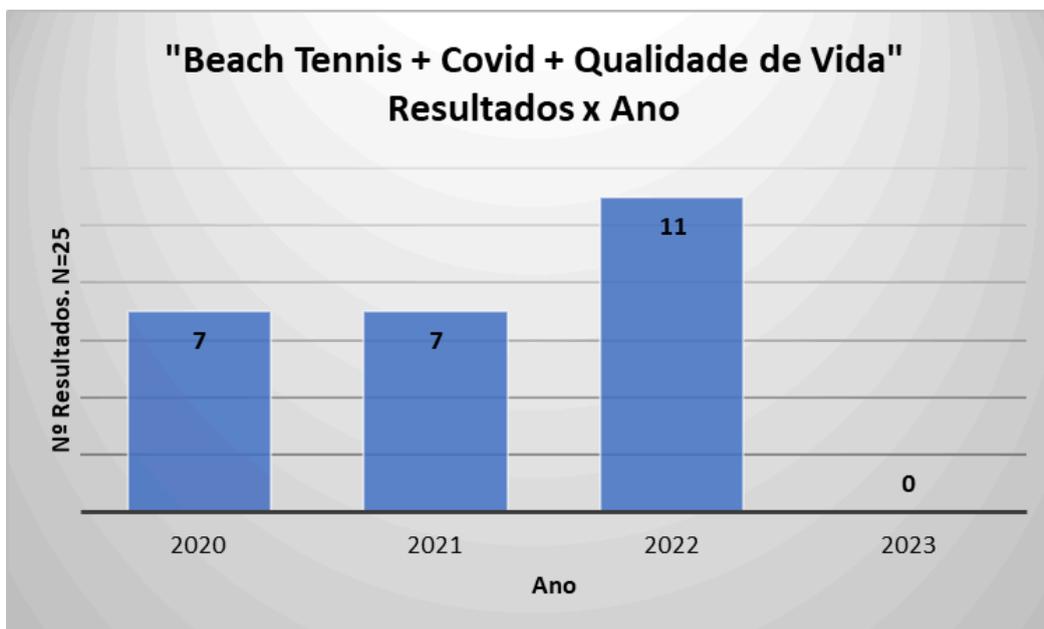
Figura 6 - Primeiro Resultado Descritor "Beach Tennis" AND "Covid-19" AND "Qualidade de Vida"-  
Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

a.3.2) “Beach Tennis” + “Covid” + “Qualidade de Vida” → sem incluir patentes ou citações; qualquer tipo; páginas em português. O mesmo total de 25 resultados foi encontrado, com a correspondência de: 2023 (0); 2022 (11); 2021 (7); 2020 (7).

Figura 7 - Segundo Resultado Descritor "Beach Tennis" AND "Covid-19" AND "Qualidade de Vida"-  
Base Google Scholar



Fonte: elaboração própria

a.3.3) “Beach Tennis” + “Covid” + “Qualidade de Vida” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; qualquer idioma. Não foram encontrados resultados a partir destes filtros.

a.3.4) “Beach Tennis” + “Covid” + “Qualidade de Vida” → sem incluir patentes ou citações; artigos de revisão; páginas em português. Não foram encontrados resultados a partir destes filtros.

b) Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

A segunda pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

b.1) O descritor aplicado para a pesquisa foi “Beach Tennis”. A partir deste, 5 resultados foram obtidos, sendo todos na forma de dissertações de mestrado. As aparições, por ano, se deram da seguinte maneira: 2021 (1); 2020 (2); 2017 (2).

Tabela 1 - Ano x Resultados

Ano	Resultados
2017	1
2020	2
2021	1

Fonte: elaboração própria

As grandes áreas de conhecimento nas quais os trabalhos residem são: Ciências da Saúde, que conta com 4 trabalhos, e Ciências Humanas, que conta com 1 trabalho.

Tabela 2 - Grandes áreas de conhecimento

Grandes áreas de conhecimento
Ciências da Saúde (4)
Ciências Humanas (1)

Fonte: elaboração própria

As áreas do conhecimento são Cardiologia (3); Educação (1) e Educação Física (1).

Tabela 3 - Áreas de conhecimento

Áreas de conhecimento
Cardiologia (3)
Educação (1)
Educação Física (1)

Fonte: elaboração própria

As áreas de avaliação são: Medicina (3); Educação (1) e Educação Física (1).

Tabela 4 - Áreas de avaliação

Áreas de avaliação
Medicina (3)
Educação (1)
Educação Física (1)

Fonte: elaboração própria

Os programas de Pós-Graduação nos quais os trabalhos foram desenvolvidos são: Ciências da Saúde: Cardiologia e Ciências Cardiovasculares (3); Ciências da Atividade Física (1); Educação (1)

Tabela 5 - Programas de Pós-Graduação

Programas de Pós-Graduação
Ciências da Saúde, Cardiologia e Ciências Cardiovasculares (3)
Ciências da Atividade Física (1)
Educação (1)

Fonte: elaboração própria

Adiante, as Instituições correspondentes são Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3); Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto (1); Universidade Salgado de Oliveira (1).

Tabela 6 - Instituições

Instituições
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (3)
Universidade de São Paulo - Campus RP (1)
Universidade Salgado de Oliveira (1)

Fonte: elaboração própria

Por fim, não foram encontrados resultados a partir da aplicação dos demais descritores, como “Covid” e “Qualidade de vida”, associados à “Beach Tennis”.

